



**Universidade de Aveiro**  
2014

Instituto Superior de Contabilidade e Administração  
de Aveiro

**Ana Isabel Teixeira**  
**Duarte Pereira**

## **LITERACIA FISCAL: UM ESTUDO EMPÍRICO**



**Ana Isabel Teixeira  
Duarte Pereira**

## **LITERACIA FISCAL: UM ESTUDO EMPÍRICO**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade – Ramo Fiscalidade, realizada sob a orientação científica do Professor Dr. Avelino Azevedo Antão e sob coorientação científica da Professora Dr.<sup>a</sup> Anabela Virgínia dos Santos Flores da Rocha da Universidade de Aveiro.

**Dedicatória**

À minha família pelo incansável apoio.

## **O júri**

### **Presidente**

**Professora Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo**

Professora Coordenadora S/ Agregação, Universidade de Aveiro

**Professora Doutora Ana Maria Gomes Rodrigues**

Professora Adjunta, Universidade de Coimbra – Faculdade de Economia

**Mestre Avelino Azevedo Antão**

Professor Adjunto, Universidade de Aveiro

## **Agradecimentos**

Começo por agradecer ao meu orientador, Professor Dr. Avelino Azevedo Antão e à minha coorientadora Professora Dr.<sup>a</sup> Anabela Virgínia dos Santos Flores da Rocha, por todas as sugestões e críticas apresentadas, pela disponibilidade e apoio transmitidos indispensáveis à realização do trabalho. Agradeço a todos aqueles que se disponibilizaram a dispensar alguns minutos do seu tempo para responderem ao questionário. Também à minha família e amigos, a quem dedico este trabalho, pelo incessante apoio, carinho, compreensão e incentivo sempre demonstrados.

**Palavras-chave**

Literacia fiscal, educação fiscal, poupança fiscal, cumprimento fiscal

**Resumo**

O objetivo desta dissertação prende-se com o estudo da literacia fiscal numa zona rural de Portugal. Aqui se aborda a importância da perceção fiscal que o contribuinte deveria possuir para uma melhor atuação perante situações fiscais com que se depara no seu quotidiano, em seu benefício. O presente trabalho versa também sobre fatores que influenciam o (in)cumprimento fiscal por parte do cidadão contribuinte.

A educação fiscal tem impacto no cumprimento fiscal no sentido de que transmite o dever cívico de pagar imposto e incute a moralidade e a ética na sociedade. No entanto a literacia fiscal torna-se essencial, uma vez que o correto conhecimento e a correta interpretação da informação fiscal pode diminuir certos pensares e atitudes que imprimem o não cumprimento enraizado na sociedade.

Após revisão da literatura, apresenta-se um estudo empírico com a finalidade de avaliar o nível de conhecimento fiscal, isto é, de literacia fiscal, dos habitantes do concelho de Castro Daire e de analisar o impacto deste nível no cumprimento das tarefas fiscais e na poupança fiscal. As conclusões apresentadas são bastante interessantes.

**Keywords**

Tax literacy, tax education, tax savings, tax compliance

**Abstract**

The goal of this dissertation is about the study of tax literacy in a rural area of the country. Here we talk about the importance of tax knowledge that the taxpayer should have for a better performance before tax situations they have to deal with in their daily lives, just for their benefit. This work also pores over factors that influence the tax (non)compliance by the tax payer citizen.

The tax education has an impact on tax compliance in the sense of to transmitting a civic duty to pay taxes and instills morality and the ethic in the society. However, the tax literacy becomes essential since the correct knowledge and the correct interpretation of tax information can reduce several ideas and actions that implement noncompliance settled in the society.

After reviewing the literature, we present an empirical study in order to evaluate the level of tax knowledge, in other words, of tax literacy, of inhabitants of the municipality of Castro Daire and to analyze the impact of this level in compliance tasks and tax savings. The presented conclusions are quite interesting.

## Índice de Figuras

Figura 1-Esquema das formas de planeamento fiscal .....	18
Figura 2-Distribuição dos inquiridos por género .....	34
Figura 3-Distribuição dos inquiridos por faixa etária .....	34
Figura 4-Boxplot da idade dos inquiridos .....	35
Figura 5-Distribuição dos inquiridos por situação profissional .....	36
Figura 6-Distribuição dos inquiridos por habilitações académicas .....	36
Figura 7-Distribuição dos inquiridos por formação superior em ciências económicas/empresariais .....	37
Figura 8-Distribuição dos inquiridos por rendimento anual do agregado familiar .....	37
Figura 9-Autoavaliação do nível de conhecimento fiscal por género dos inquiridos .....	38
Figura 10-Autoavaliação do nível de conhecimento fiscal por idade dos inquiridos .....	39
Figura 11-Autoavaliação do nível de conhecimento fiscal por situação profissional dos inquiridos .....	40
Figura 12-Autoavaliação do nível de conhecimento fiscal por habilitações académicas dos inquiridos .....	41
Figura 13-Autoavaliação do nível de conhecimento fiscal dos inquiridos com e sem formação superior em ciências económicas/empresariais .....	43
Figura 14-Distribuição das respostas sobre o que é o imposto, de acordo com o género dos inquiridos .....	45
Figura 15-Distribuição das respostas sobre qual a finalidade do imposto, de acordo com o género dos inquiridos .....	45
Figura 16-Distribuição das respostas corretas sobre qual o significado dos/das acrónimos/siglas dos impostos, de acordo com o género dos inquiridos .....	46
Figura 17-Distribuição das respostas certas sobre o que tributa cada imposto, de acordo com o género dos inquiridos .....	47
Figura 18-Distribuição das respostas sobre o que é o imposto, de acordo com a idade dos inquiridos .....	48
Figura 19-Distribuição das respostas sobre qual a finalidade dos impostos, de acordo com a idade dos inquiridos .....	49
Figura 20-Distribuição das respostas corretas sobre qual o significado dos/das acrónimos/siglas dos impostos, de acordo com a idade dos inquiridos .....	49
Figura 21-Distribuição das respostas certas sobre o que tributa cada imposto, de acordo com a idade dos inquiridos .....	50
Figura 22-Nível de conhecimento fiscal aferido por autoavaliação do nível de conhecimento fiscal dos inquiridos .....	52
Figura 23-Nível de conhecimento fiscal aferido por género dos inquiridos .....	53
Figura 24-Nível de conhecimento fiscal aferido por faixa etária dos inquiridos .....	54
Figura 25-Nível de conhecimento fiscal aferido por situação profissional dos inquiridos .....	55
Figura 26-Nível de conhecimento fiscal aferido por habilitações académicas dos inquiridos .....	55
Figura 27-Nível de conhecimento fiscal aferido por inquiridos com e sem formação superior em ciências económicas/empresariais .....	56
Figura 28-Distribuição dos inquiridos sobre quem preenche a declaração de IRS do agregado familiar .....	57
Figura 29-Distribuição dos inquiridos sobre quem declara despesas para obter benefícios fiscais ..	57
Figura 30-Distribuição dos inquiridos sobre quem preenche a declaração de IRS, de acordo com o escalão de rendimento anual do agregado familiar .....	58



Figura 31-Distribuição dos inquiridos sobre qual a frequência com que declara despesas, de acordo com o escalão de rendimento anual do agregado familiar .....	58
Figura 32-Nível de conhecimento fiscal aferido por quem preenche a declaração de IRS .....	59
Figura 33-Nível de conhecimento fiscal aferido por quem declara as despesas para obter benefícios fiscais.....	59
Figura 34-Distribuição das respostas de quem pede ou não pede faturas .....	60
Figura 35-Nível do conhecimento fiscal aferido dos inquiridos por quem pede ou não pede faturas .....	61
Figura 36-Nível do cumprimento fiscal aferido por inquiridos.....	62
Figura 37-Nível do cumprimento fiscal aferido por autoavaliação do nível de cumprimento fiscal dos inquiridos .....	63
Figura 38-Nível do cumprimento fiscal aferido por nível de conhecimento fiscal aferido.....	63
Figura 39-Nível de cumprimento do Estado avaliado pelos inquiridos .....	64
Figura 40-Nível de cumprimento do Estado avaliado pelos inquiridos por nível de cumprimento fiscal aferido dos inquiridos .....	65
Figura 41-Nível de cumprimento do Estado avaliado pelos inquiridos por nível de conhecimento fiscal aferido dos inquiridos .....	65

### **Índice de Tabelas**

Tabela 1-Quadro síntese dos principais impostos de acordo com as contas gerais do Estado português de 2013 .....	14
Tabela 2-Estatística descritiva da idade dos inquiridos.....	35
Tabela 3-Modo de classificar o nível de conhecimento fiscal .....	51
Tabela 4-Principais razões pelas quais os inquiridos pedem ou não pedem faturas .....	61
Tabela 5-Modo de classificar o nível de cumprimento fiscal.....	62

### **Lista das siglas e abreviaturas utilizadas**

A-Área

Ca-Coeficientes de afetação

Cl-Coeficiente de localização

Cq-Coeficiente de qualidade e conforto

CRP-Constituição da República Portuguesa

Cv-Coeficiente de vetustez

EUA-Estados Unidos da América

IEC-Imposto Especial sobre o Consumo

IMI-Imposto Municipal sobre os bens Imóveis

IMT-Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas

IRC-Imposto sobre o Rendimento das pessoas Coletivas

IRS-Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares

IS-Imposto do Selo

IUC-Imposto Único de Circulação

IVA-Imposto sobre o Valor Acrescentado

OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU-Organização das Nações Unidas

SOM-*Society Opinion Media*

SPSS- *Statistical Package for the Social Science*

UNESCO-Organização das Nações Unidas Educacional, Social e Cultural

Vc-Valor base dos prédios

VPT-Valor patrimonial tributário

## Índice

Dedicatória .....	iii
O júri .....	iv
Agradecimentos.....	v
Resumo.....	vi
Abstract .....	vii
Índice de Figuras .....	viii
Índice de Tabelas.....	ix
Lista das siglas e abreviaturas utilizadas.....	x
Capítulo I – Introdução .....	1
1.Enquadramento geral.....	1
2.Estrutura da dissertação.....	2
Capítulo II – Educação.....	3
1.A educação .....	3
2.A educação fiscal .....	5
Capítulo III – Literacia.....	7
1.A literacia .....	7
2.A literacia fiscal .....	8
3.A literacia fiscal nas sociedades.....	10
Capítulo IV – Perceção do indivíduo sobre o mundo dos impostos.....	13
1.Os impostos .....	13
2.Destinatários da lei fiscal, o contribuinte e a Autoridade Tributária.....	16
3.Poupança fiscal.....	18
Capítulo V – Cumprimento fiscal .....	23
1.As obrigações fiscais e o dever cívico do seu cumprimento .....	23
2.Os fatores que influenciam o (in)cumprimento fiscal .....	25
3.A influência da literacia fiscal no cumprimento fiscal .....	28
Capítulo VI – Metodologia .....	31
1.Especificação do problema.....	31
2.População e amostragem .....	31
3.Delineamento e desenho da investigação e do tipo de estudo .....	32
Capítulo VII - Estudo empírico.....	34
2.Análise dos dados.....	34
2.1.Caraterização da amostra .....	34
2.2.Análise do conhecimento fiscal dos indivíduos .....	38
2.2.1.Apreciação do nível de conhecimento fiscal dos indivíduos.....	44

2.2.1.1.Em relação ao género .....	45
2.2.1.2.Em relação à idade .....	48
2.2.1.3.Classificação do nível de conhecimento fiscal dos indivíduos .....	51
2.2.2.Comportamento do indivíduo nas tarefas fiscais .....	57
2.3.Nota conclusiva .....	66
Capítulo VIII – Conclusão .....	68
Referências bibliográficas .....	72
Anexo A - Questionário .....	75
Anexo B-Tabelas e figuras complementares.....	78

## **Capítulo I – Introdução**

### **1. Enquadramento geral**

Atualmente o cidadão contribuinte desempenha um papel bastante ativo nas tarefas fiscais que estão presentes no seu quotidiano, por outro lado, vários são os fatores que influenciam as suas decisões fiscais: fatores sociais ou psicológicos, religiosos ou económicos, podem desencadear no contribuinte o cumprimento ou incumprimento fiscal.

Autores como Lopes (2007), Tojal (2011), Lopes (2011) e Miranda (2013), entre outros, referem que o conhecimento e a interpretação correta da lei e das tarefas fiscais do cidadão, têm efeito no seu cumprimento. Os autores referidos mostram como estes elementos são de extrema importância, não só para a formação de um cidadão cumpridor das suas obrigações fiscais, como também para a edificação de uma comunidade mais conciliadora, isto é, onde existe justiça, igualdade social, bom ambiente entre o contribuinte e a Autoridade Tributária, comodidades e bem estares comuns, proporcionando o desenvolvimento dessa mesma sociedade.

A elaboração desta dissertação insere-se precisamente neste contexto, no sentido de criar uma sociedade melhor, igualitária e humana, onde cada cidadão é conhecedor e acima de tudo responsável e cumpridor dos seus deveres. Outro objetivo do trabalho é expor às entidades governamentais a realidade da capacidade de interpretação, por parte dos contribuintes, da informação que os primeiros pretendem transmitir.

Por isso mesmo, o tema a abordar será a literacia fiscal.

Primeiramente apresentar-se-á uma revisão da literatura sobre o tema e seguidamente uma investigação onde se pretende aferir o nível de conhecimento fiscal do cidadão, isto é, o nível de literacia fiscal que os cidadãos possuem, que implicará o estudo do que o cidadão sabe sobre os impostos, o que são e por que razão existem. Para além disso ambiciona-se estudar o impacto desse nível de conhecimento fiscal no cumprimento das tarefas fiscais e na poupança fiscal, portanto irá analisar-se, não apenas o conhecimento fiscal do cidadão, mas também o seu comportamento desde o conhecimento da existência do imposto ao preenchimento da declaração de rendimento e pagamento do imposto.

## 2. Estrutura da dissertação

A presente dissertação encontra-se estruturada em oito capítulos. O primeiro é a introdução, são apresentados os objetivos do trabalho e as razões para a abordagem ao tema literacia fiscal e ainda a estrutura do trabalho. O segundo capítulo é sobre a educação: definição e importância da educação e da educação fiscal. O capítulo seguinte trata do assunto literacia: definição, importância e algumas curiosidades da história da literacia; definição e importância da literacia fiscal e alguns estudos que analisaram a literacia fiscal em vários países, inclusive em Portugal.

O quarto capítulo está dividido em três pontos: no primeiro retratam-se os impostos, a sua definição, as suas origens e a sua incidência; no segundo ponto aborda-se o atual papel dos contribuintes perante as leis fiscais, a relação entre o contribuinte e a Autoridade Tributária e qual o contributo da literacia fiscal nesse papel e nessa relação; por fim, no terceiro ponto, fala-se do planeamento fiscal legítimo e ilegítimo e qual a influência da literacia fiscal na poupança fiscal.

No quinto capítulo aborda-se o cumprimento fiscal: as obrigações fiscais do contribuinte e quais as implicações do seu (in)cumprimento; alguns fatores que influenciam a moralidade fiscal, a motivação e a satisfação para o cumprimento fiscal e o contributo da literacia fiscal no cumprimento fiscal e o envolvimento da educação fiscal.

O sexto capítulo diz respeito à metodologia usada na investigação, ou seja, é onde se descreve a pesquisa usada, os recursos de análise e os métodos que serão empregues para conclusão do estudo.

No sétimo capítulo apresenta-se um estudo empírico onde se avalia o nível de literacia fiscal dos habitantes do concelho de Castro Daire. Para além disso, analisa-se o impacto deste nível no cumprimento fiscal e na poupança fiscal dos cidadãos.

No oitavo e último capítulo apresentam-se as conclusões a que a revisão de literatura e a investigação feitas permitiram chegar.

## **Capítulo II – Educação**

### 1.A educação

Todos, sem exceção, estão expostos à educação. Na família, no grupo de amigos, na religião ou no ambiente escolar, de um modo ou de muitos, todos nós, todos os dias, misturamos a vida com a educação.

*Educação* é o “processo que visa o desenvolvimento harmónico do ser humano nos seus aspetos intelectual, moral e físico e a sua inserção na sociedade” (Dicionário da Língua Portuguesa, 2011, p.567).

Na ideia de Brandão (1981) educação tem definição diferente entre mundos diversos. Por exemplo, num povo educação pode ser instrução, cortesia, noutra pode ser o saber caçar ou construir uma cabana, noutra o conhecer uma ou várias ciências. O autor menciona que “A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida” (p.10).

Gonçalves (2010) define também educação como “...a construção de conhecimentos sempre renováveis (...) o repensar constante de nossas atitudes e nossa postura diante da vida” (p.11). O conhecimento nunca atinge a perfeição, pode ser desenvolvido com a aprendizagem realizada através da educação. Portanto, o produto da educação versa sobre um sujeito educado, perfeito segundo um modelo idealizado de homem livre e sábio, mas ainda sempre aperfeiçoável.

A educação é fundamental na formação do desenvolvimento natural do homem. Esta não só incute no cidadão conhecimentos, ideias e costumes, como lhe forma a sua própria personalidade. A educação deve ajudar a pessoa a desenvolver-se no seu todo, isto é, a desenvolver a inteligência, a sensibilidade, o sentido estético, a responsabilidade pessoal e a espiritualidade (Delors & Eufrazio, 1998). No entanto, atualmente, no mundo globalizado, a educação é tomada, na maior parte dos países, como o procedimento para criar compreensão mútua entre a diversidade de indivíduos. Pois esta é de “...extrema importância para o desenvolvimento da cidadania, da democracia, da sustentabilidade, da humanização e da manutenção da paz” (Gonçalves, 2010, p.12). Acima de tudo, a educação deve desenvolver o ser humano na sua dimensão social, contribuindo para uma cidadania consciente e ativa, num contexto de sociedade democrática.

A educação é um dos pilares dos direitos do homem. Na Declaração Universal dos Direitos do Homem (Aviso nº 57/78 de 9 de março do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1978), no seu art.º 26º, estipula-se que “Toda a pessoa tem direito à educação” e ainda se estabelece que esta:

deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

É um dever do Estado, da família e da comunidade proporcionar o ambiente necessário para permitir a educação.

Delors e Eufrazio (1998) falam ainda sobre quatro pilares do conhecimento, isto é, quatro aprendizagens em que a educação se deve apoiar. O aprender a ser que integra os seguintes: o aprender a viver em comunidade, isto é, aprender a “...participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas...” (capítulo 4 “Os quatro pilares da educação”, §3), o aprender a fazer, para conseguir atuar no meio envolvente, e ainda, o aprender a conhecer, ou seja, adquirir os elementos necessários da compreensão. Aqui está subentendido a criação de literacia para o indivíduo. Ou seja, é graças à educação que a pessoa recebe a preparação para elaborar pensamentos de forma autónoma e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir perante as diferentes situações com que se depara na vida. É através da educação que o indivíduo concebe a literacia, tema que se aborda no capítulo seguinte.

O processo educativo nunca termina, o conhecimento pode enriquecer-se com qualquer experiência.



## 2.A educação fiscal

Como se verificou, a educação torna-se fundamental numa sociedade democrática, no entanto a educação fiscal não é menos importante, uma vez que visa a conceção da consciência relativamente à reciprocidade de direitos e deveres entre o Estado e os cidadãos, destacando-se o pagamento de impostos e a criação de serviços públicos, como também a distribuição da carga fiscal. É dever do cidadão contribuinte pagar impostos e é seu direito saber da aplicação dos mesmos.

Sem justiça e sem cidadania fiscal não existe democracia, desenvolvimento ou igualdade social. A cidadania é o livre exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais de um cidadão. E é “...um estatuto conferido a todos aqueles que são membros plenos de uma determinada comunidade” (Soares, 2004, p.20). Ao fazer cumprir as suas obrigações, o cidadão faz com que o outro exerça também os seus direitos. Para exercer a cidadania é necessário ter consciência dos seus direitos e obrigações, e fazer o esforço para que sejam colocados em prática.

A educação fiscal é um meio de integração numa sociedade mais humana e igualitária. Esta tem a função de sensibilizar o cidadão para a função social do imposto, isto é, pagar o imposto para que possa haver uma sociedade democrática e para o bem estar de todos, incentivando o indivíduo ao pagamento de impostos e estimulando o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. A aquisição de compreensão dos direitos e deveres da cidadania formam um cidadão não só consciente, como também sensível e responsável. Acima de tudo, deve dar-se especial enfoque à transmissão do dever do cumprimento das obrigações fiscais do contribuinte como do direito de saber para onde vão os impostos e para que servem.

A transmissão do dever de cumprir as obrigações fiscais envolve desde logo a transmissão da consciência de que se paga impostos, uma vez que também se usufrui de serviços públicos como educação, saúde e segurança. Por outro lado, envolve a sensibilização de que a adoção de políticas de não pagamento de impostos apenas contribui para que o outro pague mais, dado que se todos pagarmos, cada um de nós paga menos, e para a regressão do país, não favorecendo o seu desenvolvimento, prejudicando consequentemente o conforto da sociedade. Assim, a educação fiscal deve criar um clima de reprovação social da fraude e evasão fiscais, ou seja, exigir e legitimar a repressão de toda a conduta fiscalmente desonesta.

“Uma educação fiscal é fundamental para o combate à fraude e evasão fiscais. Não apenas para aqueles que voluntariamente incumprem os seus deveres mas também aqueles que não os conhecem” (Miranda, 2013, p.50). Há necessidade de mentalizar os cidadãos do correto cumprimento dos seus deveres fiscais e de dar conhecimento dos seus direitos e deveres. A educação fiscal é um meio pelo qual se pode fazer face a esta carência de cidadania fiscal.

Sucintamente a educação fiscal deve dar a conhecer ao indivíduo os seus direitos e deveres fiscais que lhe compete realizar, essencialmente o pagamento de impostos, o funcionamento do Estado e a aplicação de recursos, bem como sensibilizar para o cumprimento do dever cívico e intimar a rejeição da fuga fiscal, isto é, estabelecer a evasão e fraude fiscais como ações não éticas e imorais.

“Compreende-se, portanto, que a educação fiscal tem um enorme desafio e uma grande missão em ser um meio para construir a cidadania, abrir caminho para o desenvolvimento social, político, económico e humano de uma nação...” (Gonçalves, 2010, p.22)

### Capítulo III – Literacia

#### 1.A literacia

A literacia tem vindo a ser considerada um assunto muito importante a nível mundial. Desde o século XX tem-se tornado objeto de estudo influente nas ciências sociais. Para ter consciência da relevância deste tema é necessário conhecer a essência da literacia. Na realidade, o conceito de literacia está bastante difundido no nosso vocabulário. Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (2011) *literacia* é a “capacidade de ler e de escrever” (p.984), ou seja, pode dizer-se que envolve a alfabetização. No entanto, não se resume a tal, é definida pela Enciclopédia (2001), como “...o conjunto de competências que permite ao ser humano ter o domínio dos instrumentos com que tem de lidar no dia-a-dia” (p.25). É nesta definição que reside, de facto, a importância da literacia.

Em 1995, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) definiu literacia como a “...capacidade para entender e usar a informação escrita no dia-a-dia, em casa, na escola e na comunidade de forma a conseguir os objetivos pessoais e desenvolver o próprio conhecimento e as capacidades próprias”(Nascimento, 2006, p.290). Ainda neste contexto, a Organização das Nações Unidas Educacional, Social e Cultural (UNESCO), refere:

Literacy is a fundamental human right and the foundation for lifelong learning. It is fully essential to social and human development in its ability to transform lives. For individuals, families, and societies alike, it is an instrument of empowerment to improve, and one's relationship with the world (Unesco, 2014, para. 1).

O dia 8 de setembro foi proclamado pela Unesco o Dia Internacional da Literacia, que foi celebrado pela primeira vez em 1966. Todos os anos, neste dia, a Unesco lembra a comunidade internacional do estado da literacia global.

Ainda, a Organização das Nações Unidas (ONU) recorda na Resolução 56/116 (2002), que em 1987 proclamou o ano de 1990 como o ano internacional da literacia. E em 1999 realizou-se uma proposta para a proclamação de uma década referente à literacia durante a qual se pretendia intensificar esforços para erradicar a iliteracia. Afirmando que a realização do direito à educação, para todos sem exceção, contribui para a diminuição da pobreza, para a igualdade de géneros, para a redução da mortalidade infantil e para a sustentabilidade do desenvolvimento da paz e da democracia.

No entanto, o principal assunto desta dissertação é a literacia fiscal o qual se aborda de seguida e ao longo deste trabalho.

## 2.A literacia fiscal

Segundo a Enciclopédia (2001), como se viu anteriormente, *literacia* é “...o conjunto de competências que permite ao ser humano ter o domínio dos instrumentos com que tem de lidar no dia-a-dia” (p.25); por outro lado, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (2011), *fiscalidade* é o “conjunto de impostos em vigor” e o “conjunto de disposições legais destinadas a assegurar a possibilidade de, através dos impostos, o tesouro público assumir a responsabilidade do pagamento das despesas a seu cargo” (p.733).

Entende-se por literacia fiscal a capacidade do indivíduo compreender e interpretar o funcionamento geral dos impostos. É, também, composta pelo conjunto de competências e conhecimentos que permitem, ao indivíduo, tomar decisões mais conscientes e úteis no desempenho de diferentes tarefas que realiza no seu quotidiano.

Pryor e Schaffer (1997) definem literacia funcional como “...the ability to use skills in reading, interpreting documents, and carrying out quantitative calculations in real-life situations...” (p.6). Ou seja, existe literacia funcional se o indivíduo conseguir ler e escrever, mas acima de tudo se conseguir avaliar o que é lido para ele próprio e conseguir usar essa capacidade adquirida para enfrentar situações que ocorrem no dia-a-dia do indivíduo.

Madi et al. (2010) acreditam, ainda, que a noção de literacia fiscal é comum à de literacia funcional descrita por Pryor e Schaffer. Segundo Bandai (1992) e Razman e Ariffin (2000) cit. por Madi et al. (2010) literacia fiscal é definida de uma forma mais prática como “...the ability to fill in the tax form and calculate their liabilities independently” (p.219). Para fazer face às suas obrigações fiscais o contribuinte deve, primeiramente, saber quais são essas obrigações, qual o prazo para as fazer cumprir, o que fazer para as cumprir e qual o valor do pagamento do imposto. Por exemplo, para o indivíduo conseguir, preencher a sua declaração de imposto, necessita de saber como se determina o imposto, ou seja, precisa de saber o que constitui o rendimento a tributar, o que pode deduzir, a taxa a aplicar e os benefícios fiscais a que tem direito. Tendo estes

conhecimentos, o indivíduo está apto a realizar as suas obrigações fiscais e tem literacia fiscal.

Se os indivíduos têm capacidade para obter, processar e entender informação básica em fiscalidade, para tomar decisões fiscais apropriadas, têm literacia fiscal.

A importância que se tem dado, em Portugal, a este tipo de literacia tem sido quase marginal. Na Europa, é nos países nórdicos onde se valoriza mais a importância da literacia fiscal na construção de um saber fundamental para uma sociedade desenvolvida. Na América, na Austrália, na África e na Ásia, também se têm realizado projetos sobre este assunto. Em Portugal, só agora este tema começa a ser valorizado.

É importante dar-se valor à literacia fiscal, pois hoje, a qualquer momento, os indivíduos são inundados com informação fiscal nos jornais, nas televisões ou nas conversas em geral. E, portanto, é fundamental conhecer os termos fiscais e informar-se adequadamente para se agir e decidir da melhor forma.

A literacia fiscal permite ao indivíduo ter conhecimento que o ajuda a ter capacidade de decisão fiscal mais correta e com a devida consciência dos seus atos. Ao realizar decisões coerentes e informadas o indivíduo obterá mais benefícios para si próprio e, claramente, viverá em melhores condições de uma maneira geral. Isto é, obterá mais confiança na participação social e na vida democrática, mais capacidade de aceder a oportunidades de aprendizagem e mais oportunidades de conquistar empregos estáveis de salários mais elevados. São recursos a que os cidadãos portugueses dão valor. Consequentemente criam-se níveis mais elevados de igualdade social, na medida em que possuem o conhecimento necessário para tomarem decisões conscientes (Tojal, 2011).

O conhecimento fiscal está a tornar-se um elemento cada vez mais importante, devido à inevitável economia global que caracteriza a sociedade contemporânea. Por um lado, através daquele conhecimento o indivíduo evolui socialmente e contribui para a consequente evolução da sociedade em que está inserido, não só social, como também económica. Por outro, a falta de literacia fiscal traduz-se em custos elevados, não só para o contribuinte, como também para o próprio Estado, devido à influência que a literacia exerce sobre a capacidade da economia criar riqueza. Pois, como refere Tojal (2011) “...as pessoas informadas são menos propensas a incorrer em riscos, nomeadamente riscos financeiros” (p.40), os quais acarretam custos.

Portanto, a literacia fiscal é relevante tanto para o desenvolvimento individual do cidadão como da sociedade, a nível económico, político, cultural e social. Através desta a evolução do indivíduo é feita de uma forma mais correta e consciente, com menos probabilidade de incorrer em erros e mais probabilidade de conseguir melhores resultados das decisões tomadas.

Consequentemente é de grande mérito o estudo dos níveis de literacia fiscal nas sociedades. No ponto seguinte faz-se referência a alguns estudos realizados, tanto em Portugal como no exterior.

### 3.A literacia fiscal nas sociedades

A análise da literacia fiscal das sociedades torna-se importante para o Estado, no sentido de obter a conceção real da compreensão dos contribuintes perante as informações que pretende transmitir.

Não é vasto o número de estudos realizados, mas os que foram concretizados concluíram importantes factos a considerar.

Na Malásia, em 2010, Madi et al. (2010) realizaram um estudo cujo objetivo era aferir o nível de literacia fiscal dos contribuintes de Sabah e Sarawak. No sentido de considerarem vital a instrução em matéria fiscal para o cálculo preciso das suas próprias obrigações fiscais. Para tal selecionou-se de forma aleatória os contribuintes em ambos os locais. Colocaram-se questões a fim de se avaliar a percentagem de capacidade de preencher a declaração de imposto e a percentagem de procura de profissionais para ajuda do preenchimento da declaração.

Concluiu-se que o nível de literacia fiscal, tanto em Sarawak como em Sabah, não é muito satisfatório. A maioria dos contribuintes, no leste da Malásia são incorretamente instruídos fiscalmente. O que faz com que os seus cálculos das obrigações fiscais possam não ser precisos, ou faz com que peçam ajuda profissional para a correta determinação do imposto a pagar. Outra importante conclusão é que um maior nível de literacia fiscal deve-se à leitura de panfletos e materiais impressos de conteúdo sobre assuntos fiscais.

Os autores dão sugestões para o aumento da literacia fiscal como o conhecimento fiscal ser ensinado no ensino secundário, incutindo responsabilidades fiscais aos jovens, potenciais futuros contribuintes. Distribuir panfletos e atualizações fiscais para o

conhecimento correto do cálculo do próprio imposto, através dos empregadores ou enviados para as moradas dos contribuintes.

Na Austrália, em 2011, Chardon (2014) realizou uma pesquisa australiana de literacia fiscal com o intuito de explorar os resultados e relatórios sobre os níveis de confiança em relação a questões fiscais e aposentação. Aqui importa apenas a análise feita sobre a literacia e as questões fiscais. A pesquisa implicou a aplicação de um questionário via *online* a qual obteve 604 respostas. Foram determinadas algumas categorias como sendo conceitos básicos de fiscalidade, tais como, compreender a equação fiscal, isto é, o cálculo do imposto a pagar, entender as deduções a que tem direito, compreender como trabalhar com as taxas de imposto, entre outros. Os resultados indicaram que a confiança em questões fiscais é suscetível de ser menor para as mulheres, para faixas etárias mais jovens, para aqueles com níveis mais baixos de educação, para aqueles com menor exposição ao trabalho remunerado e para aqueles com rendimentos mais baixos.

Kornhauser (2009) em conjunto com a Universidade do Estado de Arizona, planeou um projeto a desenvolver entre 2009 e 2012 o qual pretendia educar o público sobre matéria básica de fiscalidade, através de métodos populares, como jogos *online* e outras atividades na internet, inclusive nas redes sociais, sobre impostos. Este desejava transmitir aos cidadãos o conhecimento mínimo para que pudessem tomar as suas decisões fiscais de forma informada. Uma vez que, pelas pesquisas de H&R Block<sup>1</sup> referidas por Kornhauser (2009), sistematicamente se constata que os americanos não têm instrução sobre conceitos fiscais básicos, não conhecendo a sua própria situação fiscal, as leis fiscais e o porquê da existência dos impostos. Também verificam que a falta de entendimento fiscal causa frequentemente frustração e oposição.

O projeto teve em vista pessoas entre os 16 e os 30 anos de idade, que estavam prestes a entrar ou acabaram de entrar no mundo do trabalho, no entanto grande parte do conteúdo e método é também aplicável a algumas pessoas mais jovens e mais velhas. O projeto centrou-se em três áreas distintas: Primeiro, por que existem os impostos; segundo, equidade dos impostos e terceiro, conceitos básicos de fiscalidade.

---

<sup>1</sup>Empresa americana, fornece serviços bancários, finanças, consultoria empresarial e reivindica mais de 24,5 milhões de declarações de imposto em todo o mundo. Com escritórios no Canadá, Austrália, Brasil e Índia. Oferece seu próprio *Software* chamado H&R Block at Home, bem como o preenchimento das declarações *on-line* e arquivamento eletrónico no seu site.

Embora o projeto seja mais um passo na criação de literacia fiscal, Kurnhauser acredita que literacia fiscal necessita de ser ensinada nas escolas.

Em Portugal, Tojal (2011) realizou um estudo com o fim de avaliar o grau de conhecimento do contribuinte relativamente ao sistema fiscal português, ou seja, conhecer o nível de literacia fiscal dos portugueses. Foi aplicado um questionário, em setembro e outubro de 2010, às pessoas que se dirigiam aos serviços do Governo Civil de Aveiro para obterem o passaporte. O estudo obteve 200 respostas. As questões abordadas foram relacionadas com a receção do pagamento dos impostos, o que é o imposto e qual a sua importância. Do estudo concluiu-se que os que menos sabem acerca de impostos são os mais jovens e os trabalhadores por conta de outrem. No entanto a maioria dos inquiridos conhecem os impostos com que têm mais contacto no seu quotidiano. O sistema fiscal português é avaliado pelos cidadãos portugueses como complexo e ineficaz e a carga fiscal é avaliada como elevada. A maioria não respondeu sobre o que é o imposto e não sabe da sua importância. A autora sugere que no ensino obrigatório deveriam ser incluídos temas sobre os impostos para se ir sensibilizando os mais jovens e consequentemente combater a fraude e a evasão fiscais.

É notável o problema da iliteracia fiscal nas sociedades, como também as atividades elaboradas e sugestões para a redução da mesma. Verifica-se nos vários estudos uma certa persistência no conhecimento do que é o imposto, o porquê da sua existência e sua importância e, ainda, no conhecimento do cálculo de imposto a pagar, isto é, do preenchimento da declaração de imposto. Estas são questões a abordar no capítulo seguinte.



## **Capítulo IV – Percepção do indivíduo sobre o mundo dos impostos**

### **1. Os impostos**

A criação de literacia fiscal nas sociedades implica a instrução do indivíduo sobre certas questões básicas de fiscalidade. Primeiramente deve saber o que é e qual a importância do imposto, para compreender a sua existência.

O imposto faz parte da organização das primeiras civilizações. É definido como uma prestação pecuniária, coativa, definitiva, unilateral, estabelecida pela lei, a favor de entidade incumbida de função pública, “que não constitui sanção de um ato ilícito, nem depende de qualquer vínculo anterior” (Carlos, Abreu, Durão, & Pimenta, 2011, p.17).

Por outras palavras, o imposto é pago em dinheiro e na sua génese não está um ato de vontade. O cidadão, prestador do imposto devido, não tem direito a reembolso do mesmo, por isso, não é um empréstimo. Do pagamento não resulta uma contrapartida individualizada, diferenciando-se das taxas. Isto é, embora a lei obrigue o Estado a destinar uma arrecadação mínima de imposto a certos serviços públicos, o pagamento não confere qualquer garantia de contrapartida.

O imposto também não tem natureza de penalização, por isso se distingue das multas e coimas<sup>2</sup>. A lei, e apenas a lei, exige o pagamento de imposto a todo o cidadão que está sujeito à obrigação tributária, após a verificação de um facto.

A relevância dos impostos é evidente quando se percebe há quanto tempo existem. A história mostra-nos uma grande evolução dos impostos e a influência das guerras nessa evolução, como refere Samson (2002) “...tax developments were transported to other societies and nations. Wars were a major stimulus for tax developments as governments’ revenue needs in war caused changes and innovations” (p.40). A civilização humana usaria impostos como meio de sobrevivência e como meio de desenvolvimento, isto é, pelo menos, parte da arrecadação seria efetivamente usada para impulsionar o progresso. No entanto, os impostos tanto têm o potencial de construir grandes nações e trazer o bem estar aos cidadãos como o de destruir impérios que deveriam sustentar.

Atualmente os impostos têm como fim a arrecadação de receita por parte do Estado, pois este necessita de recursos para a criação de serviços públicos como de saúde,

---

<sup>2</sup>As multas sancionam atos ilícitos de natureza criminal, ao passo que as coimas sancionam atos ilícitos de teor administrativo. Por exemplo, quando há uma transgressão ao código da estrada aplica-se uma multa, quando se entrega imposto fora de prazo aplica-se uma coima, traduzindo-se na imposição do pagamento de uma quantia fixada nos termos da lei.

segurança e educação, que revertem para o bem comum. Contudo não existe qualquer vinculação entre as receitas de impostos e determinada finalidade, como já se explicou anteriormente.

Os impostos são neutros. O seu efeito depende muito mais de quem os usa e como são usados do que da sua própria natureza.

Para uma melhor perceção geral dos impostos em Portugal apresenta-se a seguinte tabela:

<b>Os impostos Estatais</b>					
<u>Sobre o rendimento:</u>	<u>%<sup>3</sup></u>	<u>Sobre o consumo:</u>	<u>%</u>	<u>Sobre o património</u>	<u>%</u>
Imposto sobre o Rendimento das pessoas singulares (IRS) – incide sobre o rendimento global anual dos contribuintes individuais, líquido das deduções e abatimentos previstos na lei.	34%	Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – imposto plurifásico. Isto é, incide em todas as fases de comercialização dos bens até à sua transmissão ao consumidor final.	37%	Imposto único de Circulação (IUC) – incide sobre os veículos das categorias de A a G, matriculados ou registados em Portugal.	0,7%
Imposto sobre o Rendimento Coletivo (IRC) – Incide sobre o lucro <sup>4</sup> das sociedades comerciais e civis, das cooperativas e das empresas públicas.	14%	Imposto Especial de Consumo (IEC) – incide sobre os produtos petrolíferos, sobre o tabaco e sobre o álcool e bebidas alcoólicas.	10%		
		<u>Outros:</u>			
		Imposto do Selo (IS) – incide sobre atos, contratos, documentos, títulos, livros, papéis entre outros factos.	4%		

*Tabela 1-Quadro síntese dos principais impostos de acordo com as contas gerais do Estado português de 2013. (Finanças, 2013)*

*Fonte: Elaboração própria*

<sup>3</sup> As percentagens foram calculadas da seguinte forma: o total de cada imposto a dividir pela soma de todos os impostos que o Estado arrecada, os diretos e os indiretos.

<sup>4</sup> O lucro consiste na diferença entre os valores do património líquido no fim e no início do período de tributação com as devidas correções e deduções, obtendo-se a matéria coletável. Uma vez esta apurada, aplica-se a taxa que determina a coleta e o IRC liquidado.

Como impostos municipais existem o Imposto Municipal sobre os bens Imóveis (IMI) e o Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas (IMT) que incidem sobre o património.

Repare-se que o IVA é o imposto que mais contribui para a receita do Estado. No entanto, vários estudos revelam que o imposto que regista mais aversão é o IRS, por ser um imposto que no fundo tributa a família, ou seja, quanto maior for este imposto menor é o rendimento disponível. Ao contrário, os estudos indicam que a maior parte dos indivíduos tem preferência em manter ou até aumentar os impostos sobre o álcool e bebidas alcoólicas e o imposto sobre o tabaco, como é o caso do estudo realizado por Ferreira (2013), cujo objetivo era analisar a perceção e atitudes da população portuguesa face aos impostos existentes. Os dados foram recolhidos através de um questionário disponibilizado a alunos, ex-alunos, docentes e funcionários da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, alunos e ex-alunos da pós-graduação em Finanças e Fiscalidade da Porto *Business School* e a ex-alunos da mesma instituição através da rede de contactos pessoais, durante os meses de julho, agosto e setembro de 2013.

Foi também realizado um estudo na Suécia, por Hammar, Jagers, e Nordblom (2008), o qual tinha o objetivo de analisar a opinião dos cidadãos suecos em relação aos diferentes impostos existentes no país. Foram usadas respostas de um questionário enviado pelo instituto *Society Opinion Media* (SOM) para endereços de correio eletrónico dos cidadãos, recolhidos de forma aleatória do registo nacional, com idades entre os 15 e os 85 anos, em outubro de 2004. Neste estudo concluiu-se, por exemplo, que inquiridos com educação universitária e leitores regulares de informação sobre impostos têm maior aceitação dos impostos sobre o rendimento.

Portanto, tendo uma perceção básica dos impostos o cidadão cria literacia fiscal, toma consciência da sua importância e tem maior aceitação dos mesmos. No entanto, para além do indivíduo dever obter conhecimento sobre o que é o imposto e a razão da sua existência, necessita de saber como se efetua o cálculo do valor a pagar do imposto sobre o seu próprio rendimento. Este é um assunto a tratar na fase seguinte deste capítulo.

## 2. Destinatários da lei fiscal, o contribuinte e a Autoridade Tributária

Ao longo dos tempos grandes alterações foram feitas nos sistemas fiscais. Hoje são notáveis essas mudanças nas funções que competem ao cidadão, pois estes praticavam poucos ou mesmo nenhuns atos fiscalmente relevantes (Guimarães, 2007).

O sistema fiscal é definido por Guimarães (2005) como “...um conjunto de impostos estatuído num determinado espaço territorial com a finalidade de satisfação das necessidades elementares dos cidadãos, de acordo com a lei base orientadora, no caso português, a Constituição da República Portuguesa (CRP)” (p.1).

Segundo a CRP (2005) no seu art.º 103º n.º 1 “O sistema fiscal visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas e uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza”. No seu art.º 104º verifica-se que o sistema integra impostos sobre o rendimento, sobre o património e sobre o consumo, como se analisou no ponto anterior deste capítulo.

Como se referiu acima, no tempo presente existe uma maior dependência da colaboração dos contribuintes e do cumprimento rigoroso das tarefas fiscais. Note-se que a maioria das obrigações fiscais que nascem e se desenrolam no atual Sistema Fiscal Português têm como base as declarações do contribuinte.

Nos dias de hoje compete essencialmente ao indivíduo a análise do imposto que lhe pode ou não competir, a sua interpretação e a definição do valor a pagar.

No entanto, a evolução dos sistemas fiscais e as constantes mudanças trazem consigo a complexidade, a instabilidade e a insegurança.

Por outro lado, “...para além dos impostos, criados e desenvolvidos ao longo dos tempos, também a Administração Fiscal...” hoje conhecida como Autoridade Tributária “...e o correspondente relacionamento desta com os contribuintes, foi registando evoluções ao longo dos tempos...” (p.5). Uma boa relação entre a Autoridade Tributária e o contribuinte poderá trazer maior cumprimento fiscal por parte deste último (Lopes, 2011).

Como já se verificou anteriormente, pelas pesquisas de H&R Block, referidas por Kurnhauser, a falta de entendimento fiscal causa muitas vezes frustração e oposição. Lopes (2011) indica que “A dificuldade de perceber determinados temas e a própria complexidade do sistema, implica que muitas vezes se tenha de recorrer a ajudas...” e ainda que “...o contribuinte fica por vezes com a ideia de que está a realizar tarefas que não são da sua competência...” (p.28), mas sim da Autoridade Tributária.

Por isso, a literacia fiscal se torna necessária. Uma vez que o contribuinte precisa de procurar e perceber a lei fiscal que está em constante mudança, para fazer cumprir devidamente as suas tarefas fiscais, este deve ter boa vontade para atualizar o seu conhecimento fiscal (Madi et al., 2010). Como também os organismos governamentais devem ajudar o contribuinte no seu cumprimento, disponibilizando serviços e esclarecimentos de noções básicas de fiscalidade, inclusive sobre o preenchimento da declaração de rendimentos.

Segundo Slemrod e Yitzhaki (2000) o grande objetivo da Autoridade Tributária seria desenvolver um clima favorável entre esta e o contribuinte, que ajudasse o contribuinte a conhecer a legislação fiscal, preencher corretamente as suas declarações, e avaliar voluntariamente o montante dos impostos a pagar.

Lopes (2011) faz ainda uma importante alusão aos sistemas de reclamações em Portugal, como os processos contenciosos ou as respostas a recursos dizendo que estes “não são apontados com boas referências por parte dos contribuintes. São geralmente muito lentos, chegando mesmo a ser «esquecidos», e são uma fonte geradora de conflitos” (p.29). Isto pode causar no contribuinte sentimentos de desconfiança e insegurança no que diz respeito a pedir ajuda à Autoridade Tributária, ou a relatar situações que o contribuinte considera incorretas impedindo assim que a Autoridade Tributária tenha a oportunidade de corrigir o que eventualmente possa estar errado ou a de poder explicar-se perante o contribuinte. O que no fundo não contribui para uma boa relação entre ambos.

O que também não é favorável para a boa relação entre Autoridade Tributária e contribuinte, é a crescente complexidade do sistema fiscal, como se assinalou acima. Frequentemente, e parece que cada vez mais, em curtos espaços de tempo são implementadas novas leis e novas medidas que a maior parte das vezes são de difícil compreensão. Como consequência, o contribuinte pode perder a motivação para procurar perceber, inculcando o sentimento de revolta, e, mesmo que isso não aconteça, a atuação do indivíduo vai “depender muito do seu correto entendimento das novas normas” (Lopes, 2011, p.29). Santos (2009) refere que a má qualidade das leis, a sua profusão e dispersão, proporcionam interpretações diferentes e por vezes são contraditórias, as quais tendem a criar insegurança, o que faz com que se gerem conflitos de interesse entre os contribuintes e a própria Autoridade Tributária.

A literacia fiscal permite amortecer esta complexidade dos sistemas fiscais, pois o conhecimento geral dos impostos facilita o entendimento das leis e consequentemente a sua correta interpretação. No caso particular do IRS, permite ao contribuinte entender mais facilmente a declaração fiscal, bem como as instruções do respetivo preenchimento, dando ao indivíduo a possibilidade da realização de um preciso cumprimento das tarefas fiscais e fá-lo de maneira informada e consciente.

A falta de clareza das normas pode tornar-se num problema perigoso. Não é compreensível para o contribuinte as fronteiras entre o uso e o abuso do que é permitido pela lei, e aquele pode incorrer em infrações tributárias (Oliveira, 2012). Este é um tema de atual importância e é falado no ponto seguinte.

### 3.Poupança fiscal

É próprio da racionalidade económica a minimização dos impostos a suportar, fazendo-se um planeamento fiscal. Não existe uma definição clara e perceptível de planeamento fiscal, tornando-se difícil a delimitação do seu conceito. Para uma melhor explicação das formas de planeamento fiscal, apresento o seguinte esquema:

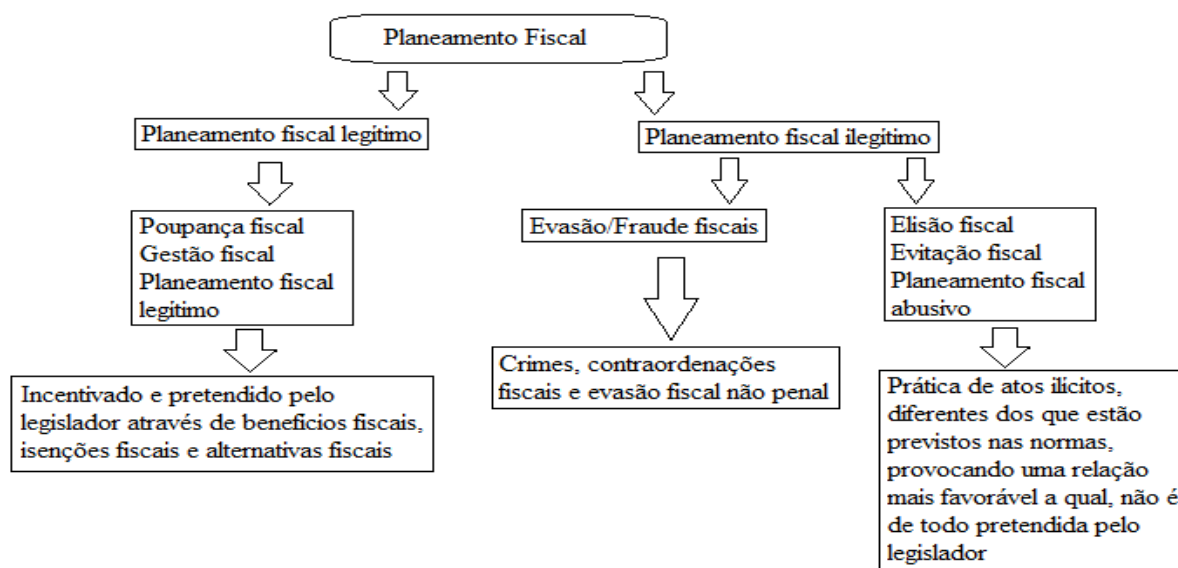


Figura 1-Esquema das formas de planeamento fiscal

Fonte: Adaptado do quadro síntese nº 1 de Oliveira(2012)

O cidadão tem oportunidade de escolha, uma vez que tem como direito essa liberdade. Como é evidente a opção de cada contribuinte é consequência da consideração

das vantagens e inconvenientes, neste caso dos benefícios fiscais e dos custos fiscais, respetivamente.

Entenda-se, portanto, poupança fiscal como o alívio da carga fiscal através de determinadas escolhas, através de exclusões tributárias, isto é das isenções de incidência do imposto, dos benefícios fiscais e das alternativas fiscais que, como o esquema refere, são intencionadas pelo legislador.

No entanto, “O exercício da liberdade de escolha nem sempre é inocente...” (p.5), como diz Oliveira (2012) e torna-se difícil saber em que momento se encontra a barreira entre o planeamento fiscal legítimo e o abusivo, pois esta é demasiado ténue. No planeamento fiscal abusivo o contribuinte evita a lei fiscal, sem expressamente a infringir, o que difere de evasão fiscal que respeita à redução da carga fiscal conseguida mediante atos ilícitos, contudo aquele comportamento tido pelo contribuinte não é desejado pelo legislador.

Um problema pode aqui surgir porque, por um lado, o contribuinte tem direito à liberdade de escolha e, por outro, este pode interpretar as normas fiscais a seu favor. Ou porque estas por si só não são claras e confundem o indivíduo tornando os seus comportamentos deliberados ou o indivíduo interpreta-as à sua maneira e procede de maneira intencional. Pois se o contribuinte se depara com leis mal estruturadas, com omissões legislativas ou com conceitos imprecisos, escolhe a via menos onerosa nas suas opções.

A literacia fiscal pode resolver duas situações. Primeiramente, dá o conhecimento base para o indivíduo ter a possibilidade de fazer as melhores escolhas em seu proveito, por exemplo, pode obter vantagens de benefícios fiscais dos quais, sem a literacia fiscal, não tinha conhecimento. Em segundo lugar, pode tornar-se mais claro para o contribuinte o que o legislador realmente pretende.

Relativamente às escolhas que vão contra o pretendido pelo legislador, mas de uma forma intencional, pode referir-se a motivação e a maior satisfação que a literacia fiscal impõe ao contribuinte, em pagar impostos, no entanto, a ética fiscal e a educação fiscal têm uma profunda ligação com o comportamento legal do contribuinte.

O estudo realizado na Suécia de Hammar et al. (2008), que já se mencionou anteriormente neste trabalho, o qual tinha como objetivo analisar a opinião dos cidadãos suecos sobre os diferentes impostos existentes no país e onde se utilizou uma pesquisa do

instituto SOM de 2004, possibilitou várias conclusões importantes. Um resultado a que chegaram foi precisamente o de que pessoas informadas fiscalmente podem estar mais satisfeitas com o pagamento de impostos. O que pode ajudar a que os impostos menos aceites pela sociedade possivelmente ganhem mais apoio. Um cidadão informado torna-se consciente da importância do imposto.

Um outro estudo que revelou resultados importantes foi o de Jakobsson (2008) realizado também na Suécia com o objetivo de estudar os fatores que moldam as preferências dos cidadãos sobre os impostos. A amostra para a realização da investigação foi constituída por 103 estudantes do 1º ano de negócios de economia da Universidade de Gotemburgo os quais tinham idade entre os 18 e os 28 anos. Jakobsson, numa das suas conclusões, indica que “...there is an effect indicating that knowledge about the proportional structure of the tax decreases the probability of wanting to decrease it” (p.4). O autor argumenta que os cidadãos que sabem onde é que os seus pagamentos de impostos são usados têm uma maior aceitação do seu pagamento e a probabilidade de o querer diminuir é baixa.

Apesar da informação fiscal poder diminuir o desejo de não pagamento de imposto, não quer dizer que os custos fiscais dos indivíduos que não desejam aquela diminuição sejam superiores aos indivíduos que a desejam. Isto é, não significa que aqueles que não desejam a diminuição do imposto pretendam pagar mais, o que acontece é que estes compreendem o valor justo de imposto a pagar e, por isso, não pretendem a sua diminuição e aceitam. Assim, o indivíduo informado não deseja tanto a diminuição de imposto e tem o conhecimento certo para obter uma carga fiscal menor através da poupança fiscal ou gestão fiscal, isto é, uma carga fiscal justa, pois tem direito ao planeamento fiscal legítimo.

A informação fiscal permite ao contribuinte realizar uma poupança fiscal de forma consciente, com riscos e erros diminuídos e devidamente instruído. Ou seja, o contribuinte, para além de ter conhecimento sobre o que é o imposto e qual a sua finalidade, deve ter vontade de procurar saber que alternativas fiscais lhe são propostas, para assim efetuar as suas decisões corretamente, de forma coerente e consciente. Deve procurar saber quais os benefícios fiscais a que tem direito, como por exemplo, o crédito fiscal concedido às despesas de saúde e educação. Deve também procurar conhecer o processo de arquivar a diversa informação, isto é, através do pedido de faturas e recibos e qual o conteúdo que estes devem conter. Toda esta informação fiscal permitirá obter a possibilidade de deduzir



tudo o que por direito poderá deduzir na declaração de imposto, com o fim de reduzir a carga fiscal. Outra informação fiscal importante, e que não se direciona apenas ao imposto sobre o rendimento, é o conhecimento dos prazos tanto da entrega das declarações como dos pagamentos dos impostos a efetuar, o que permitirá ao contribuinte realizar corretamente e de forma precisa as suas tarefas fiscais, reduzirá a probabilidade do indivíduo cometer erros e até mesmo de poder pagar multas e coimas.

Relativamente ao IMI há também uma informação importante a referir que o contribuinte deveria ter conhecimento. Vejamos, o IMI calcula-se com base no valor patrimonial tributário (VPT), este por sua vez implica o valor base do prédio (Vc), a área (A), a aplicação dos coeficientes de afetação (Ca), de localização (Cl), de qualidade e conforto (Cq) e de vetustez (Cv), sendo a este último que se dá particularidade. Esta variável, o Cv, depende do número inteiro de anos da habitação<sup>5</sup>, e o seu valor diminui consoante o aumento de idade do prédio, isto é, se o prédio for novo o coeficiente é 1, de 2 a 8 anos é 0,90, entre 9 e 15 anos é 0,85 e assim sucessivamente, até o prédio ter 61 anos em que o valor será, daqui para a frente, sempre o mesmo, 0,40, mesmo que o prédio tenha 100 anos o coeficiente não reduz. No entanto, esta variável não é atualizada automaticamente e o valor considerado pode não ser o correto, mas sim o do ano da avaliação. Por isso, o contribuinte deve conferir o valor do IMI a pagar e pedir nova avaliação caso o valor não esteja correto.

Pelas evidências apresentadas por outros estudos e pelos argumentos de vários autores, pode realçar-se novamente a importância da literacia fiscal.

A literacia fiscal traz mais satisfação ao cidadão no pagamento dos impostos, reduz a vontade de querer diminuir os impostos e com as informações adequadas o contribuinte obtém mais vantagens do que se não estiver devidamente informado fiscalmente. O contribuinte obtém os meios necessários para elaborar uma poupança fiscal a que tem direito, diminuindo a sua carga fiscal de uma forma consciente, informada e justa, uma vez que faz as suas opções consoante o que a lei permite, por intenção do legislador; sem cometer crimes ao contrário do que acontece através da evasão fiscal ou do planeamento abusivo.

---

<sup>5</sup>Desde a data da licença de utilização ou da data de conclusão das obras de edificação.

A literacia fiscal reduz a possibilidade do cidadão cometer erros que lhe trarão prejuízos, pois este possui o conhecimento que lhe permite tomar decisões fiscais mais acertadas que lhe trarão benefícios.

No capítulo seguinte, apresentam-se alguns aspetos que envolvem o comportamento dos contribuintes perante as suas obrigações fiscais.

## **Capítulo V – Cumprimento fiscal**

### **1.As obrigações fiscais e o dever cívico do seu cumprimento**

As obrigações fiscais são tarefas de cariz fiscal que competem ao contribuinte realizar, como bom cidadão que cumpre os seus deveres cívicos. Como já se referiu, estas tarefas têm vindo a aumentar e tem de haver uma constante atualização de informação fiscal por parte do contribuinte, para as realizar corretamente e com precisão. Pois, como se tem vindo a constatar, um indivíduo com conhecimento fiscal toma as suas decisões fiscais mais corretamente e obtém mais benefícios, uma vez que há menos probabilidade de incorrer em erros.

São várias as operações fiscais a que o contribuinte deve obedecer e para as efetuar deve preencher toda a documentação necessária. As tarefas passam, por exemplo, pelo pagamento da contribuição à segurança social, pelo pagamento do IUC, pela verificação do valor a pagar de IMI, pelo pedido de faturas e recibos e pelo cálculo e respetivo pagamento do IRS. A esta última tarefa dá-se particular interesse, pelo facto de exigir um maior conhecimento fiscal para o cálculo de imposto, isto é, para além de o indivíduo ter de realizar o pagamento de imposto em tempo devido, como o que acontece com os outros pagamentos de impostos, o IRS implica o registo dos contribuintes dentro do sistema e o preenchimento da declaração apresentando os valores verdadeiros e corretos de rendimento, consumo e riqueza de acordo com o seu arquivo fiscal.

O cumprimento de qualquer obrigação está assegurado pelo poder conferido ao credor de imposto de obter coercivamente do devedor o respetivo cumprimento, seja este o pagamento de imposto ou a realização de outra tarefa. Ou seja, mesmo que o contribuinte não efetue a tarefa dentro do prazo determinado para o efeito, o Estado ou outra entidade credora, pode usar determinados meios para obter o que é devido. Como é o caso da aplicação de penhoras ao património, e o contribuinte não cumpridor pode ainda ser alvo de juros ou até coimas.

Portanto, é fundamental que o contribuinte cumpra as suas obrigações para que não se prejudique a si próprio nem prejudique os outros. Se todos cumprissem devidamente as suas funções fiscais a que estão destinados, contribuiriam para uma sociedade melhor. A sociedade tornar-se-ia mais justa, pois ao pagarem todos o que lhes compete, não teriam uns de pagar pelos outros. Uma vez que a receita proveniente da arrecadação de impostos “é fundamental para o desenvolvimento económico, social e cultural do país” (Gonçalves,

2010, p.15). Haveria mais meios para o Estado criar riqueza para o país, educação e segurança para os cidadãos. Caso o contribuinte não cumpra, o Estado não terá os recursos necessários para tal e incorrerá em custos para punir o contribuinte não cumpridor, consequentemente, a sociedade em vez de progredir tende a regredir.

No entanto, tudo isto se insere num aspeto de cultura cívica, a chamada cultura fiscal. Isto é, a cidadania determina como se deve atuar, numa sociedade organizada, para satisfazer as necessidades públicas, alcançando metas coletivas, através da articulação de interesses individuais e coletivos, que nem sempre convergem. “A cultura fiscal assenta num conjunto de ideias, valores e atitudes que inspiram e orientam a conduta de todos os actores sociais, que intervêm na realidade fiscal de um país” (Soares, 2004, p.26).

A literacia fiscal não deixa de ser posta de parte neste importante aspeto apontado no cumprimento fiscal. Aqui é também incluído o nível de conhecimento fiscal dos cidadãos, isto é, o conhecimento que os cidadãos têm das normas fiscais, e o nível da sua capacidade para o exercício da prática obrigatória.

Por outro lado, como Lopes (2011) refere, a cultura fiscal “...deverá estar relacionada com a consciência cívica fiscal dos contribuintes, devendo sempre recair sobre o cumprimento dos impostos” (p.10). Seria desejável a existência de uma verdadeira cultura de cidadania nas sociedades, relativamente a matérias fiscais. Devem ser incutidos procedimentos que afetam atitudes de cumprimento fiscal dos contribuintes.

Muitos países têm apostado no desenvolvimento de programas de educação fiscal no sentido de sensibilizar as pessoas para o cumprimento do dever cívico que é o pagamento dos impostos e transmitir esclarecimentos sobre o funcionamento do Estado e sobre a aplicação de recursos. Este tipo de programas ajudam na criação de literacia fiscal e ao mesmo tempo incutem uma cidadania participativa e justa.

Como refere Nabais (1998) “...o imposto não pode ser encarado, nem como um *mero poder* para o estado, nem simplesmente como um *mero sacrifício* para os cidadãos, mas antes como o contributo indispensável a uma vida em comum e próspera de todos os membros da comunidade organizada em estado” (p.185). A educação fiscal visa transmitir este pensar, incutindo valores de equidade, justiça, solidariedade, transparência e liberdade.

No entanto, deve-se refletir no que levará o cidadão a cumprir ou não cumprir com as tarefas fiscais, isto é, que elementos influenciarão o comportamento dos contribuintes

perante os impostos. Importa saber o que está por detrás do modo de atuar do indivíduo contribuinte, e que no próximo ponto iremos desenvolver.

## 2.Os fatores que influenciam o (in)cumprimento fiscal

São vários os elementos, que conjugados, determinam a vontade do cumprimento ou incumprimento fiscal.

A realização das obrigações fiscais acarreta consigo custos de cumprimento. Estes não incluem apenas o tempo gasto pelos contribuintes, as despesas incorridas com guias fiscais, equipamento informático e com profissionais, a quem os contribuintes recorrem para cumprirem com as suas obrigações, mas também incluem os custos sociológicos e psicológicos. Os primeiros relacionam-se com o comportamento das pessoas enquanto seres sociais. Os segundos estão relacionados com sentimentos, motivações e emoções, como por exemplo, o *stress*, a ansiedade, a preocupação e a angústia. Também os aspetos económicos ou até mesmo religiosos podem refletir-se no comportamento dos contribuintes.

Primeiramente, os aspetos sociológicos e psicológicos. A sociologia fiscal tem como interesse os objetivos coletivos que vão desde o tipo de comunidade em que se ambiciona viver, até ao papel que o Estado deve desempenhar nessa sociedade. A psicologia fiscal tem como objetivo explicar os fatores psicológicos que determinam os atos fiscais do cidadão.

Os elementos sociais e psicológicos têm influência na conduta fiscal, pois, refere Lopes (2011) “As ideias e atitudes em relação ao sistema fiscal resultam de comportamentos coletivos, de padrões de conduta social” (p.22). Isto é, a cultura em que se vive domina os impulsos humanos. Por exemplo, numa sociedade onde se considera um comportamento normal e moral a evasão fiscal ou a fuga fiscal, consideravelmente que a mentalidade do contribuinte estará mais inclinada para uma conduta de não cumprimento.

Lopes (2007) e Lopes (2011) apontam ainda que a complexidade, a diversidade e a dispersão e incerteza na informação acerca da legislação fiscal, podem incutir no contribuinte os sentimentos, que já se assinalaram acima, como o *stress* e a ansiedade, no processo de cumprimento dos impostos. Verifica-se que a complexidade do sistema fiscal e das informações fiscais, como também as constantes alterações que se referiram no

capítulo anterior, são elementos que estimulam situações de fraude. Tal como as orientações sociais que cada povo cria originando o seu próprio civismo fiscal.

Ou seja, os indivíduos no fundo, ao pagarem os seus impostos, estão a ser forçados a isso, uma vez que por estes diminuïrem o seu rendimento e a sua riqueza não pagariam de forma voluntária. No entanto, esta obrigação poderá ser socialmente mais aceite ou menos aceite. Ou seja, se por um lado a sociedade tiver um grau de aceitação maior, o contribuinte tende a considerar o cumprimento, não de todo agradável, mas como um contributo ao financiamento das despesas públicas que são precisas ao bem estar comum. Se por outro lado a sociedade tiver um grau de aceitação menor o contribuinte pode não compreender o sentido do cumprimento e, ou cumpre sob ameaça uma vez que é obrigado, ou incorre no não cumprimento, cometendo fraude e evasão fiscal.

Portanto, é fundamental ter em conta o elemento humano, aquando da colocação em prática de uma política eficaz, pois é este quem concebe as leis e o planeamento fiscal por um lado, e os seus destinatários por outro. E, mais uma vez se apela à criação de uma verdadeira cultura de cidadania fiscal.

A sociologia e a psicologia fiscais complementam-se no sentido em que contribuem para um melhor conhecimento das perceções, atitudes e motivações que influenciam o comportamento fiscal do cidadão, para um melhor conhecimento sobre as ideias da forma de organização e estruturação das suas obrigações fiscais. Constituem, desta maneira, um instrumento básico para os decisores de política fiscal se orientarem adequadamente nas suas tomadas de decisões.

Relativamente aos aspetos económicos e religiosos, também se deve apontar a sua relação com o cumprimento das obrigações fiscais. O fator económico é o resultado da teoria tradicional da evasão fiscal, esta está associada à diminuição de riqueza, pois ninguém fica satisfeito ao ver o seu rendimento reduzido, o que é determinante no cumprimento das questões fiscais (Allingham & Sandmo, 1972). Com elevadas taxas de impostos e em situações de recessão ou crise económica, o motivo económico para a fuga acentua-se e a evasão fiscal torna-se mais manifesta do que em situações de expansão. Assim, quanto mais elevadas forem as taxas o contribuinte tem mais probabilidade em cometer a fuga aos impostos, pois considera que os riscos serão compensados pelos benefícios.

Adam Smith foi filósofo e economista do século XVIII e autor de “Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações”. Na sua obra mais conhecida, procurou demonstrar que a riqueza das nações resultava da atuação de indivíduos que, movidos inclusive pelo seu próprio interesse, promoviam o crescimento económico. É também da sua autoria a apresentação de um “bom imposto” através de quatro máximas a que se deve atender: equidade, certeza, conveniência e economia. Nesta última, não inferiorizando a importância das primeiras, está em causa a economia e a cobrança, de que se vem a falar. Smith (1999) defende que o imposto deve ser de tal maneira arquitetado, que retire o mínimo possível do bolso dos cidadãos. Um “bom imposto” é aquele imposto que arrecada o suficiente para financiar as funções do Estado e que o contribuinte aceita e tem motivação para cumprir essa tarefa, fazendo com que a sociedade evolua economicamente.

As questões religiosas podem estar também associadas aos comportamentos dos contribuintes. Para os católicos, por exemplo, o pagamento de impostos é mencionado diversas vezes na Bíblia Sagrada e a evasão fiscal é referida como um processo imoral e ilícito, através de São Mateus 22, 19-21 em “Mostrai-me a moeda com que se paga o imposto” e “Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” e no sétimo mandamento que diz “Não roubarás”, Êxodo 20, 15.

Numa investigação de Torgler (2003) onde foi analisada a religião como um fator que se reflete na moralidade dos impostos, através da análise, em mais de 30 países, de diversas variáveis religiosas, que vão desde a educação, a orientação religiosa, a confiança na igreja e se é ou não praticante, foi revelado que a religião incute moralidade fiscal. Por exemplo, ficou concluído que os católicos, os hindus e os budistas são quem mais cumpre com as suas tarefas fiscais e, que os ortodoxos e protestantes são quem menos cumpre. Assim, os resultados a que Torgler chegou permitiram afirmar que a religião tem impacto no comportamento fiscal do cidadão.

Lopes (2011) não deixa de referir que a confiança no organismo governamental é outro fator que pode condicionar o cumprimento por parte do cidadão. “Os cidadãos que acreditam e confiam no sistema fiscal, são muito mais propensos a efetuar tarefas fiscais do que os que não confiam” (p.20). Lopes (2007) refere que o fator tempo é um dos custos de cumprimento com maior valor para os contribuintes individuais. “O Reino Unido é o país onde os contribuintes individuais gastam menos tempo com o cumprimento das suas

obrigações fiscais (46,3%). Por sua vez, é nos Estados Unidos da América (EUA), onde os contribuintes gastam mais tempo com o cumprimento fiscal (84%)” (p.203). E, ambas as autoras ainda referem que o grau de conhecimento do indivíduo sobre o sistema fiscal também pode propulsionar o cumprimento. Este fator, que pode também influenciar as atitudes fiscais do cidadão, faz sobressair novamente a importância da literacia fiscal, neste caso, na criação de um cidadão cumpridor. No próximo e último ponto da revisão da literatura, é abordado com mais pormenor o seu contributo na conduta fiscal do contribuinte.

### 3.A influência da literacia fiscal no cumprimento fiscal

Como se tem vindo a constatar, a literacia fiscal contribui para que o cidadão como contribuinte, obtenha a informação necessária para fazer cumprir as suas tarefas fiscais de forma consciente e o conhecimento para que tome as decisões fiscais mais acertadas. Contudo, será que a literacia fiscal contribui para o cumprimento fiscal dos indivíduos?

Referiu-se também, anteriormente, que cidadãos informados fiscalmente obtêm maior motivação e satisfação em pagar impostos.

Lopes (2007), na sua análise comparativa de resultados obtidos por estudos que avaliaram os custos de cumprimento dos impostos sobre o rendimento no sistema fiscal, indica o estudo de Sue Green realizado em 1992, de natureza qualitativa, cujo objetivo foi identificar as áreas do sistema fiscal que, no Reino Unido, tinham custos de cumprimento mais elevados, na perspetiva dos contabilistas. Nesse estudo concluiu que as dificuldades de interpretação da legislação fiscal era a primeira causa de custos de cumprimentos elevados. Através da criação de literacia fiscal este custo de cumprimento poderia diminuir, uma vez que esta permite que o contribuinte tenha a capacidade de captar, processar e perceber a informação fiscal, ou seja, saber interpretar as informações fiscais. Esta poderá diminuir também os custos de tempo, que foram abordados no ponto anterior, uma vez que o cidadão se torna um contribuinte independente e mais eficaz no que concerne a pôr em prática as informações fiscais que adquire.

Já se verificou que a literacia fiscal desencadeia algumas atitudes positivas no contribuinte. Isto é, o conhecimento de alternativas fiscais, benefícios fiscais, prazos de entregas e pagamentos, processo de arquivar informação, através de faturas e recibos, e de deduções a que o contribuinte tem direito, permite-lhe entender as normas fiscais básicas



para o melhor cumprimento das suas questões fiscais. Viu-se que a complexidade do sistema fiscal incute sentimentos de *stress*, ansiedade, angústia e preocupação no indivíduo, contudo se o contribuinte obtiver estes conhecimentos básicos poderá aliviar estas emoções menos boas.

Uma vez que o indivíduo obtém as devidas informações fiscais abordará de forma consciente as suas decisões fiscais e terá menos probabilidade de incorrer em erros, criando para si mais benefícios e consequentemente sentimentos positivos. Um exemplo simples é o facto de um indivíduo com conhecimentos fiscais saber os prazos fiscais que tem de cumprir e pagar os impostos em tempo devido, não ficar tão preocupado como aquele que não sabe e não paga atempadamente e que é notificado para o fazer.

As emoções menos negativas que o contribuinte informado fiscalmente sente incutem neste a motivação para o conhecimento mais aprofundado e para a participação social. Como se referiu em estudos anteriores, como o de Hammar et al. (2008) e o de Jakobsson (2008), o conhecimento fiscal implica no contribuinte uma maior aceitação dos impostos, ou seja, ganha mais satisfação no pagamento de imposto e perde vontade de o querer diminuir. A literacia fiscal é necessária para que o cidadão saiba o que é o imposto e a sua relevância para assim perceber a sua existência e o aceitar. Todos estes indicadores da literacia fiscal poderão levar ao cumprimento fiscal. Atendendo sempre a que, como racionalmente económico, o contribuinte tenderá sempre a tomar decisões fiscais que diminuem a sua carga fiscal. No entanto, um contribuinte que entenda a funcionalidade do imposto tende a efetuar a sua poupança fiscal de forma legítima, ou seja, atendendo às alternativas que o próprio legislador apresenta.

A educação fiscal, como vimos inicialmente neste trabalho, pretende incutir no contribuinte o civismo fiscal, isto é, educar o cidadão para obter a cidadania fiscal, onde o pagamento de imposto e o cumprimento fiscal são considerados deveres cívicos e deveres aceites, enquanto o não cumprimento e a evasão fiscal são considerados como atitudes imorais e não éticas.

Enquanto a educação fiscal sensibiliza o contribuinte para o cumprimento do pagamento de imposto, mostrando que é um dever a cumprir como cidadão, dando a conhecer o funcionamento de uma sociedade democraticamente organizada, desde as funções do Estado à aplicação dos recursos públicos. A literacia fiscal impõe no contribuinte a capacidade de captar, processar e entender a informação e o conhecimento

fiscais e de conseguir aplicar devidamente e autonomamente esses saberes básicos de fiscalidade nas questões fiscais que compete ao indivíduo realizar no seu quotidiano, como se observou inicialmente neste trabalho.

Para o cumprimento das atividades fiscais, como diz Lopes e Santos (2013), são necessários os “...conhecimentos técnicos do contribuinte para calcular a quantia correta de imposto, bem como da sua aptidão para realizar estas tarefas” (p. 13826). Afirmam a necessidade de haver literacia fiscal para o indivíduo efetuar o cumprimento das suas obrigações fiscais.

A literacia fiscal é uma capacidade que o contribuinte pode construir através do estudo de informações fiscais, obtendo o conhecimento fiscal. A educação fiscal é uma disciplina que pode ser implementada para a criação de um cidadão melhor e juntas podem completar-se para refletirem um maior cumprimento fiscal e consequente desenvolvimento social e económico da sociedade.

## **Capítulo VI – Metodologia**

Depois da revisão da literatura, é feita a descrição da investigação a realizar, ou seja, os recursos de análise e os métodos que serão utilizados para conclusão do estudo.

### 1.Especificação do problema

Com base na revisão de literatura, verifica-se que os estudos existentes sobre literacia fiscal na sociedade portuguesa revelam que os contribuintes têm pouca perceção acerca do sistema fiscal português e manifestam algum descontentamento perante os organismos governamentais. No entanto, como esses estudos se baseiam em zonas específicas do país. Entendeu-se que seria importante estudar uma população mais rural, correspondendo a uma zona diferente das que já foram estudadas, permitindo assim perceber o conhecimento fiscal dos cidadãos de outros contextos sociais e culturais.

No presente estudo pretende-se avaliar o impacto do nível de literacia fiscal no cumprimento e na poupança fiscais dos cidadãos, sendo o principal objetivo nesta investigação.

Desenvolveu-se um estudo exploratório, que se descreve a seguir, procurando dar resposta às seguintes questões:

- Qual o nível de conhecimento fiscal do cidadão?
- Qual o impacto do nível do conhecimento fiscal no cumprimento das tarefas fiscais?
- Qual o impacto do nível do conhecimento fiscal na poupança fiscal?

### 2.População e amostragem

A população de estudo é constituída pelos habitantes do concelho de Castro Daire localizado no distrito de Viseu. A escolha deste concelho deve-se ao facto de se pretender estudar a literacia fiscal ao nível de uma população mais rural e de ser o concelho onde resido, facilitando assim o desenvolvimento do estudo.

Utilizou-se uma amostragem por cota, procurando assegurar que a proporção de elementos com uma determinada característica na amostra fosse aproximadamente igual à proporção de elementos da população com essa característica.

Abordaram-se os cidadãos de forma aleatória durante o mês de abril de 2014, uma vez que é período de entrega de declarações de rendimento e os cidadãos estão mais

sensíveis a questões relacionadas com impostos e cumprimento fiscal. Inquiriram-se os cidadãos, numa zona central da vila, habitualmente muito frequentada, nos dias úteis entre as 12 e as 14 horas, entre as 17 e as 19 horas, aos sábados e feriados procurando, desta forma, reunir uma amostra mais representativa da população.

### 3.Delineamento e desenho da investigação e do tipo de estudo

O presente estudo é predominantemente qualitativo, a investigação é direcionada para um problema real na sociedade e é encaminhada para a compreensão e identificação de soluções para esse problema. O estudo pode considerar-se interpretativo, pois examina-se o que os indivíduos interpretam da realidade existente no meio onde vivem.

Os dados em questão são caracterizados como primários, uma vez que a sua recolha será efetuada através de um questionário, por aplicação direta de entrevista. O questionário aplicado é composto por três partes: na primeira parte apresentam-se questões que procuram caracterizar o cidadão inquirido sobre as informações pessoais; na segunda pretende-se conhecer o conhecimento fiscal do cidadão inquirindo-se sobre noções elementares ao nível da fiscalidade. Inquiriu-se sobre o imposto e suas condições básicas, sobre alguns impostos em particular, tendo sido escolhidos o IRS, o IRC, o IVA, o IMI e o IUC por se entender que eram os impostos que mais afetavam a vida do cidadão comum. Na terceira parte, onde o objetivo era avaliar o cumprimento das tarefas fiscais por parte do cidadão, as perguntas incidiram sobre o preenchimento das declarações fiscais e sobre o pedido de faturas no ato de consumo e ainda sobre o uso dos benefícios fiscais e das ferramentas disponíveis para o apoio ao cumprimento das tarefas fiscais.

Optou-se por este método para recolha dos dados, pois as pessoas aderem mais facilmente à resposta do questionário. Tendo em conta que o tema em questão é normalmente sensível, o inquérito foi confidencial.

É importante referir que se efetuou um pré-teste, ou seja, aplicou-se o questionário a um pequeno grupo de pessoas, no sentido de o melhorar. Com este procedimento, procurou-se melhorar o estudo, na medida em que permite reconhecer a necessidade de reformular questões para garantir uma melhor compreensão das mesmas, identificar e reduzir erros de linguagem ou de formulação das questões, entre outros aspetos. Abordaram-se as pessoas da mesma maneira que é descrito previamente, isto é, de forma

aleatória, como explicado para a implementação do estudo, mas apenas para um reduzido número de pessoas.

Para tratamento dos dados recorreu-se ao software de análise Statistical Package for the Social Science (SPSS) versão 19.

Depois do levantamento de dados e da análise dos mesmos, vão-se formulando hipóteses às quais se relacionam os resultados e, conclui-se se estas são confirmadas pelos dados ou se isso não acontece.

## Capítulo VII - Estudo empírico

Neste sétimo capítulo, no sentido de completar o presente trabalho, depois da recolha de dados, na qual se obtiveram 168 respostas, apresenta-se o estudo empírico realizado, que teve como objetivo a análise da literacia fiscal dos habitantes do concelho de Castro Daire e o estudo do seu impacto no cumprimento e na poupança fiscais.

### 2. Análise dos dados

Iniciou-se a análise com a caracterização da amostra, procedendo-se a uma análise descritiva e exploratória dos resultados relativos à primeira parte do questionário, ou seja, às informações pessoais sobre os inquiridos.

#### 2.1. Caraterização da amostra

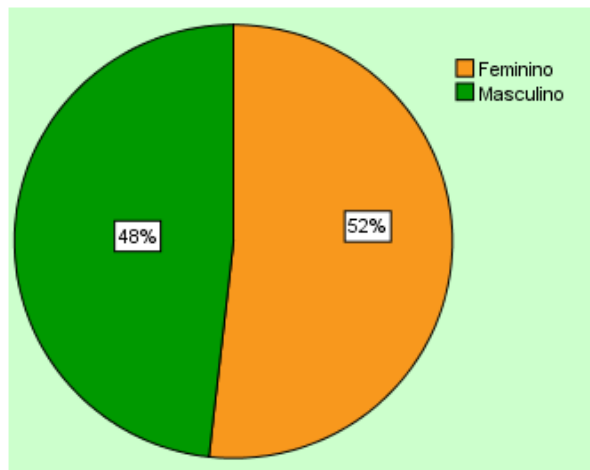


Figura 2-Distribuição dos inquiridos por género

Na amostra de 168 respostas, 48% são homens, conforme mostra a Figura 2, correspondendo a 81 inquiridos.

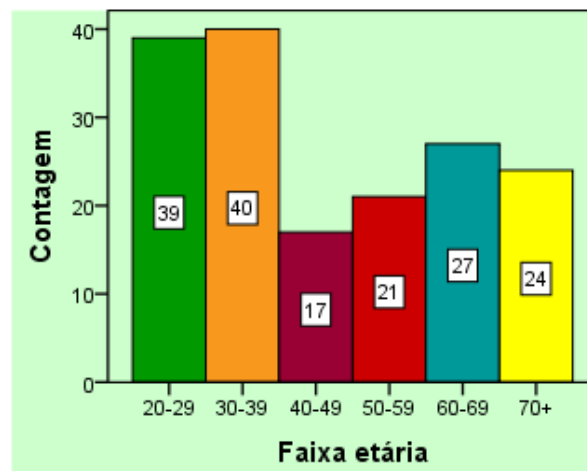


Figura 3-Distribuição dos inquiridos por faixa etária

A Figura 3 mostra que a faixa etária entre os 30 e os 39 anos de idade foi a que obteve mais respondentes do total, 40 inquiridos.

N		168
Média		45,83
Mediana		40,00
Moda		60
Desvio padrão		19,003
Variância		361,10
		2
Mínimo		20
Máximo		92
Percentis	25	30,00
	50	40,00
	75	60,00

Tabela 2-Estatística descritiva da idade dos inquiridos

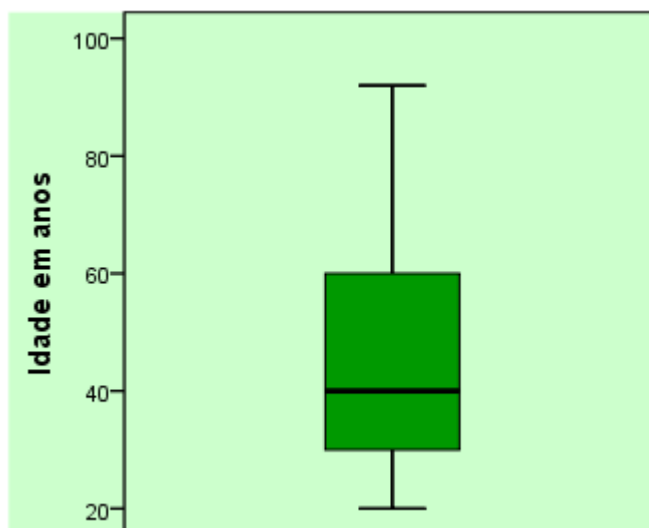


Figura 4-Boxplot da idade dos inquiridos

A Tabela 2 mostra que a média das idades dos inquiridos é 45,83 anos, que a idade mediana é 40, traduzindo que metade dos inquiridos têm idade não superior a 40 anos, o que se encontra ilustrado na Figura 4. Ainda da Tabela 2 e da Figura 4 retira-se que os mais novos têm 20 anos e os mais velhos têm 92 anos e que 25% dos inquiridos têm idade superior a 60 anos. A idade mais comum é 60 anos, isto é, a idade que se repete com mais frequência na amostra, como indica o valor da moda. As idades apresentam uma distribuição assimétrica positiva, traduzindo que o mais frequente na amostra foram os inquiridos com idades mais baixas; embora também se tenham inquirido indivíduos de idades mais avançadas, isso foi menos frequente.

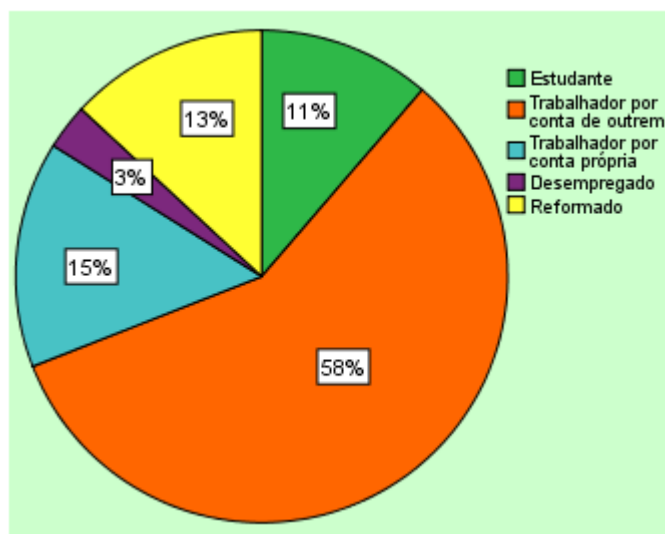


Figura 5-Distribuição dos inquiridos por situação profissional

Pela visualização do gráfico da Figura 5, constata-se que grande parte da amostra é constituída por trabalhadores por conta de outrem, cerca de 58%, enquanto apenas 3% dos inquiridos estão desempregados.

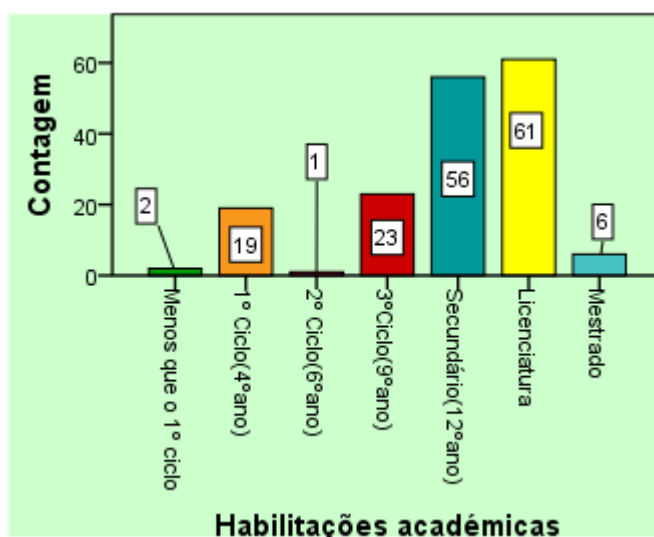
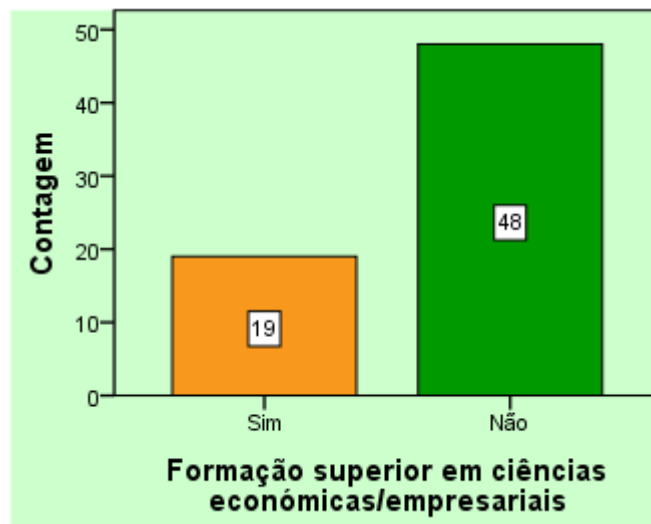


Figura 6-Distribuição dos inquiridos por habilitações académicas

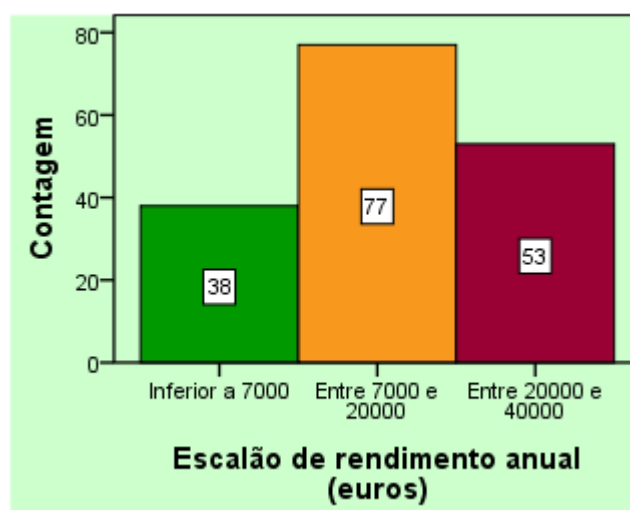
Relativamente à distribuição dos inquiridos de acordo com as habilitações académicas, verifica-se que os dois níveis que reúnem mais respondentes foram a licenciatura e o ensino secundário, registando 61 e 56 respondentes, respetivamente, como pode ver-se na Figura 6.





*Figura 7-Distribuição dos inquiridos por formação superior em ciências económicas/empresariais*

Destacando os inquiridos com formação superior, 19 são formados em ciências económicas/empresariais, conforme ilustra a Figura 7.



*Figura 8-Distribuição dos inquiridos por rendimento anual do agregado familiar*

Quanto à distribuição dos inquiridos de acordo com o rendimento anual do agregado familiar, verifica-se que foi no 2º escalão de rendimentos que se registaram mais inquiridos, pois 77 localizaram os seus rendimentos anuais do agregado familiar entre 7.000€ e 20.000€, como se constata na Figura 8.

## 2.2. Análise do conhecimento fiscal dos indivíduos

Nesta fase da análise, pretendeu-se avaliar o nível de conhecimento fiscal do cidadão, com base nas respostas às questões incluídas na segunda parte do questionário. Esta parte inclui uma questão em que se pretendia que os inquiridos fizessem uma autoavaliação do seu nível de conhecimento fiscal e outras questões nas quais se inquiria sobre alguns temas concretos da fiscalidade, nomeadamente, sobre os impostos.

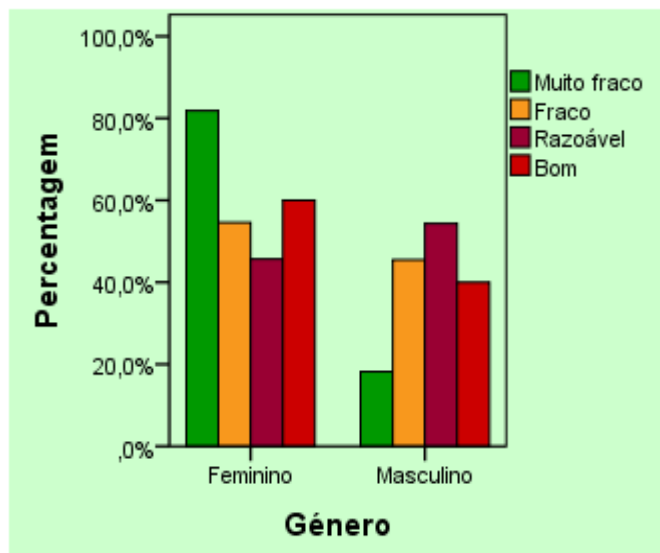


Figura 9-Autoavaliação do nível de conhecimento fiscal por género dos inquiridos

Quanto à autoavaliação feita pelos próprios inquiridos sobre o nível de conhecimento fiscal, dos que responderam ter um nível razoável, 54,3%<sup>6</sup> são homens.

A análise do gráfico, da Figura 9<sup>7</sup>, leva a pensar se a autoavaliação do nível do conhecimento fiscal varia em função do género, uma vez que a distribuição dessa autoavaliação apresenta algumas diferenças entre os géneros. Realizou-se um teste de hipóteses no sentido de verificar essa independência. O teste de independência foi usado várias vezes nesta análise, tendo sempre como objetivo testar:

H0: As variáveis são independentes vs H1: As variáveis não são independentes.

O teste que se usou foi o teste de independência do Qui-quadrado, sempre que a aplicação do mesmo fosse aconselhada, isto é, o teste assintótico usou-se se  $n \geq 30$  e as frequências esperadas inferiores a 5 não ultrapassassem os 20%, de acordo com Guimarães e Cabral (1997). Caso estes requisitos não se verificassem, usou-se o teste exato.

<sup>6</sup> Tabela I anexo B

<sup>7</sup> Relativamente às percentagens apresentadas no eixo dos y's de todos os gráficos, cada 100% é alusivo a cada conjunto de cor diferente.

Sendo o valor-p encontrado através do teste do Qui-quadrado, obteve-se o valor  $p=0,122>0,05^8$ , logo não se rejeitou  $H_0$ , para um nível de significância 5%, logo conclui-se que o nível de conhecimento fiscal obtido por autoavaliação é independente do género.

Ainda da observação da Figura 9, pareceu indicar uma tendência para os inquiridos do sexo feminino autoavaliarem os seus conhecimentos de fiscalidade de forma menos favorável. Para investigar esta possibilidade entendeu-se importante comparar a mediana do nível de conhecimento fiscal para os dois géneros. Optou-se por um teste não paramétrico, uma vez que se trata de analisar dados ordinais (nível de conhecimento) e utilizou-se um teste U de Mann-Whitney.

$$H_0: \mu_F = \mu_M \text{ vs } H_1: \mu_F \neq \mu_M,$$

onde  $\mu_i$ =mediana da autoavaliação do nível de conhecimento fiscal do género i, com  $i=M$ =masculino e  $i=F$ =feminino.

Observou-se um valor  $p=0,135>0,05^9$ , logo não se rejeitou  $H_0$ , ao nível de significância 5%, pelo que as medianas do nível de conhecimento fiscal não diferem significativamente para os dois géneros.

Para tentar perceber se a forma como se autoavaliaram os inquiridos varia com a idade, construiu-se o gráfico para a distribuição conjunta que consta da Figura 10.

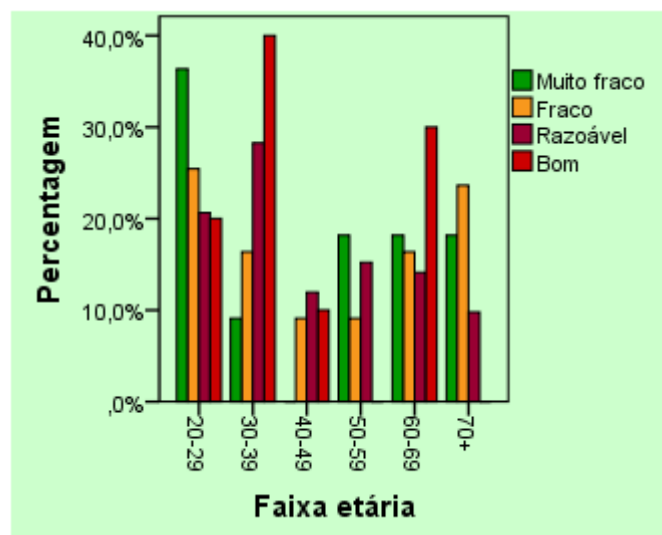


Figura 10-Autoavaliação do nível de conhecimento fiscal por idade dos inquiridos

<sup>8</sup> Tabela II Anexo B

<sup>9</sup> Tabela III Anexo B

Relativamente à autoavaliação que os indivíduos fizeram sobre o seu nível de conhecimento fiscal, constata-se que dos inquiridos que consideraram ter um nível razoável de conhecimento fiscal 49%<sup>10</sup> têm idade inferior a 40 anos.

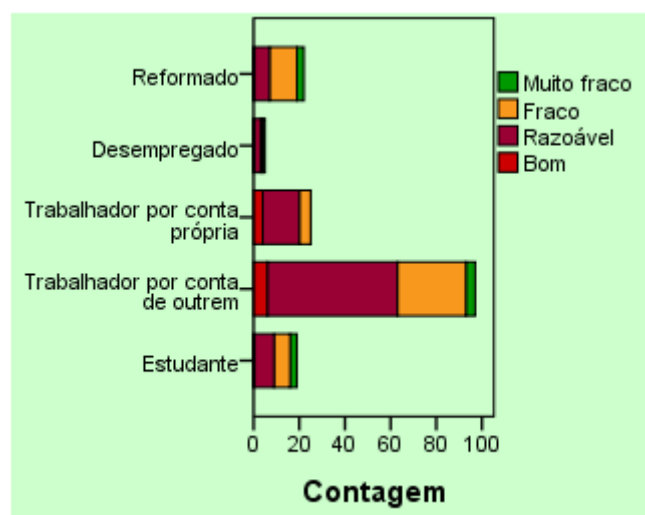
De seguida entendeu-se importante testar se as medianas da autoavaliação dos níveis de conhecimento fiscal diferenciam para as várias faixas etárias ou se não apresentam diferenças significativas. Uma vez que se pretendeu comparar a localização de mais de dois grupos independentes, relativamente a uma variável que toma valores ordinais, optou-se por usar o teste de Kruskal Wallis. Para viabilizar a aplicação do teste, assegurando um número de observações razoável em cada faixa etária, agruparam-se as diferentes faixas etárias em três grupos, considerando grupo 1, dos 20 aos 39, grupo 2, dos 40 aos 59 e grupo 3, com mais de 60 anos.

Assim, testou-se:

$H_0: \mu_{G1}=\mu_{G2}=\mu_{G3}$  vs  $H_1: \mu_{Gi}\neq\mu_{Gj}$ ,

onde  $\mu_{Gi}$  – mediana da autoavaliação do nível de conhecimento fiscal dos inquiridos de faixa etária do grupo  $i$ , com  $i=1, 2, 3$ .

Com o valor  $p=0,205>0,05$ <sup>11</sup>, não se rejeitou  $H_0$ , para um nível de significância 5%, conclui-se que a mediana da autoavaliação do nível de conhecimento fiscal não difere significativamente para as três faixas etárias.



*Figura 11-Autoavaliação do nível de conhecimento fiscal por situação profissional dos inquiridos*

<sup>10</sup> Tabela IV anexo B

<sup>11</sup> Tabela V anexo B

Em relação à situação profissional dos inquiridos, pela análise da Figura 11, verifica-se que dos indivíduos que consideraram o seu nível de conhecimento fiscal razoável e bom, 57 e 6 inquiridos<sup>12</sup>, respetivamente, são trabalhadores por conta de outrem.

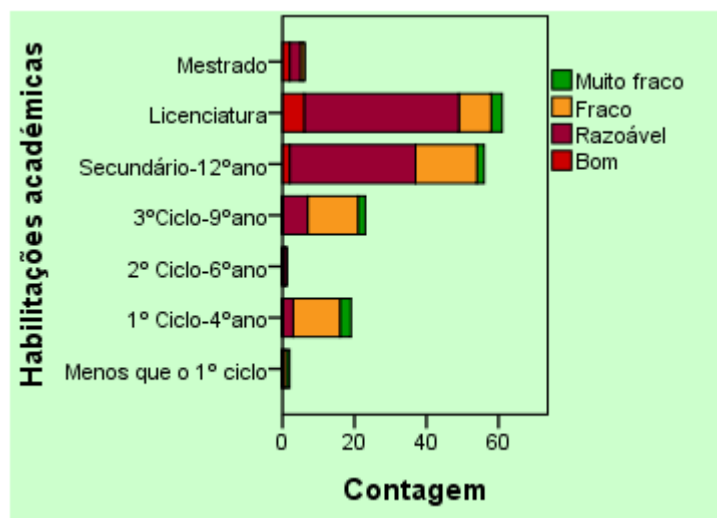


Figura 12-Autoavaliação do nível de conhecimento fiscal por habilitações académicas dos inquiridos

Para estudar a autoavaliação sobre o conhecimento fiscal, de acordo com as habilitações académicas dos inquiridos, construiu-se o gráfico da Figura 12, este mostra que dos 92 que responderam ter um nível de conhecimento fiscal razoável 43 têm licenciatura e 35 têm o 12º ano<sup>13</sup>.

Entendeu-se que seria interessante testar se existe alguma associação entre a autoavaliação feita pelos inquiridos sobre o nível de conhecimento fiscal e as suas habilitações académicas. Reagruparam-se os sete níveis de habilitações em três grupos, grupo 1, inferior ao 1º ciclo, 1º ciclo e 2º ciclo, grupo 2, 3º ciclo e secundário e grupo 3, licenciatura e mestrado, e utilizou-se um teste de independência Qui-quadrado, tendo-se obtido um valor  $p=0,00 < 0,05$ <sup>14</sup>, logo rejeitou-se  $H_0$  em favor de  $H_1$ , portanto não existe independência entre a autoavaliação e a habilitação académica do indivíduo. Uma vez que existe associação entre estes dois fatores importa perceber o tipo de associação.

Como ambas as variáveis tomam valores ordinais, usaram-se os coeficientes Gamma e Kendall's tau b<sup>15</sup> tendo-se verificado que existe uma associação positiva, uma vez que os valores dos coeficientes são positivos, respetivamente, 0,385 e 0,609, e

<sup>12</sup> Tabela VI anexo B

<sup>13</sup> Tabela VII anexo B

<sup>14</sup> Tabela VIII anexo B

<sup>15</sup> Tabela IX anexo B

apresentam valor  $p=0,00<0,05$  indicando que é uma associação estatisticamente significativa. Conclui-se assim que os inquiridos com habilitações académicas mais elevadas tendem a autoavaliar-se com melhor nível de conhecimento fiscal.

Pretende-se testar ainda se as medianas da autoavaliação dos níveis de conhecimento fiscal variam para as diferentes habilitações académicas ou se não apresentam diferenças significativas. Para este estudo seguiu-se o procedimento efetuado anteriormente, relativo ao agrupamento das habilitações académicas e optou-se por um teste Kruskal Wallis, pois pretende-se comparar as localizações (medianas do nível de conhecimento) de três grupos de acordo com as habilitações académicas, ou seja, pretende-se testar:

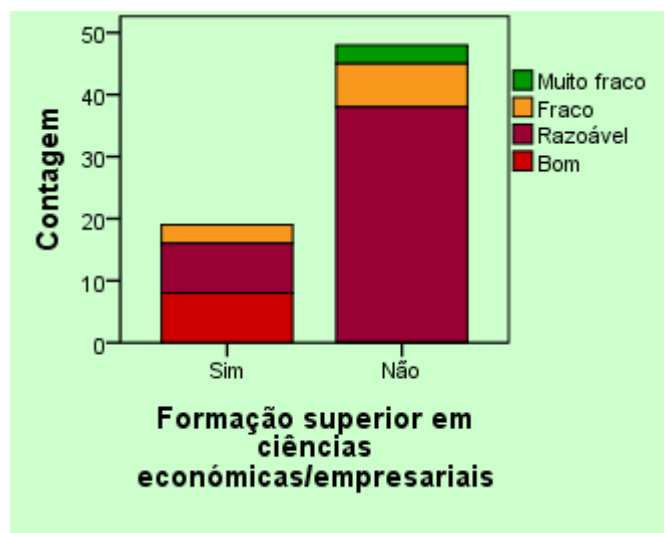
$$H_0: \mu_{G1}=\mu_{G2}=\mu_{G3} \text{ vs } H_1: \mu_{Gi} \neq \mu_{Gj},$$

onde  $\mu_{Gi}$  – mediana da autoavaliação do nível de conhecimento fiscal para os inquiridos com habilitação académica correspondente ao grupo  $i$ , com  $i=1, 2, 3$ .

Conclui-se que as medianas das autoavaliações dos níveis de conhecimento fiscal diferem significativamente de acordo com as habilitações académicas dos indivíduos, pois obteve-se um valor  $p=0,000>0,05$ <sup>16</sup>, logo rejeitou-se  $H_0$ , para um nível de significância 5%.

---

<sup>16</sup> Tabela X anexo B



*Figura 13-Autoavaliação do nível de conhecimento fiscal dos inquiridos com e sem formação superior em ciências económicas/empresariais*

Relativamente aos indivíduos com formação superior, importa referir que todos os inquiridos que se autoavaliaram com nível de conhecimento fiscal bom são formados em ciências económicas/empresariais. Ainda assim, 3 inquiridos<sup>17</sup> com formação na área de ciências económicas/empresariais responderam que o seu conhecimento fiscal é fraco. Achou-se interessante analisar se a mediana da autoavaliação dos inquiridos que têm formação superior em ciências económicas/empresariais é superior à dos que têm formação superior noutra área, para este teste unilateral utilizou-se o teste U Mann Whitney, dado que se trata de dados ordinais.

$$H_0: \mu_{CE} = \mu_O \text{ vs } H_1: \mu_{CE} > \mu_O,$$

onde  $\mu_i$  = mediana do nível de conhecimento fiscal obtido por autoavaliação dos inquiridos com formação superior na área i, com i = CE = ciências económicas e i = O = outra.

Verificou-se que a ordem média<sub>CE</sub> = 43,45 > ordem média<sub>O</sub> = 30,26<sup>18</sup>, ou seja, a amostra apoia H1, e vem para o teste unilateral um valor  $p = \frac{0,002}{2} = 0,001 < 0,05$ <sup>19</sup>, rejeitou-se H0 em favor de H1, para um nível de significância 5% e conclui-se que a mediana da autoavaliação dos indivíduos com formação superior em ciências económicas é significativamente superior à dos indivíduos que têm formação superior noutra área. Ou seja, os indivíduos com formação superior em ciências económicas/empresariais

<sup>17</sup> Tabela XI anexo B

<sup>18</sup> Tabela XIII anexo B

<sup>19</sup> Tabela XIV anexo B

autoavaliam-se com níveis de conhecimento fiscal mais elevados do que os indivíduos com formação noutra área, em termos medianos.

### **2.2.1. Apreciação do nível de conhecimento fiscal dos indivíduos**

Com a análise que se segue pretendeu-se aferir o nível de conhecimento fiscal dos inquiridos, com base nas respostas a um conjunto de questões sobre fiscalidade.

Estas questões abordam assuntos fiscais básicos, considerados essenciais no quotidiano do cidadão, e que podem condicionar o cumprimento das tarefas fiscais do cidadão.

Inquiriu-se sobre o que é o imposto e qual é o seu objetivo. Foram selecionados cinco impostos específicos, e questionou-se sobre o significado da sigla e do acrónimo correspondente e sobre o que tributa cada um desses impostos. Os impostos selecionados foram o IVA, o IRS, o IRC, o IMI e o IUC. Os três primeiros são os que mais contribuem para a receita do Estado, sendo que o IVA tributa o consumo e o IRS e o IRC tributam o rendimento; o IMI e o IUC, apesar de serem dos impostos que menos contribuem para a receita do Estado, recaem sobre o património e, por isso, considerou-se que era importante perceber o conhecimento dos contribuintes sobre os mesmos.

A análise das respostas a estas questões efetuou-se por género e por idade, de forma individual. Depois é feita uma avaliação do nível de conhecimento fiscal do indivíduo agregando as questões num conjunto, ou seja, classifica-se o contribuinte como tendo nível de conhecimento fiscal muito fraco, fraco, razoável ou bom, consoante o número de questões a que respondeu acertadamente.

Esta classificação dos resultados tem como objetivo confrontar os resultados obtidos pela autoavaliação com os resultados aferidos pelas respostas sobre os conhecimentos de fiscalidade.



### 2.2.1.1.Em relação ao género

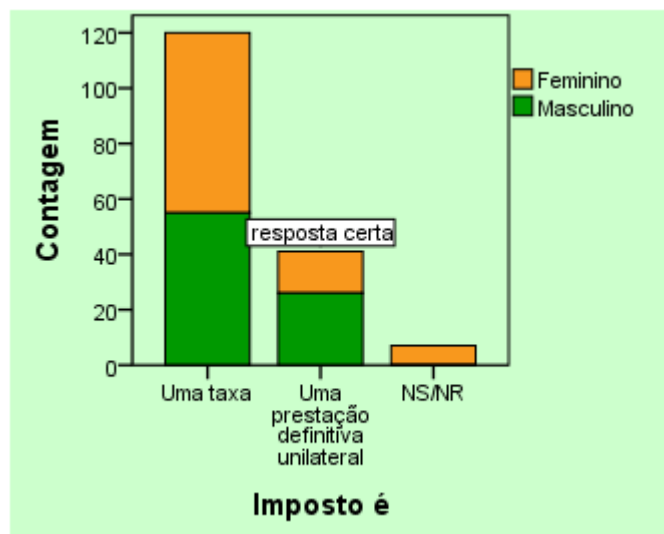


Figura 14-Distribuição das respostas sobre o que é o imposto, de acordo com o género dos inquiridos

Quanto à questão sobre o que é o imposto, observa-se na Figura 14 que 120 inquiridos<sup>20</sup> responderam erradamente sobre o que é o imposto.

De entre os 41 inquiridos que referiram que um imposto é uma prestação definitiva unilateral, respondendo acertadamente sobre o que é o imposto, 26 são do género masculino.

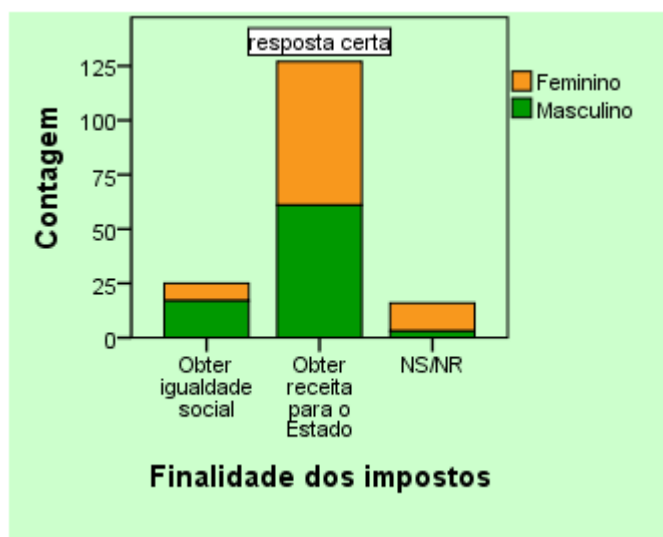


Figura 15-Distribuição das respostas sobre qual a finalidade do imposto, de acordo com o género dos inquiridos

<sup>20</sup> Tabela XV anexo B

Relativamente à pergunta sobre qual a finalidade dos impostos, Figura 15, os inquiridos responderam maioritariamente de forma correta, 127 inquiridos<sup>21</sup>, referindo que é obter receita para o Estado. Entre os que responderam corretamente, a distribuição pelos géneros é bastante equilibrada.

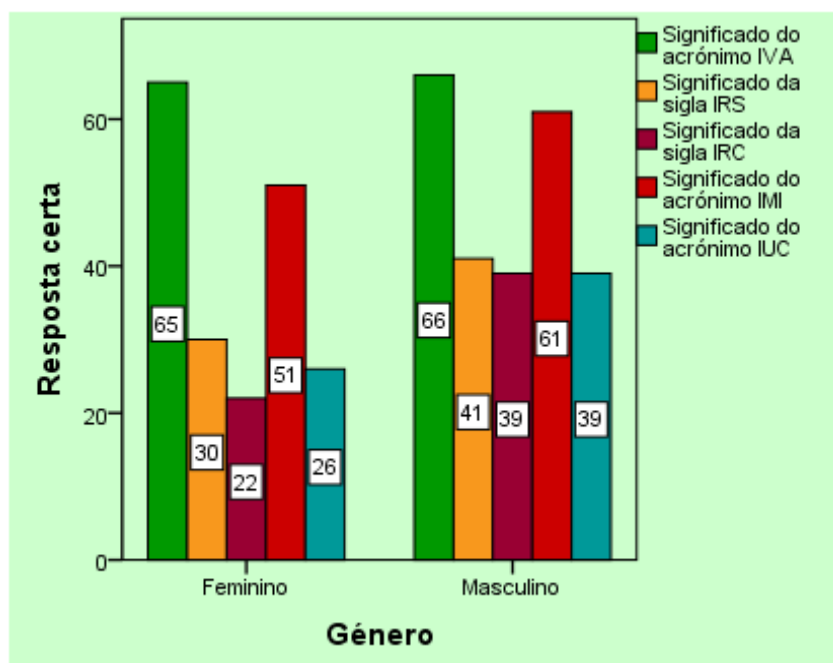


Figura 16-Distribuição das respostas corretas sobre qual o significado dos/das acrónimos/siglas dos impostos, de acordo com o género dos inquiridos

De uma maneira geral, os inquiridos têm mais conhecimento sobre os acrónimos IVA e IMI, sendo que a sigla e o acrónimo mais desconhecidos dos inquiridos são o IRC e o IUC. Em relação ao acrónimo IUC, o número de respostas do tipo não sabe/não responde foi elevado, correspondendo a 79 inquiridos<sup>22</sup> (47% dos 168 inquiridos).

Pela visualização da Figura 16 parece haver independência entre o conhecimento dos acrónimos IVA e IMI em relação ao género do inquirido. Ou seja, tanto as mulheres como os homens responderam de forma análoga perante a questão sobre o significado dos acrónimos destes impostos. No entanto aplicou-se o teste Qui-quadrado para testar a independência, tendo-se obtido um valor  $p > 0,05$ <sup>23</sup>, concluindo-se que existe independência entre o género dos inquiridos e o conhecimento do significado dos acrónimos IVA e IMI, para um nível de significância 5%, como se suspeitava. Em relação aos restantes impostos, obtiveram-se valores  $p < \alpha = 0,05$ <sup>24</sup>, logo rejeitou-se  $H_0$  em favor de  $H_1$ , para o nível de

<sup>21</sup> Tabela XVI anexo B

<sup>22</sup> Tabela XVII anexo B

<sup>23</sup> Figura A anexo B

<sup>24</sup> Figura A anexo B

significância 5% e conclui-se que não existe independência entre o género dos inquiridos, logo existe uma associação.

Para estudar qual o tipo de associação existente entre estes últimos impostos e o género dos inquiridos usaram-se os coeficientes de Cramer e de Contingência<sup>25</sup>, verifica-se que existe uma associação mais forte para o conhecimento do significado da sigla IRC e do acrónimo IUC do que para o conhecimento do significado do IRS, uma vez que os respetivos valores são para o IRS 0,206 e 0,202, para o IRC 0,253 e 0,245, para o IUC 0,241 e 0,234. No entanto, em todos os coeficientes se obtiveram valores  $p < 0,05$  o que significa que a associação é estatisticamente significativa para estes três impostos.

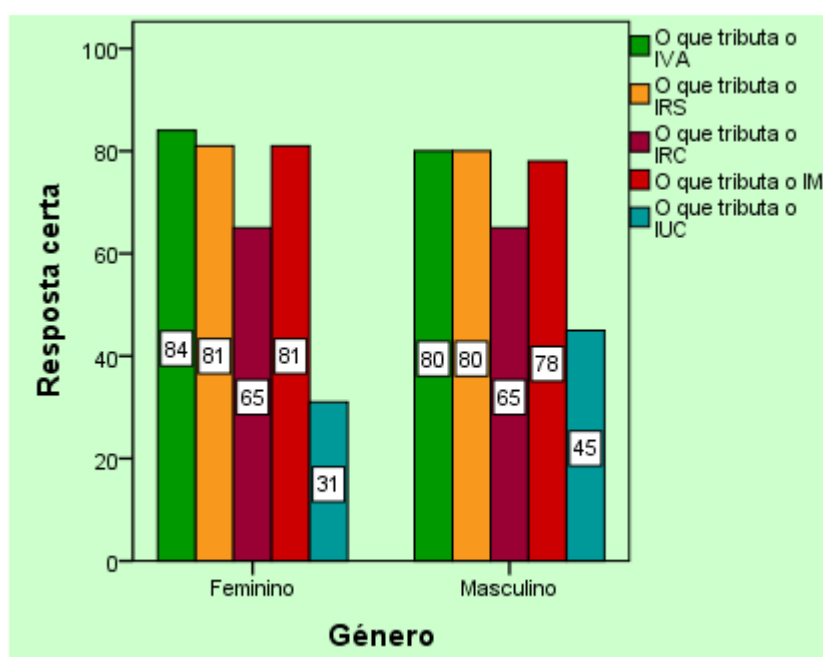


Figura 17-Distribuição das respostas certas sobre o que tributa cada imposto, de acordo com o género dos inquiridos

Relativamente à questão sobre o que tributam os impostos, pela análise da Figura 17<sup>26</sup> verifica-se que o imposto menos conhecido é o IUC, parecendo haver independência dos géneros em relação a esta questão, visto que tanto as mulheres como os homens responderam de forma idêntica sobre o que tributam os impostos.

No entanto, para confirmar a independência, aplicou-se o teste de independência o qual conduziu a um valor  $p > 0,05$ <sup>27</sup> para todos os impostos, exceto para o IUC, para o qual o teste apresentou valor  $p = 0,013 < 0,05$ <sup>28</sup>. Ou seja, para todos os impostos exceto o IUC há

<sup>25</sup> Figura B anexo B

<sup>26</sup> Tabela XVIII anexo B

<sup>27</sup> Figura C anexo B

<sup>28</sup> Figura C anexo B

independência entre o conhecimento do que tributam os impostos e o gênero do inquirido, não existindo independência entre o conhecimento sobre o que tributa o IUC e o gênero do inquirido, havendo uma associação entre estes, a qual se foi estudar.

Através dos valores dos coeficientes Cramer e Contingência<sup>29</sup>, 0,209 e 0,205 respetivamente, pode dizer-se que a associação é relativamente forte e uma vez que os valores  $p < 0,05$ , essa associação é estatisticamente significativa.

### 2.2.1.2. Em relação à idade

Na análise seguinte fez-se o estudo do conhecimento fiscal de acordo com a idade dos inquiridos.

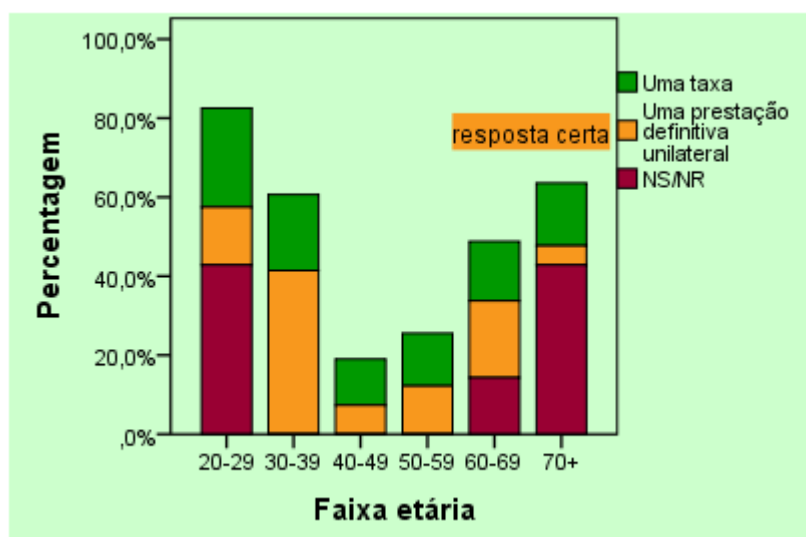


Figura 18-Distribuição das respostas sobre o que é o imposto, de acordo com a idade dos inquiridos

Analisando a Figura 18, verifica-se que os inquiridos que mais respostas certas obtiveram encontram-se entre os 30 e 39 anos de idade. A faixa etária que obteve menos respostas certas foi a dos que têm 70 anos ou mais; apenas 5% responderam acertadamente, o que corresponde a 2 inquiridos<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> Tabela XIX anexo B

<sup>30</sup> Tabela XX anexo B

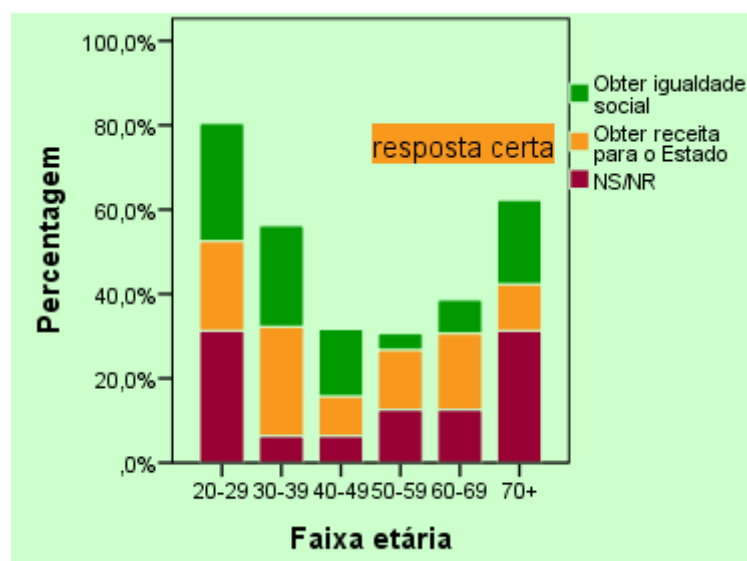


Figura 19-Distribuição das respostas sobre qual a finalidade dos impostos, de acordo com a idade dos inquiridos

Em relação à questão sobre a finalidade dos impostos, Figura 19, mais uma vez, os indivíduos com idade entre os 30 e os 39 anos obtiveram a maior percentagem de respostas corretas, cerca de 26%<sup>31</sup>.

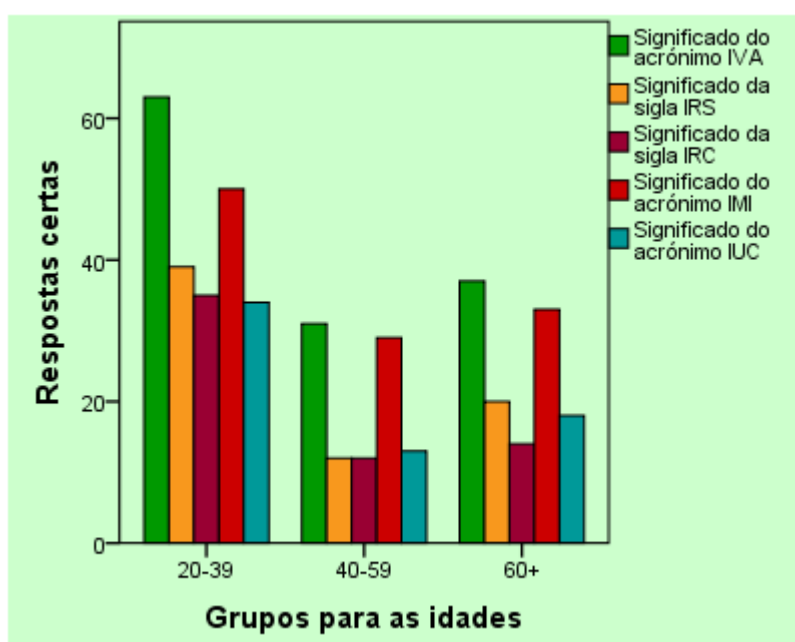


Figura 20-Distribuição das respostas corretas sobre qual o significado dos/das acrónimos/siglas dos impostos, de acordo com a idade dos inquiridos

Relativamente ao conhecimento das siglas e dos acrónimos dos impostos, observa-se na Figura 20<sup>32</sup> que em todas as faixas etárias os mais conhecidos foram os acrónimos IVA e IMI. Em relação aos menos conhecidos há diferenças de idade para idade. Em

<sup>31</sup> Tabela XXI anexo B

<sup>32</sup> Tabela XXII anexo B

relação aos mais novos o acrónimo menos conhecido foi o IUC. Os inquiridos com idade entre os 40 e 49 anos conhecem menos a sigla IRS. Os restantes conhecem menos a sigla IRC.

Considerou-se interessante verificar se o conhecimento do significado das siglas e dos acrónimos varia para as faixas etárias. Foram usados os três grupos de idades definidos anteriormente e utilizou-se, novamente, o teste Kruskal Wallis.

$$H_0: \mu_{G1} = \mu_{G2} = \mu_{G3} \text{ vs } H_1: \mu_{Gi} \neq \mu_{Gj},$$

onde  $\mu_{Gi}$  – mediana do número de respostas certas sobre o significado das/dos siglas/acrónimos para a faixa etária do grupo  $i$ , com  $i=1, 2, 3$ .

Com valor  $p > 0,05$ <sup>33</sup> para todos os impostos, não se rejeitou  $H_0$ , conclui-se que em termos medianos, o número de respostas certas sobre o significado das siglas e dos acrónimos dos impostos não difere significativamente para as 3 faixas etárias, para um nível de significância 5%.

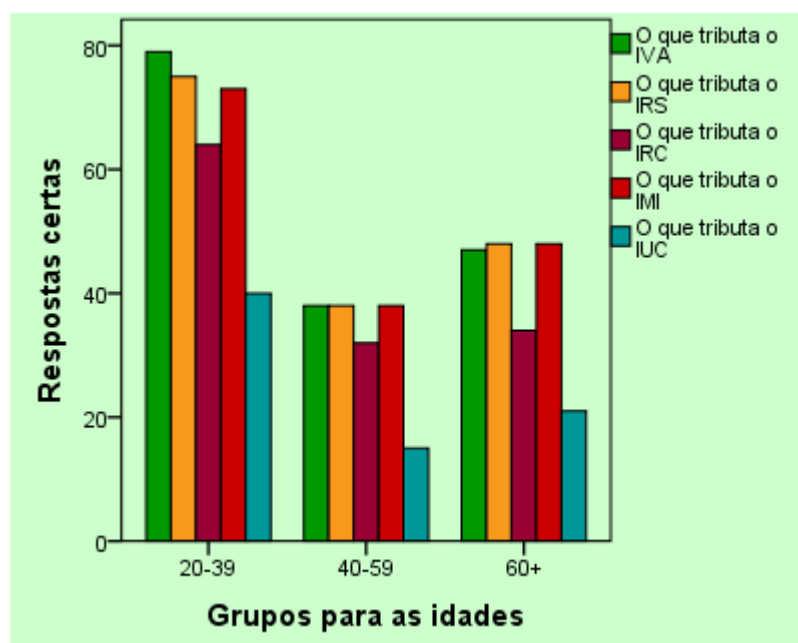


Figura 21-Distribuição das respostas certas sobre o que tributa cada imposto, de acordo com a idade dos inquiridos

Pela análise da Figura 21<sup>34</sup>, verifica-se que relativamente ao que tributa cada imposto, é o IUC que os inquiridos menos conhecem, para todas as idades. Os mais novos sabem mais sobre o IVA e os restantes inquiridos parecem conhecer razoavelmente o que tributa o IVA, o IRS e o IMI, globalmente para todas as idades.

<sup>33</sup> Tabela XXIII anexo B

<sup>34</sup> Tabela XXIV anexo B

Estudou-se também se, em termos medianos, o número de respostas certas sobre o que tributam os impostos difere para as várias faixas etárias. Para tal utilizou-se o teste Kruskal Wallis, seguindo o procedimento análogo ao que se tem vindo a tomar, aplicado para os três grupos de faixa etária criados previamente:

$$H_0: \mu_{G1}=\mu_{G2}=\mu_{G3} \text{ vs } H_1: \mu_{Gi}\neq\mu_{Gj},$$

onde  $\mu_{Gi}$  – mediana do número de respostas certas sobre o que tributam os impostos para a faixa etária do grupo  $i$ , com  $i=1, 2, 3$ .

O teste mostrou que, em termos medianos, o número de respostas certas sobre o que tributa o IVA difere significativamente para as 3 faixas etárias, pois valor  $p=0,010<0,05$ , para um nível de significância 5%. No entanto, para os restantes impostos o número de respostas certas sobre o que tributam não difere significativamente para as diferentes faixas etárias, uma vez que o valor  $p>0,05$ <sup>35</sup>, para um nível de significância 5%.

### 2.2.1.3. Classificação do nível de conhecimento fiscal dos indivíduos

Para aferir o nível de conhecimento global do inquirido sobre fiscalidade, somou-se o número de respostas corretas às questões sobre o que é o imposto, qual a sua finalidade, qual o significado da sigla e do acrónimo de cada um dos cinco impostos referidos e, por fim, sobre o que tributa cada um dos cinco impostos referidos.

A classificação do nível de conhecimento fiscal de cada indivíduo foi feita da seguinte forma, tendo sido considerados níveis análogos aos considerados na autoavaliação do conhecimento fiscal:

Nível de conhecimento fiscal	Número de respostas certas
Muito fraco	0 a 2
Fraco	3 a 5
Razoável	6 a 8
Bom	9 a 12

*Tabela 3-Modo de classificar o nível de conhecimento fiscal*

---

<sup>35</sup>Tabela XXV anexo B

Para tentar compreender se havia concordância entre o nível de autoavaliação e o nível aferido em termos dos conhecimentos de fiscalidade, representaram-se os resultados relativos a estas duas variáveis no gráfico da Figura 22.

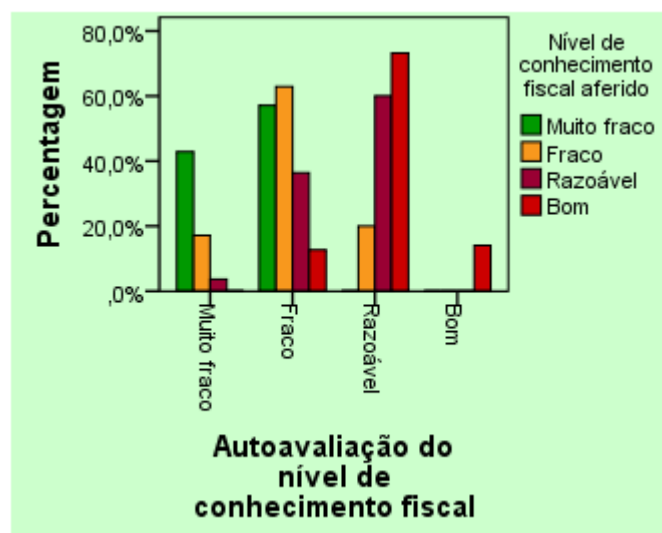


Figura 22-Nível de conhecimento fiscal aferido por autoavaliação do nível de conhecimento fiscal dos inquiridos

Da análise da Figura 22<sup>36</sup> observa-se que os inquiridos parecem ter efetivamente um melhor conhecimento do que aquele que pensam ter, isto é, os inquiridos tendem a autoavaliarem-se com um nível mais fraco do que o que vieram a obter através da aferição. Para confirmar esta ideia realizou-se um teste unilateral.

$$H_0: \mu_{\text{auto}} = \mu_{\text{aferido}} \text{ vs } H_1: \mu_{\text{auto}} < \mu_{\text{aferido}},$$

onde  $\mu_i$ =mediana do nível de conhecimento fiscal dos inquiridos, obtido pelo processo i, com i= auto= processo de autoavaliação e i= aferido= processo de aferição.

O teste Wilcoxon revelou que por um lado os resultados positivos tomam valores muito superiores aos resultados negativos, 89 contra 11, e por outro a ordem média é maior para o caso em que o nível aferido é superior, ou seja, apoiam  $\mu_{\text{aferido}} > \mu_{\text{auto}}$  que é  $H_1$ <sup>37</sup>. Assim o valor  $p = \frac{0,000}{2} = 0,000 < 0,05$ <sup>38</sup>, logo rejeitou-se  $H_0$  em favor de  $H_1$  e conclui-se que a mediana do nível de conhecimento fiscal obtido por autoavaliação dos inquiridos é significativamente inferior à mediana do nível que lhes foi atribuído por aferição. Ou seja,

<sup>36</sup> Tabela XXVI anexo B

<sup>37</sup> Tabela XXVII anexo B

<sup>38</sup> Tabela XXVIII anexo B



em termos medianos, os inquiridos subavaliaram-se, referindo ter um conhecimento fiscal inferior daquele que mostraram ter ao responderem às questões.

De seguida estudou-se a existência de alguma associação entre o nível de conhecimento aferido sobre fiscalidade com outras características, nomeadamente o género, a faixa etária, a situação profissional, as habilitações académicas e ainda com a existência de formação superior em ciências económicas/empresariais.

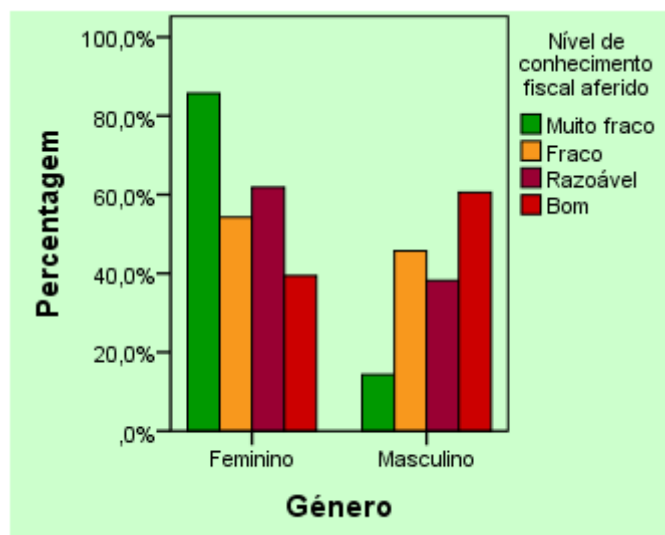


Figura 23-Nível de conhecimento fiscal aferido por género dos inquiridos

Pela Figura 23<sup>39</sup>, parece haver uma diferença entre o nível de conhecimento fiscal aferido para os géneros. Os homens obtiveram mais classificação de nível bom do que de nível razoável. Realizou-se um teste de independência Qui-quadrado e obteve-se um valor  $p=0,018 < 0,05^{40}$ , pelo que se rejeitou  $H_0$  em favor de  $H_1$ , logo não existe independência entre o nível de conhecimento fiscal aferido e o género do inquirido. Face a esta conclusão entendeu-se oportuno estudar se os homens têm um nível de conhecimento fiscal aferido mais elevado do que as mulheres. Para isso, utilizou-se o teste unilateral.

$$H_0: \mu_M = \mu_F \text{ vs } H_1: \mu_M > \mu_F$$

$\mu_i$  – mediana do nível de conhecimento fiscal aferido para o género  $i$ ; com  $i=M$ =masculino e  $F$ =feminino.

O teste U de Mann Whitney mostrou que os dados amostrais apoiam  $H_1$ , pois a ordem média<sub>M</sub>=93,74 > ordem média<sub>F</sub>=75,90<sup>41</sup>, assim valor  $p = \frac{0,011}{2} = 0,005 < 0,05^{42}$ , logo

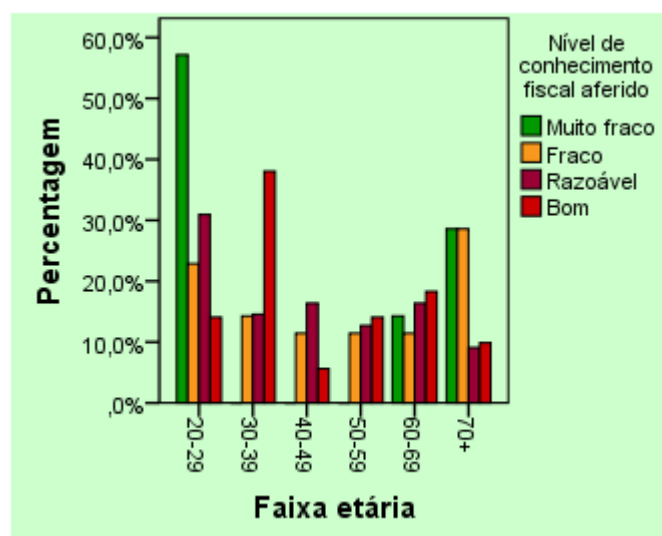
<sup>39</sup> Tabela XXIX anexo B

<sup>40</sup> Tabela XXX anexo B

<sup>41</sup> Tabela XXXI anexo B

<sup>42</sup> Tabela XXXII anexo B

rejeitou-se H0 em favor de H1 e conclui-se que a mediana do nível do conhecimento fiscal aferido dos homens é significativamente superior à das mulheres. Ou seja, em termos medianos, os homens mostraram ter um nível de conhecimento fiscal aferido significativamente superior ao das mulheres.



*Figura 24-Nível de conhecimento fiscal aferido por faixa etária dos inquiridos*

Na Figura 24<sup>43</sup> observa-se que os inquiridos com classificações mais elevadas, ou seja, com nível bom de conhecimento fiscal aferido foram na maioria inquiridos com idade entre os 30 e os 39 anos. Os inquiridos com pior classificação, ou seja, com nível de conhecimento fiscal aferido muito fraco foram maioritariamente inquiridos com idade entre os 20 e os 29 anos ou com idade igual ou superior a 70 anos.

<sup>43</sup> Tabela XXXIII anexo B

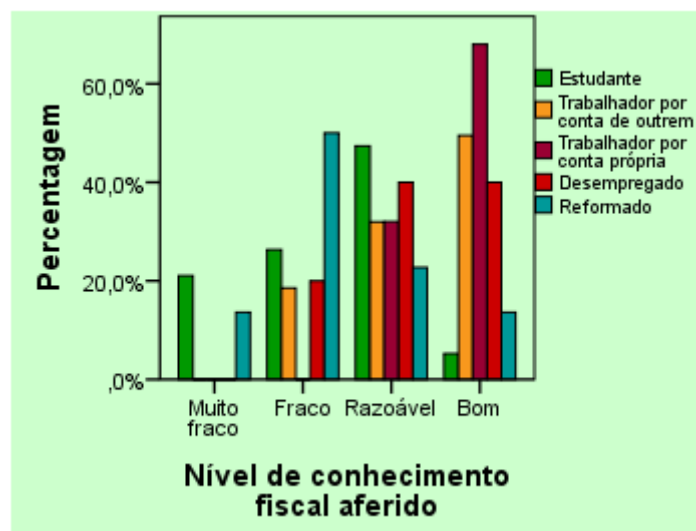


Figura 25-Nível de conhecimento fiscal aferido por situação profissional dos inquiridos

Relativamente à situação profissional dos inquiridos destaca-se que os trabalhadores por conta própria obtiveram as melhores classificações, de acordo com a Figura 25<sup>44</sup>.

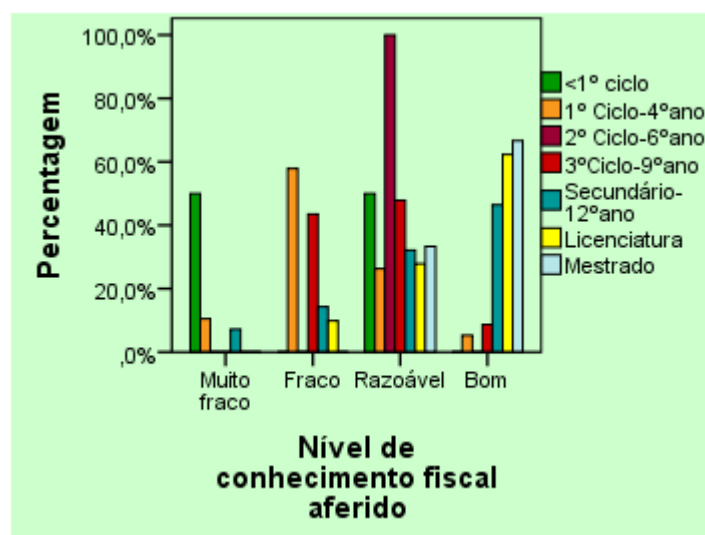


Figura 26-Nível de conhecimento fiscal aferido por habilitações académicas dos inquiridos

Na Figura 26 destaca-se que dos inquiridos que obtiveram um nível de conhecimento fiscal aferido bom, cerca de 59,1%<sup>45</sup> têm grau de habilitação académica de nível superior.

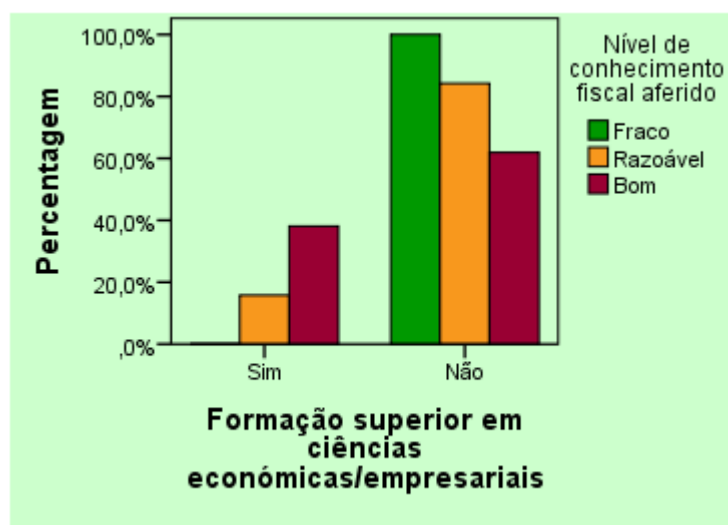
Para avaliar a existência de independência destas duas variáveis aplicou-se o teste Qui-quadrado e obteve-se um valor  $p=0,00<0,05$ <sup>46</sup>, logo rejeitou-se  $H_0$  em favor de  $H_1$ . Conclui-se que não existe independência entre o nível de conhecimento fiscal aferido e as habilitações académicas do indivíduo. Tendo-se concluído que há uma associação entre

<sup>44</sup> Tabela XXXIV anexo B

<sup>45</sup> Tabela XXXV anexo B

<sup>46</sup> Tabela XXXVI anexo B

ambos os fatores, procurou compreender-se o tipo de associação existente, calculando os valores dos coeficientes Kendall's tau b e Gamma<sup>47</sup>, visto que as variáveis tomam valores em escalas ordinais. Verificou-se, pelos respetivos valores 0,390 e 0,584, que a associação existente é forte e positiva, o que significa que à medida que o grau de habilitações académicas do indivíduo aumenta, o seu nível de conhecimento fiscal aferido tende a ser mais elevado. Pelos valores  $p=0,00<0,05$  verifica-se que a associação é estatisticamente significativa.



*Figura 27-Nível de conhecimento fiscal aferido por inquiridos com e sem formação superior em ciências económicas/empresariais*

Em relação à área do curso do inquirido com formação superior, verifica-se, na Figura 27<sup>48</sup>, que nenhum inquirido classificado com nível de conhecimento fiscal aferido fraco tem formação em ciências económicas/empresariais e que nenhum inquirido com formação superior foi classificado com nível muito fraco de conhecimento fiscal aferido.

No sentido de verificar se os inquiridos com formação superior em ciências económicas/empresariais têm nível de conhecimento fiscal aferido superior aos que têm formação superior noutra área, realizou-se o teste unilateral:

$$H_0: \mu_{CE} = \mu_O \text{ vs } H_1: \mu_{CE} > \mu_O,$$

onde  $\mu_{Gi}$  – mediana do nível de conhecimento fiscal aferido dos inquiridos com formação superior na área i, com  $i = CE = \text{ciências económicas}$  e  $i = O = \text{outra}$ .

<sup>47</sup> Tabela XXXVII anexo B

<sup>48</sup> Tabela XXXVIII anexo B

Através do teste U de Mann Whitney observou-se ordem média<sub>CE</sub>=41,68>ordem média<sub>O</sub>=30,96<sup>49</sup>, logo a amostra apoia H1, consequentemente o valor  $p=\frac{0,017}{2}=0,0085<0,05$ <sup>50</sup>, pelo que se rejeitou H0 em favor de H1. Conclui-se que a mediana do nível de conhecimento fiscal aferido dos inquiridos com formação superior em ciências económicas/empresariais é significativamente superior à dos inquiridos que têm formação superior noutra área. Ou seja, os inquiridos com formação superior em ciências económicas/empresariais mostraram ter conhecimento fiscal aferido significativamente superior ao dos inquiridos com formação superior noutra área, em termos medianos.

### 2.2.2.Comportamento do indivíduo nas tarefas fiscais

No ponto seguinte procurou-se estudar a relação entre o comportamento do cidadão relativamente às tarefas fiscais e o seu nível de conhecimento fiscal. Analisaram-se as respostas sobre quem preenche a declaração de IRS do inquirido e quem declara as despesas para efeitos de benefícios fiscais, analisou-se o cumprimento fiscal geral do inquirido e ainda a apreciação feita pelos inquiridos sobre o cumprimento do Estado na aplicação da receita fiscal em serviços públicos.

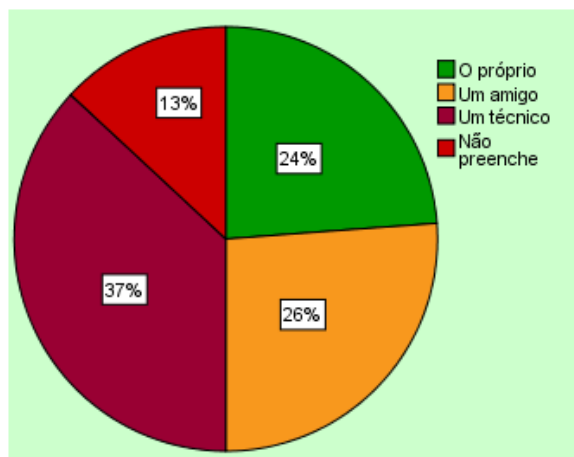


Figura 28-Distribuição dos inquiridos sobre quem preenche a declaração de IRS

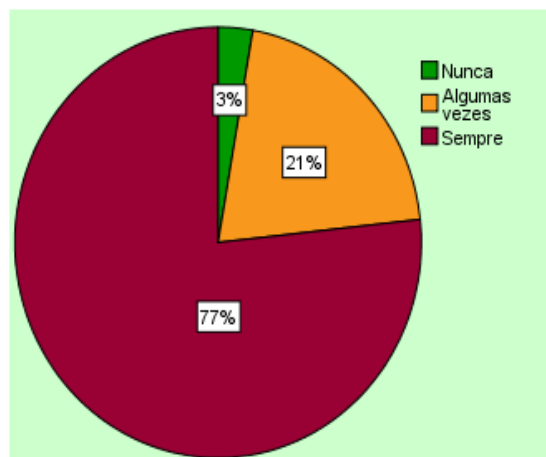


Figura 29-Distribuição dos inquiridos sobre quem declara despesas para obter benefícios fiscais

A maior parte dos inquiridos, cerca de 63%, respondeu que é um técnico ou um amigo quem preenche a declaração de IRS, Figura 28; por outro lado 77% dos inquiridos apresenta sempre as despesas para obter benefícios fiscais, Figura 29. Esta última informação indica que a maior parte dos inquiridos se preocupa com a sua poupança fiscal.

<sup>49</sup> Tabela XXXIX anexo B

<sup>50</sup> Tabelas XL anexo B

Considerou-se importante verificar se existe alguma associação entre o rendimento anual dos inquiridos e quem preenche a declaração de IRS do inquirido.

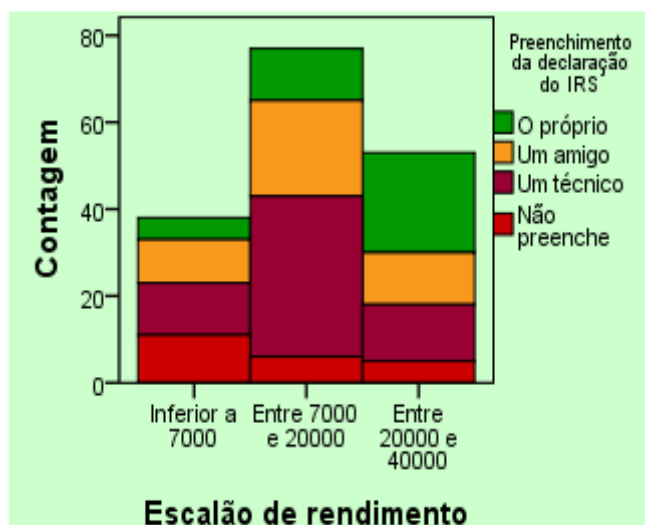


Figura 30-Distribuição dos inquiridos sobre quem preenche a declaração de IRS, de acordo com o escalão de rendimento anual do agregado familiar

Pela análise da Figura 30<sup>51</sup>, verifica-se que a maior parte dos inquiridos que não preenche a declaração, 11 inquiridos, pertence ao 1º escalão, a maior parte dos inquiridos que entrega o preenchimento da declaração a um técnico ou a um amigo, 59 inquiridos, pertence ao 2º escalão e a maior parte dos inquiridos que preenche a sua própria declaração de IRS, 23 inquiridos, pertence ao 3º escalão.

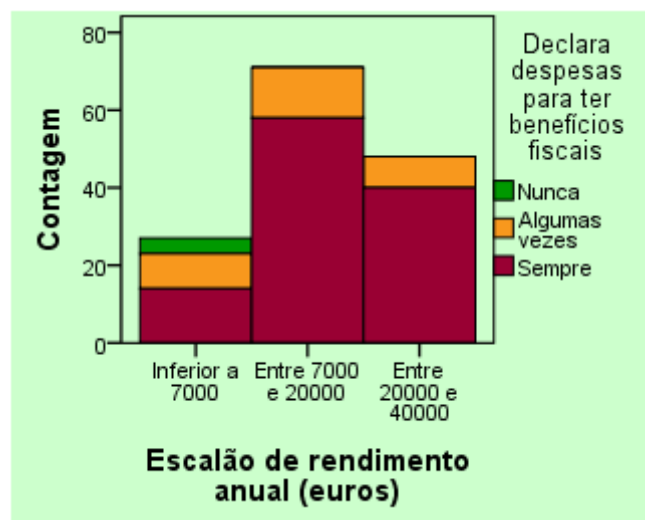


Figura 31-Distribuição dos inquiridos sobre qual a frequência com que declara despesas, de acordo com o escalão de rendimento anual do agregado familiar

<sup>51</sup> Tabela XLI anexo B

Da observação da Figura 31<sup>52</sup>, destaca-se que todos os inquiridos que responderam que nunca declaram as suas despesas pertencem ao 1º escalão de rendimentos.

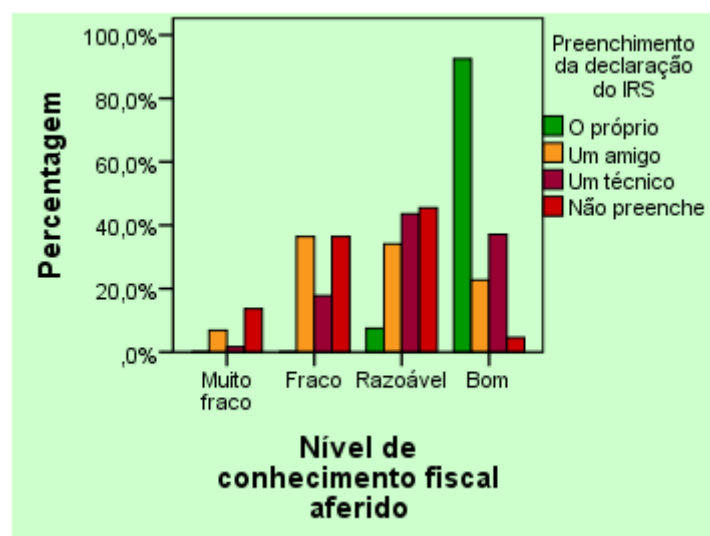


Figura 32-Nível de conhecimento fiscal aferido por quem preenche a declaração de IRS

É visível na Figura 32 que a maior parte dos inquiridos que preenchem a sua própria declaração, cerca de 92,5%<sup>53</sup>, obteve um bom nível de conhecimento fiscal aferido.

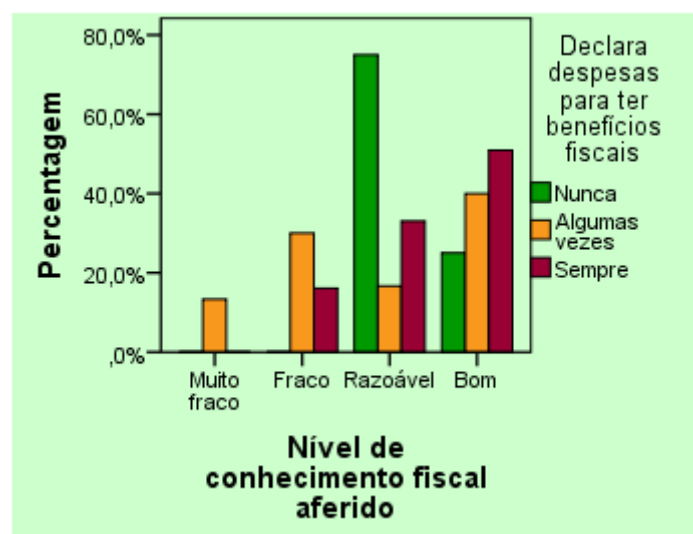


Figura 33-Nível de conhecimento fiscal aferido por quem declara as despesas para obter benefícios fiscais

Pela análise da Figura 33, retira-se que os inquiridos que referem nunca declarar despesas, apresentaram um razoável e até bom nível de conhecimento fiscal aferido.

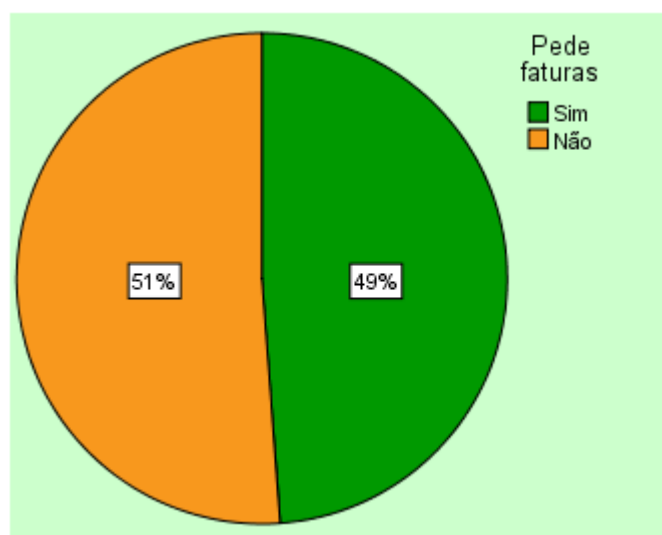
Para verificar se existe alguma relação entre o nível do conhecimento fiscal aferido e a declaração de despesas para efetuar poupança fiscal, realizou-se o teste de

<sup>52</sup> Tabela XLII anexo B

<sup>53</sup> Tabela XLIII anexo B

independência do Qui-quadrado e obteve-se um valor  $p=0,004<0,05$ <sup>54</sup>, pelo que se rejeitou  $H_0$  em favor de  $H_1$ . Conclui-se que não existe independência entre o nível de conhecimento fiscal aferido e a frequência com que o inquirido declara despesas para obter benefícios fiscais, ou ainda que existe uma associação entre ambos a qual se foi estudar através dos coeficientes Kendall's tau b e Gamma, visto que as variáveis envolvidas tomam valores em escalas ordinais. Os coeficientes conduziram aos valores 0,168 e 0,322<sup>55</sup>, respetivamente, refletindo uma associação positiva. Por outro lado, os valores  $p<0,05$  indicam que a associação é estatisticamente significativa. O que significa que a tendência é para quem tem maior nível de conhecimento fiscal aferido ser quem declara com mais frequência as suas despesas.

No entanto, para declararem as suas despesas necessitam de apresentar os documentos devidos para comprovar essas mesmas despesas; vejamos como se comportam os inquiridos no que respeita a pedir faturas.



*Figura 34-Distribuição dos inquiridos por quem pede ou não pede faturas*

Metade dos indivíduos da amostra pede faturas e a outra metade não pede.

<sup>54</sup> Tabela XLV anexo B

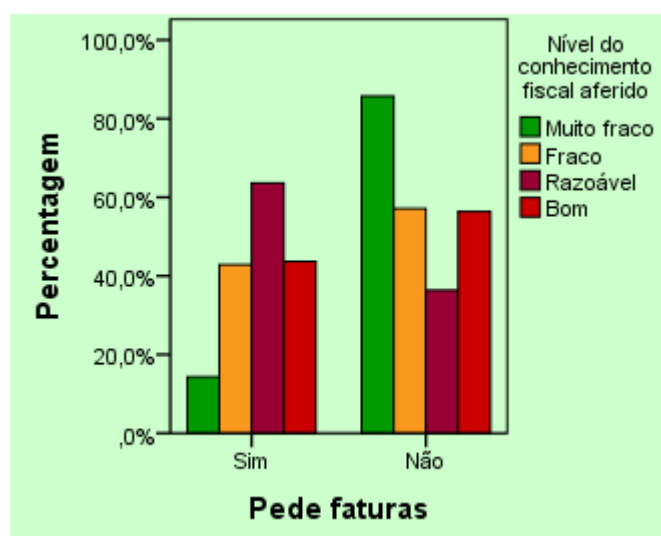
<sup>55</sup> Tabela XLVI anexo B



		Pede faturas			Pede faturas
		Sim			Não
Razão pela qual pede faturas	Obter benefícios fiscais	26	Razão pela qual não pede faturas	Não origina benefícios fiscais	13
	Controlar os gastos	28		Não melhora o funcionamento do país	18
	Concorrer à fatura da sorte	9		O concurso da fatura da sorte é uma ilusão	8
	Melhorar o funcionamento do país	19		Forma do Estado controlar a vida dos cidadãos	45
				Não faz muitas compras	1
				Só gasta papel	1
Total		82	Total		86

*Tabela 4-Principais razões pelas quais os inquiridos pedem ou não pedem faturas*

Da análise da Tabela 4, retira-se que as principais razões pelas quais os inquiridos pedem faturas são ou para controlar os gastos ou para obter benefícios fiscais. Também por este meio se verifica a importância que os inquiridos dão à poupança fiscal, quer porque obtêm benefícios fiscais quer porque controlam os gastos. A principal razão pela qual os inquiridos não pedem faturas é o facto de considerarem que com esse procedimento o Estado controla as suas vidas.



*Figura 35-Nível do conhecimento fiscal aferido dos inquiridos por quem pede ou não pede faturas*

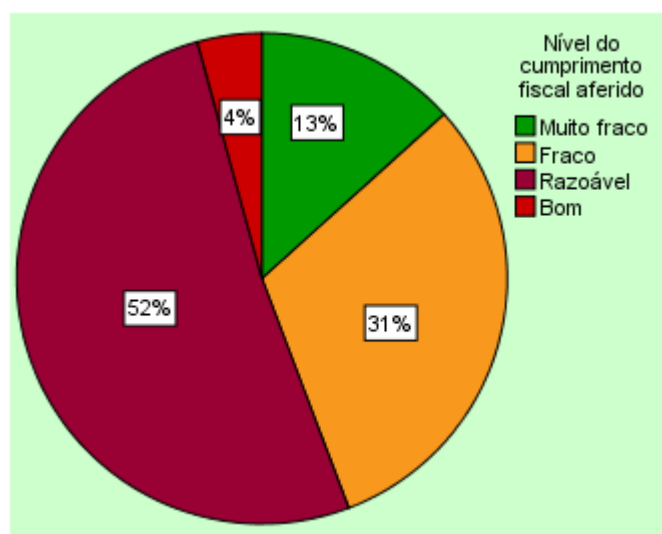
Pela análise da Figura 35, verifica-se que a maior parte dos inquiridos, cerca de 85,7%<sup>56</sup>, com nível de conhecimento fiscal aferido de muito fraco não pede faturas.

No sentido de aferir o nível de cumprimento do inquirido perante as tarefas fiscais, isto é, se preenche a declaração de IRS, se declara sempre as despesas, se pede faturas, se faz reclamações ao estado e se utiliza os simuladores disponibilizados nas finanças, procedeu-se à seguinte classificação:

Nível de cumprimento fiscal	Número de tarefas realizadas
Muito fraco	0-1
Fraco	2
Razoável	3-4
Bom	5

*Tabela 5-Modo de classificar o nível de cumprimento fiscal*

Para análise dos resultados relativos a essa aferição, elaborou-se o gráfico da Figura 36. Posteriormente estudaram-se associações que pudessem existir entre o cumprimento fiscal aferido, a autoavaliação do cumprimento fiscal e o conhecimento fiscal aferido.



*Figura 36-Nível do cumprimento fiscal aferido por inquiridos*

Como se observa na Figura 36, mais de metade dos inquiridos, cerca de 52%, mostra ter um nível de cumprimento fiscal razoável.

<sup>56</sup>Tabela XLVII anexo B

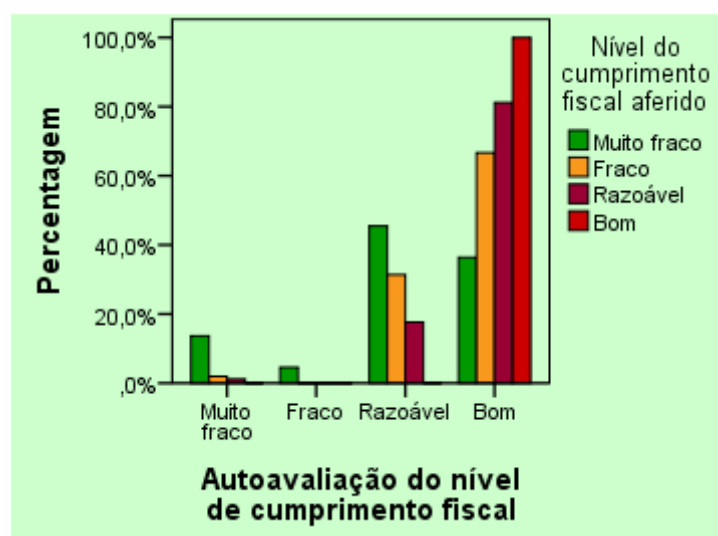


Figura 37-Nível do cumprimento fiscal aferido por autoavaliação do nível de cumprimento fiscal dos inquiridos

A autoavaliação do cumprimento fiscal feita pelos inquiridos parece ser sobrestimada, Figura 37<sup>57</sup>, isto é, apesar de todos os inquiridos com bom nível de cumprimento fiscal aferido se terem avaliado como tendo um bom nível de cumprimento fiscal, para os restantes níveis não se observa esse tipo de concordância.

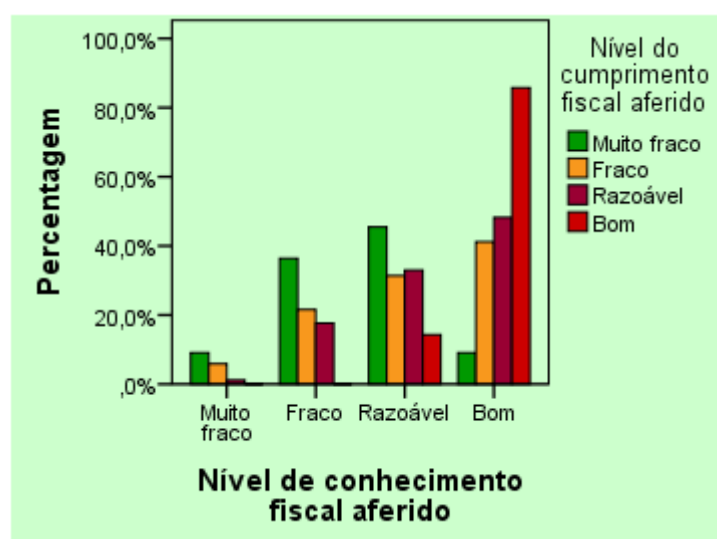


Figura 38-Nível do cumprimento fiscal aferido por nível de conhecimento fiscal aferido

Pela análise da Figura 38, que compara a aferição feita do nível de cumprimento fiscal com a aferição do nível de conhecimento fiscal, verifica-se que a maior parte dos inquiridos, cerca de 85,7%<sup>58</sup>, com bom nível de cumprimento fiscal aferido obteve um bom nível de conhecimento fiscal aferido.

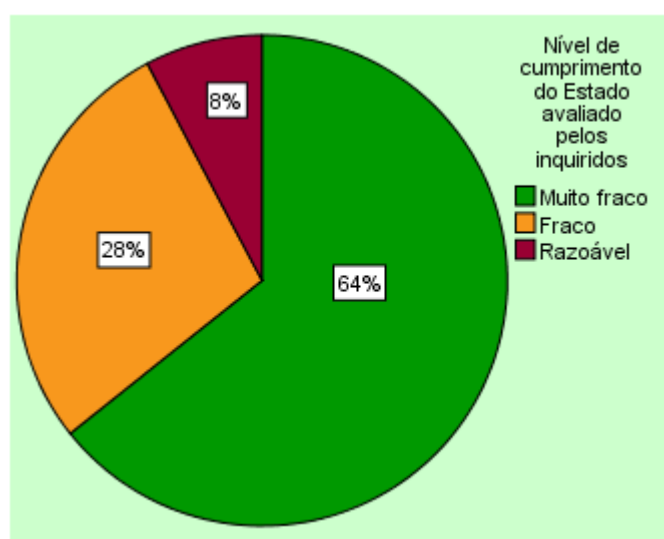
<sup>57</sup> Tabela XLVIII anexo B

<sup>58</sup> Tabela XLIX anexo B

Para analisar se existe independência usou-se o teste do Qui-quadrado e obteve-se um valor  $p=0,022<0,05^{59}$ , logo rejeitou-se  $H_0$  em favor de  $H_1$ . Conclui-se que não existe independência entre o nível de cumprimento fiscal aferido e o nível de conhecimento fiscal aferido do inquirido, portanto há uma associação entre ambos e é importante compreender qual o tipo de associação existente.

Através dos valores dos coeficientes Kendall's tau b e Gamma<sup>60</sup>, 0,260 e 0,395, respetivamente, verifica-se que a associação existente é positiva, o que significa que quanto melhor o nível de conhecimento fiscal aferido do inquirido melhor é o seu nível de cumprimento fiscal aferido, pelo valor  $p=0,000<0,05$  conclui-se que a associação é estatisticamente significativa.

Finalmente, fez-se uma análise à apreciação que os inquiridos fazem do nível de cumprimento do Estado na aplicação da receita fiscal em serviços públicos.



*Figura 39-Nível de cumprimento do Estado avaliado pelos inquiridos*

Na Figura 39 é visível que a maioria dos inquiridos, cerca de 92%, estão insatisfeitos com o nível de cumprimento do Estado. A maior parte dos indivíduos avaliou o nível de cumprimento do Estado como muito fraco.

---

<sup>59</sup> Tabela L anexo B

<sup>60</sup> Tabela LI anexo B

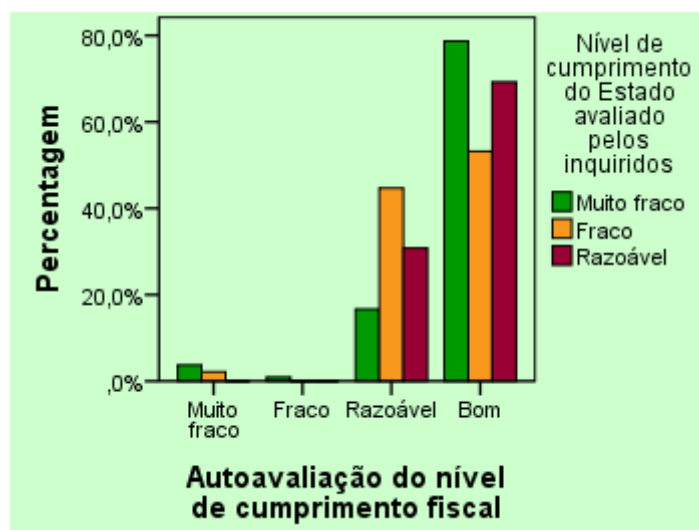


Figura 40-Nível de cumprimento do Estado avaliado pelos inquiridos por nível de cumprimento fiscal aferido dos inquiridos

Observa-se na Figura 40, que a maior parte dos inquiridos que avaliou o cumprimento do Estado como muito fraco, 78,7%<sup>61</sup>, autoavaliou o seu cumprimento fiscal como bom.

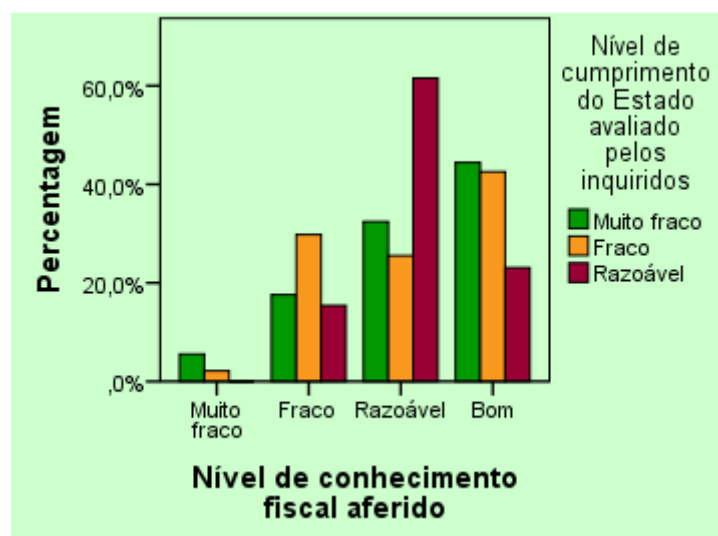


Figura 41-Nível de cumprimento do Estado avaliado pelos inquiridos por nível de conhecimento fiscal aferido dos inquiridos

Na Figura 41 apresenta-se a relação entre a avaliação do cumprimento do Estado feita pelos inquiridos e o respetivo nível de conhecimento fiscal aferido e observa-se que a maior parte dos inquiridos que avaliou o Estado como tendo um nível de cumprimento muito fraco, cerca de 44,4%<sup>62</sup> obtiveram um nível bom de conhecimento fiscal aferido. Contudo estudou-se a existência de independência através do teste Qui-quadrado obtendo-

<sup>61</sup> Tabela LII anexo B

<sup>62</sup> Tabela LIII anexo B

se um valor  $p=0,149>0,05^{63}$ , logo não se rejeitou  $H_0$ . Conclui-se que existe independência entre o nível aferido de conhecimento fiscal e o nível de cumprimento do Estado avaliado pelos inquiridos. Não se obteve portanto indícios para pensar que existe associação entre o nível de conhecimento fiscal aferido dos cidadãos e a apreciação sobre o nível de cumprimento atribuído ao Estado.

### **2.3.Nota conclusiva**

A partir da análise efetuada constatou-se que os inquiridos não souberam definir imposto, mas, por outro lado, souberam qual a sua finalidade, no geral.

No global, mesmo não conhecendo o significado das siglas e dos acrónimos dos impostos, souberam responder corretamente sobre qual a finalidade dos mesmos, isto é, responderam mais corretamente à questão sobre o que tributam. No caso do IVA e do IMI, a maioria conhecia quer o que tributam estes impostos, quer o significado dos acrónimos. Quanto ao IUC, verificou-se um grande desconhecimento tanto ao nível do significado do acrónimo, como ao nível da respetiva tributação.

Comparando os impostos entre si, o IVA foi o imposto mais conhecido pelos inquiridos, tanto a nível de significado do acrónimo como a nível de aplicação deste imposto. Os indivíduos mostraram conhecer melhor o IRS do que o IRC. O IUC foi o imposto que mais respostas do tipo não sabe/não responde obteve.

Quanto ao significado das siglas e dos acrónimos do IRS, IRC e IUC, revelou-se uma associação entre o género do inquirido e a escolha da resposta certa. Ou seja, o género parece condicionar a escolha da resposta certa, em relação a estes impostos. O mesmo aconteceu para a questão o que tributa o IUC.

Numa visão geral, em relação à definição de imposto e à sua finalidade, os inquiridos com idade entre os 30 e os 39 anos tiveram maior percentagem de respostas corretas, e os que tiveram menor percentagem de respostas corretas foram os mais velhos, com 70 anos de idade ou mais.

Já em relação ao conhecimento das siglas e dos acrónimos dos impostos e do que cada um tributa, não pareceu haver diferenças significativas perante as faixas etárias dos inquiridos.

---

<sup>63</sup> Tabela LIV anexo B

Os inquiridos subavaliaram os seus conhecimentos fiscais, fazendo uma autoavaliação de nível inferior ao que lhes foi aferido.

Conclui-se que os homens e os trabalhadores por conta própria obtiveram melhor conhecimento fiscal aferido.

De um modo geral, ficou demonstrado que um maior grau de habilitações académicas está associado a um melhor nível de conhecimento fiscal aferido. E os inquiridos com formação superior da área de ciências económicas/empresariais tiveram melhor conhecimento fiscal aferido do que os indivíduos com formação superior noutra área.

Finalmente, foi visível que a maior parte dos inquiridos preocupa-se em declarar as suas despesas, contribuindo para uma poupança fiscal. E que quem tem melhor nível de conhecimento fiscal aferido é quem declara com mais frequência as suas despesas para obter benefícios fiscais a que tem direito.

Conclui-se que a maior parte dos inquiridos obteve um nível de cumprimento fiscal aferido razoável e que o nível de cumprimento fiscal tende a ser maior por parte de quem tem maior conhecimento fiscal aferido.

Por outro lado, não se confirmou a existência de associação entre o conhecimento fiscal aferido e a avaliação do nível de cumprimento do Estado na aplicação de receita fiscal em serviços públicos, feita pelos inquiridos. A maior parte dos inquiridos avalia o nível de cumprimento do Estado como muito fraco e ninguém considerou esse nível como bom, o que é preocupante.

## **Capítulo VIII – Conclusão**

Nesta dissertação foi abordado o tema literacia fiscal e o seu impacto no cumprimento das tarefas fiscais e na poupança fiscal. Realçam-se algumas conclusões a que se chegou e as respetivas reflexões pessoais.

A educação permite que o homem se desenvolva a nível intelectual, moral e físico. É através da educação que o homem concebe a capacidade de formular pensamentos de forma autónoma e os próprios juízos de valor, de modo a ter capacidade de decidir de modo independente, isto é, ter capacidade de criar literacia.

A educação fiscal permite desenvolver a cidadania fiscal, ou seja, deve sensibilizar os cidadãos para o dever cívico de pagar impostos, deve transmitir o conhecimento dos seus direitos e deveres, mas, acima de tudo, deve impor nas sociedades a reprovação de toda a conduta fiscalmente desonesta.

Assim, a literacia fiscal consiste na capacidade do indivíduo compreender e interpretar o funcionamento geral dos impostos, ou seja, o indivíduo deve saber o que são os impostos, por que razão existem, deve conhecer as obrigações fiscais que lhe compete cumprir, deve conhecer os mecanismos previstos para efetuar esse cumprimento e fazer a verificação dos valores a pagar de imposto.

Verificou-se que a literacia fiscal permite ao contribuinte calcular e cumprir as suas obrigações fiscais de uma forma mais precisa e de forma autónoma. O contribuinte com maior literacia fiscal mostra mais responsabilidade em termos fiscais, apresentando também maior satisfação e motivação no pagamento de impostos. Deste modo, a tentativa de evasão fiscal deve diminuir, uma vez que o contribuinte compreende qual o valor justo a pagar e aceita fazê-lo.

Ao tomar boas decisões fiscais de forma consciente o contribuinte obtém mais benefícios, incorre em menos erros, reduzindo assim os consequentes custos. O conhecimento fiscal permitirá ao contribuinte obter mais confiança na participação social, mais oportunidades de aprendizagem e de conseguir empregos estáveis.

Quanto mais literacia fiscal existir na sociedade mais igualdade social existirá.

No entanto, observou-se que pode existir na sociedade uma conduta de rejeição das ideias e propostas estatais e consequentemente do dever cívico de pagar impostos. Uma boa relação entre o contribuinte e a Autoridade Tributária poderá reduzir o sentimento de



desconfiança perante os organismos governamentais e a complexidade do sistema fiscal e poderá contribuir para a criação de uma cultura cívica na sociedade.

Esta cultura cívica, também conhecida como cultura fiscal, envolve a consciência cívica fiscal dos contribuintes que deveria refletir-se no cumprimento dos impostos.

Constatou-se que a complexidade do sistema fiscal pode influenciar o não cumprimento fiscal, uma vez que as leis se tornam confusas e de difícil compreensão e o contribuinte acaba por perder a motivação e o incentivo para querer conhecer e perceber os termos fiscais. Isto pode estimular situações fraudulentas, isto é, levar o contribuinte a optar por realizar um planeamento fiscal ilegítimo.

Para além deste fator, existem outros que influenciam o cumprimento fiscal, estes passam não só pelos custos de tempo como também pelos custos sociais e psicológicos e como pelos custos económicos e religiosos.

Referiu-se que a literacia fiscal poderá amortecer a complexidade do sistema fiscal, pois oferece ao contribuinte a facilidade de interpretação das leis.

Para além disso, viu-se que a literacia fiscal impõe no contribuinte sentimentos menos negativos do que o não conhecimento, o que lhe dá bem estar consigo próprio e com a sociedade. Estes sentimentos poderão levar o contribuinte a cumprir mais e de forma mais precisa.

Da investigação que se realizou, observou-se que os indivíduos se subavaliaram sobre o seu nível de conhecimento fiscal, porque têm a perceção de que conhecem menos sobre os impostos do que na realidade conhecem. Poucos indivíduos sabem o que é o imposto, mas a maior parte sabe que é uma forma do Estado obter receita. No geral os impostos mais conhecidos pelos indivíduos são o IVA e o IMI; ao contrário o menos conhecido é o IUC. Observou-se que os homens, os trabalhadores por conta própria, os indivíduos com maior grau de habilitações académicas e indivíduos com formação superior em ciências económicas/empresariais são os que têm maior nível de conhecimento fiscal. Por outro lado, são os mais novos e os mais velhos os menos conhecedores de matéria fiscal.

Relativamente ao cumprimento fiscal dos indivíduos, a maior parte obteve um cumprimento fiscal aferido razoável, no entanto, estes sobreavaliaram o seu nível, na medida em que afirmaram ter um maior nível de cumprimento fiscal do que aquele que lhes foi aferido. Observou-se também que a maior parte dos indivíduos pede a um amigo

ou a um técnico ajuda para o preenchimento da declaração de rendimento; revelou ser detentor de um rendimento pertencente ao 1º escalão de rendimentos e ter um nível de conhecimento fiscal aferido baixo. Isto indica que o facto de pedirem ajuda para o preenchimento da declaração de rendimento pode dever-se à dificuldade em preencher a mesma. De facto, os indivíduos que preenchem a sua própria declaração revelam ter um bom nível de conhecimento fiscal aferido e são detentores de um rendimento pertencente ao 3º escalão.

Quanto à poupança fiscal os indivíduos revelam interesse e estímulo para a concretizar, uma vez que se verificou que a maior parte dos indivíduos apresenta sempre as suas despesas para obter benefícios fiscais e que pede faturas pelas simples razões de obter benefícios fiscais e controlar os gastos, mostrando preocupação em fazer poupança fiscal.

Conclui-se que os contribuintes com maior nível de conhecimento fiscal aferido tendem a ter um maior nível de cumprimento fiscal.

Todos os indivíduos mostraram um grande desencanto perante o cumprimento do Estado na aplicação de receita fiscal em serviços públicos, avaliando-o como muito fraco. Parece haver uma relação pouco agradável entre o contribuinte e a Autoridade Tributária e poderá haver na sociedade uma conduta de desconfiança, e negação perante as ações do Estado.

Porém, este estudo tem as suas limitações e não é possível generalizar os resultados para o país, uma vez que a dimensão da amostra é reduzida e focalizada apenas a uma zona restrita de Portugal. Por isso, seria interessante, em trabalhos futuros, serem consideradas amostras de dimensões mais elevadas, alargadas à escala nacional, e representativa da população, de modo a permitir a generalização dos resultados.

Importa divulgar e apelar para a importância que a literacia fiscal e os conhecimentos fiscais têm no cumprimento das obrigações fiscais dos contribuintes. Outro tópico que era importante desenvolver em trabalhos futuros era o estudo do interesse e avaliação do impacto de introdução de tópicos de fiscalidade no ensino escolar obrigatório. A ideia consiste em sensibilizar os mais jovens para a importância do conhecimento e do cumprimento fiscal, como defendido por vários autores já referidos.

O presente trabalho permitiu ter uma ideia sobre a situação real de literacia fiscal. Esta realidade é importante não só para os contribuintes tomarem consciência da importância da literacia fiscal, mas também para que os organismos governamentais se

interessem pelo aumento desta, pelo impacto positivo que pode ter no cumprimento fiscal e apoiem o seu desenvolvimento de diversos modos, nomeadamente, prestando mais esclarecimento e apoio aos contribuintes e introduzindo mecanismos que contribuem para uma aplicação correta e justa.

## Referências bibliográficas

- Allingham, M., & Sandmo, A. (1972). Income tax evasion: A theoretical analysis. *Journal of Public Economics*, 1, 323–338. doi:10.1016/0047-2727(72)90010-2
- Aviso nº 57/78 de 9 de março do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Diário da República: I Série A 489–493 (1978). Retrieved from <https://dre.pt/application/file/446055>
- Bíblia Sagrada*. (2000) (2nd ed.). Editorial Missões.
- Brandão, C. (1981). *O que é educação* (p. 116). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Carlos, A., Abreu, I., Durão, J., & Pimenta, M. (2011). *Guia dos impostos em Portugal* (p. 751). Lisboa: Quid Juris.
- Chardon, T. (2014). Taxation and superannuation literacy in Australia: what do people know (or think they know)? *JASSA The Fínsia Journal of Applied Finance*, (1), 42–48.
- Constituição da República Portuguesa, Pub. L. No. VII Revisão Constitucional (2005). Retrieved from <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>
- Delors, J., & Eufrazio, J. (1998). Educação: um tesouro a descobrir. Retrieved from <http://www.cursoavancos.com.br/downloads/material/3.pdf>
- Dicionário da Língua Portuguesa*. (2011) (p. 1679). Porto Editora.
- Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. (2001). *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (Século XXI, Vol. 18, p. 1414). Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- Ferreira, A. (2013). *Atitude e percepção dos impostos - O caso português*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Retrieved from <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/69842>
- Finanças, M. das. (2013). Assembleia da República. *Conta Geral do Estado*. Lisboa: Ministério das Finanças. Retrieved September 05, 2014, from <http://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Paginas/ContaGeraldoEstado.aspx>
- Gonçalves, J. (2010). A educação fiscal como instrumento de cidadania. *Revista Vox*, (2), 9–23.
- Guimarães, J. (2005). O sistema fiscal português - Uma breve análise. *Boletim Da APECA*, (121), 16–30.
- Guimarães, R., & Cabral, J. (1997). *Estatística* (p. 621). McGraw-Hill.
- Guimarães, V. (2007). *A responsabilidade civil da administração fiscal* (p. 447). Lisboa: Vislis Editores.
- Hammar, H., Jagers, S., & Nordblom, K. (2008). Attitudes towards Tax Levels: A Multi-Tax Comparison. *Fiscal Studies*, 29(4), 523–543. doi:10.1111/j.1475-5890.2008.00084.x

- Jakobsson, N. (2008). *Does knowledge affect tax preferences?* (p. 6). Retrieved from [http://forskarnatverket.files.wordpress.com/2008/05/grupp-3\\_niklas-jakobsson.pdf](http://forskarnatverket.files.wordpress.com/2008/05/grupp-3_niklas-jakobsson.pdf)
- Kornhauser, M. (2009). The Tax Literacy Project. *News Quarterly*, 29(1), 9–10.
- Lopes, A. (2011). *Atitudes e comportamentos dos contribuintes individuais em relação ao sistema fiscal português - O caso dos custos psicológicos da tributação*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Retrieved from <https://eg.sib.uc.pt/handle/10316/24144>
- Lopes, C. (2007). Os custos de cumprimento e a tributação do rendimento - Estudo comparativo de metodologias e resultados de estudos. *Ciência E Técnica Fiscal*, (420), 125–217.
- Lopes, C., & Santos, A. (2013). O cumprimento fiscal em Portugal - Fatores associados a erros e atrasos na entrega das declarações fiscais das pessoas singulares. *Revista Do Instituto Do Direito Brasileiro - Faculdade de Direito Da Universidade de Lisboa*, (12), 13825–13852.
- Madi, N., Kamaluddin, A., Janggu, T., Ibrahim, M., Samah, A., & Jusoff, K. (2010). Tax Literacy among Employees : Sabah and Sarawak ' s Perspective. *International Journal of Economics and Finance*, 2(1), 218–223. doi:10.5539/ijef.v2n1p218
- Miranda, A. (2013). *O combate à fraude e evasão fiscais - A atuação da administração tributária e a avaliação dos resultados obtidos*. Dissertação de Mestrado em Auditoria, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Retrieved from [http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/2011/1/DM\\_AntonioMiranda\\_2013.pdf](http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/2011/1/DM_AntonioMiranda_2013.pdf)
- Nabais, J. (1998). *O dever fundamental de pagar impostos* (p. 744). Coimbra: Livraria Almedina.
- Nascimento, A. (2006). Literacia, leitura, (des)bloqueamentos. *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, (3), 289–309.
- Oliveira, M. (2012). *A auditoria tributária e a deteção de comportamento evasivo*. Dissertação de Mestrado em contabilidade - Ramo fiscalidade, Instituto de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro. Retrieved from <http://ria.ua.pt/handle/10773/10984>
- Pryor, F., & Schaffer, D. (1997). *Wages and the university educated: a paradox resolved*, 120(7), 3–14.
- Samson, W. (2002). History of taxation. In A. Lymer & J. Hasseldine (Eds.), *The international taxation system* (Springer S., pp. 21–41). New York. doi:10.1007/978-1-4615-1071-0
- Santos, A. (2009). Planeamento fiscal, evasão fiscal, elisão fiscal. *Fiscalidade Revista de Direito E Gestão Fiscal*, 38, 61–100.
- Slemrod, J., & Yitzhaki, S. (2000). *Tax avoidance, evasion and administration* (No. 7473) (p. 76). doi:10.3386/w7473
- Smith, A. (1999). *Riqueza das Nações* (5th ed., Vol. I, p. 823). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Soares, D. (2004). *Percepção social da fiscalidade em Portugal - Um estudo exploratório* (p. 223). Coimbra: Almedina.

- Tojal, P. (2011). *A literacia fiscal: O caso português*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade - Ramo Fiscalidade, Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro. Retrieved from <http://ria.ua.pt/handle/10773/8832>
- Torgler, B. (2003). *The importance of faith: Tax morale and religiosity* (p. 35). doi:10.1016/j.jebo.2004.10.007
- Unesco (2002). United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *UN Resolutions and other related documents*. Retrieved August 07, 2014, from <http://www.unesco.org/new/en/education/themes/education-building-blocks/literacy/un-literacy-decade/un-resolutions-and-other-related-documents/>
- Unesco. (2014). United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *Literacy*. Retrieved August 07, 2014, from <http://www.unesco.org/new/en/education/themes/education-building-blocks/literacy/>

## Anexo A - Questionário

Parte I – Informações pessoais	
<p>1. Género:</p> <p>Masculino <input type="checkbox"/></p> <p>Feminino <input type="checkbox"/></p> <p>2. Idade: _____</p>	<p>3. Situação profissional:</p> <p>Estudante <input type="checkbox"/></p> <p>Trabalhador { Por conta de outrem <input type="checkbox"/></p> <p>                                { Por conta própria <input type="checkbox"/></p> <p>Desempregado <input type="checkbox"/></p> <p>Reformado – Profissão: _____ <input type="checkbox"/></p>
<p>4. Habilitações académicas:</p> <p>Menos que o 1º Ciclo <input type="checkbox"/></p> <p>1º Ciclo (4º ano) <input type="checkbox"/></p> <p>2º Ciclo (6º ano) <input type="checkbox"/></p> <p>3º Ciclo (9º ano) <input type="checkbox"/></p> <p>Secundário (12º ano) <input type="checkbox"/></p> <p>Licenciatura/Mestrado/Doutoramento – <input type="checkbox"/></p> <p>Curso: _____ <input type="checkbox"/> (Pergunta 5.)</p>	<p>5. Alguma das formações superiores se enquadra na área das ciências económicas/empresariais?</p> <p>Sim <input type="checkbox"/></p> <p>Não <input type="checkbox"/></p>
<p>6. Rendimento anual do agregado familiar:</p> <p>Inferior a 7.000€ <input type="checkbox"/></p> <p>Entre 7.000€ e 20.000€ <input type="checkbox"/></p> <p>Entre 20.000€ e 40.000€ <input type="checkbox"/></p> <p>Entre 40.000€ e 80.000€ <input type="checkbox"/></p> <p>Superior a 80.000€ <input type="checkbox"/></p>	

Parte II – Conhecimento fiscal do cidadão	
<p>7. Como avalia o seu conhecimento fiscal?</p> <p>Muito fraco <input type="checkbox"/></p> <p>Fraco <input type="checkbox"/></p> <p>Razoável <input type="checkbox"/></p> <p>Bom <input type="checkbox"/></p>	
<p>8. O imposto é:</p> <p>Uma taxa <input type="checkbox"/></p> <p>Uma coima <input type="checkbox"/></p> <p>Uma prestação definitiva e unilateral <input type="checkbox"/></p> <p>N.S./N.R. <input type="checkbox"/></p>	<p>9. A finalidade dos impostos é:</p> <p>Obter igualdade social <input type="checkbox"/></p> <p>Obter receita para o Estado <input type="checkbox"/></p> <p>Obter apoios para a população mais necessitada <input type="checkbox"/></p> <p>N.S./N.R. <input type="checkbox"/></p>

<p>10. Decifre as seguintes siglas/acrónimos:</p> <p>1.IVA – Certo <input type="checkbox"/> Errado <input type="checkbox"/> N.S/N.R. <input type="checkbox"/></p> <p>2.IRS – Certo <input type="checkbox"/> Errado <input type="checkbox"/> N.S/N.R. <input type="checkbox"/></p> <p>3.IRC – Certo <input type="checkbox"/> Errado <input type="checkbox"/> N.S/N.R. <input type="checkbox"/></p> <p>4.IMI – Certo <input type="checkbox"/> Errado <input type="checkbox"/> N.S/N.R. <input type="checkbox"/></p> <p>5.IUC– Certo <input type="checkbox"/> Errado <input type="checkbox"/> N.S/N.R. <input type="checkbox"/></p>	<p>11. Oque tributam os impostos anteriores:</p> <p>1.IVA: Património <input type="checkbox"/> Consumo <input type="checkbox"/> Rendimento <input type="checkbox"/> N.S./N.R. <input type="checkbox"/></p> <p>2.IRS: Património <input type="checkbox"/> Consumo <input type="checkbox"/> Rendimento <input type="checkbox"/> N.S./N.R. <input type="checkbox"/></p> <p>3.IRC: Património <input type="checkbox"/> Consumo <input type="checkbox"/> Rendimento <input type="checkbox"/> N.S./N.R. <input type="checkbox"/></p> <p>4.IMI: Património <input type="checkbox"/> Consumo <input type="checkbox"/> Rendimento <input type="checkbox"/> N.S./N.R. <input type="checkbox"/></p> <p>5.IUC: Património <input type="checkbox"/> Consumo <input type="checkbox"/> Rendimento <input type="checkbox"/> N.S./N.R. <input type="checkbox"/></p>
--	--

<p>Parte III – Comportamento do cidadão nas tarefas fiscais</p> <p>Nesta parte responda com base nos últimos 3 anos.</p>	
<p>12. Quem preenche a sua declaração de IRS?</p> <p>O próprio <input type="checkbox"/></p> <p>Uma pessoa amiga <input type="checkbox"/></p> <p>Um técnico <input type="checkbox"/></p> <p>Não preenche <input type="checkbox"/></p>	<p>13. Declara as suas despesas para usufruir de benefícios fiscais?</p> <p>Nunca <input type="checkbox"/></p> <p>Algumas vezes <input type="checkbox"/></p> <p>Sempre <input type="checkbox"/></p>
<p>14. Pede faturas quando consome?</p> <p>Sim <input type="checkbox"/> (pergunta 15)</p> <p>Não <input type="checkbox"/> (pergunta 16)</p>	<p>15. Qual a principal razão pela qual pede faturas?</p> <p>Obter benefícios fiscais <input type="checkbox"/></p> <p>Obter o controlo dos gastos <input type="checkbox"/></p> <p>Concorrer à fatura da sorte <input type="checkbox"/></p> <p>Melhorar o funcionamento do país <input type="checkbox"/></p>
<p>16. Qual a principal razão pela qual não pede faturas?</p> <p>Não contribui para obter benefícios fiscais <input type="checkbox"/></p> <p>Não melhora o funcionamento do país <input type="checkbox"/></p> <p>O concurso da fatura da sorte é uma ilusão <input type="checkbox"/></p> <p>É uma forma do Estado controlar a vida do cidadão <input type="checkbox"/></p> <p>Outra _____ <input type="checkbox"/></p>	
<p>17. Com que frequência faz reclamações ao Estado?</p> <p>Nunca <input type="checkbox"/></p> <p>Algumas vezes <input type="checkbox"/></p> <p>Sempre <input type="checkbox"/></p>	<p>18. Com que frequência utiliza os simuladores, disponibilizados no site das finanças, para cálculo de impostos?</p> <p>Nunca <input type="checkbox"/></p> <p>Algumas vezes <input type="checkbox"/></p> <p>Sempre <input type="checkbox"/></p>



<p>19. Como avalia o seu nível de cumprimento fiscal?</p> <p>Muito fraco <input type="checkbox"/></p> <p>Fraco <input type="checkbox"/></p> <p>Razoável <input type="checkbox"/></p> <p>Bom <input type="checkbox"/></p>	<p>20. Como classifica o nível de cumprimento do Estado na aplicação da receita fiscal em serviços públicos (como educação e saúde, por ex.)?</p> <p>Muito fraco <input type="checkbox"/></p> <p>Fraco <input type="checkbox"/></p> <p>Razoável <input type="checkbox"/></p> <p>Bom <input type="checkbox"/></p>
--	--

## Anexo B-Tabelas e figuras complementares

Tabela I-Nível de conhecimento fiscal-autoavaliação \* Género

			Género		Total
			Feminino	Masculino	
Nível de conhecimento fiscal- autoavaliação	Muito fraco	Count	9	2	11
		%	81,8%	18,2%	100,0%
	Fraco	Count	30	25	55
		%	54,5%	45,5%	100,0%
	Razoável	Count	42	50	92
		%	45,7%	54,3%	100,0%
	Bom	Count	6	4	10
		%	60,0%	40,0%	100,0%
Total	Count	87	81	168	
	%	51,8%	48,2%	100,0%	

Tabela II-Teste Qui quadrado (autoavaliação vs género)<sup>a</sup>

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	5,798 <sup>a</sup>	3	,122
N of Valid Cases	168		

a. 1 cells (12,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,82.

Tabela III-Test Statistics<sup>a</sup>

	Nível de conhecimento fiscal-auto avaliação
Mann-Whitney U	3102,000
Wilcoxon W	6930,000
Z	-1,496
Asymp. Sig. (2-tailed)	,135

a. Grouping Variable: Género

Tabela IV-Autoavaliação do nível de conhecimento fiscal por idade dos cidadãos

			Faixa etária						Total
			20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70+	
Nível de conhecimento fiscal- autoavaliação	Muito fraco	Nº	4	1	0	2	2	2	11
		%	36,4%	9,1%	,0%	18,2%	18,2%	18,2%	100,0%
	Fraco	Nº	14	9	5	5	9	13	55
		%	25,5%	16,4%	9,1%	9,1%	16,4%	23,6%	100,0%
	Razoável	Nº	19	26	11	14	13	9	92
		%	20,7%	28,3%	12,0%	15,2%	14,1%	9,8%	100,0%
	Bom	Nº	2	4	1	0	3	0	10
		%	20,0%	40,0%	10,0%	,0%	30,0%	,0%	100,0%
Total	Nº	39	40	17	21	27	24	168	
	%	23,2%	23,8%	10,1%	12,5%	16,1%	14,3%	100,0%	

Tabela V-Test Statistics<sup>a,b</sup>

	Nível de conhecimento fiscal-autoavaliação
Chi-Square	3,180
df	2
Asymp. Sig.	,204
Exact Sig.	,205
Point Probability	,000

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Grupos para as idades

Tabela VI-Autoavaliação do nível de conhecimento fiscal por situação profissional

			Situação profissional					Total
			Estudante	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador por conta própria	Desempregado	Reformado	
Nível de conhecimento fiscal (auto avaliação)	Muito fraco	Nº	3	4	0	1	3	11
		%	27,3%	36,4%	,0%	9,1%	27,3%	100,0%
	Fraco	Nº	7	30	5	1	12	55
		%	12,7%	54,5%	9,1%	1,8%	21,8%	100,0%
	Razoável	Nº	9	57	16	3	7	92
		%	9,8%	62,0%	17,4%	3,3%	7,6%	100,0%
	Bom	Nº	0	6	4	0	0	10
		%	,0%	60,0%	40,0%	,0%	,0%	100,0%
Total	Nº	19	97	25	5	22	168	
	%	11,3%	57,7%	14,9%	3,0%	13,1%	100,0%	

Tabela VII-Autoavaliação do nível de conhecimento fiscal por habilitações académicas

			Habilitações académicas							Total
			< 1º ciclo	1ºCiclo-4ºano	2ºCiclo-6ºano	3ºCiclo-9ºano	Secundário -12ºano	Licenciatura	Mestrado	
Nível de conhecimento fiscal (auto avaliação)	Muito fraco	Nº	1	3	0	2	2	3	0	11
		%	9,1%	27,3%	,0%	18,2%	18,2%	27,3%	,0%	100,0%
	Fraco	Nº	1	13	0	14	17	9	1	55
		%	1,8%	23,6%	,0%	25,5%	30,9%	16,4%	1,8%	100,0%
	Razoável	Nº	0	3	1	7	35	43	3	92
		%	,0%	3,3%	1,1%	7,6%	38,0%	46,7%	3,3%	100,0%
	Bom	Nº	0	0	0	0	2	6	2	10
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	20,0%	60,0%	20,0%	100,0%
Total		Nº	2	19	1	23	56	61	6	168
		%	1,2%	11,3%	,6%	13,7%	33,3%	36,3%	3,6%	100,0%

Tabela VIII-Chi-Square Tests<sup>a,b</sup>

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	34,277 <sup>a</sup>	6	,000	,000		
Likelihood Ratio	35,711	6	,000	,000		
Fisher's Exact Test	33,250			,000		
Linear-by-Linear Association	27,433 <sup>b</sup>	1	,000	,000	,000	,000
N of Valid Cases	168					

a. 5 cells (41,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,31.

b. The standardized statistic is 5,238.

Tabela IX-Symmetric Measures<sup>a,b</sup>

		Value	Asymp. Std. Error <sup>a</sup>	Approx. T <sup>b</sup>	Approx. Sig.	Exact Sig.
Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	,385	,062	5,953	,000	,000
	Gamma	,609	,087	5,953	,000	,000
N of Valid Cases		168				

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tabela X-Test Statistics<sup>a,b</sup>

	Nível de conhecimento fiscal-auto avaliação
Chi-Square	30,368
df	2
Asymp. Sig.	,000
Exact Sig.	,000
Point Probability	,000

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Grupos para  
as habilitações

Tabela XI-Nível de conhecimento fiscal-autoavaliação \* Formação superior em ciências económicas/empresariais

			Formação superior em ciências económicas/empresariais		Total
			Sim	Não	
Nível de conhecimento fiscal-auto avaliação	Muito fraco	Count	0	3	3
		%	,0%	100,0%	100,0%
	Fraco	Count	3	7	10
		%	30,0%	70,0%	100,0%
	Razoável	Count	8	38	46
		%	17,4%	82,6%	100,0%
	Bom	Count	8	0	8
		%	100,0%	,0%	100,0%
Total		Count	19	48	67
		%	28,4%	71,6%	100,0%

Tabela XII-Test Statistics<sup>a</sup>

	Nível de conhecimento fiscal-auto avaliação
Mann-Whitney U	276,500
Wilcoxon W	1452,500
Z	-3,047
Asymp. Sig. (2-tailed)	,002

a. Grouping Variable: Formação superior em ciências económicas/empresariais

Tabela XIII-Ranks

Formação superior em ciências económicas/empresariais		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Nível de conhecimento fiscal-autoavaliação	Sim	19	43,45	825,50
	Não	48	30,26	1452,50
	Total	67		

Tabela XIV-Test Statistics<sup>a</sup>

	Nível de conhecimento fiscal-auto avaliação
Mann-Whitney U	276,500
Wilcoxon W	1452,500
Z	-3,047
Asymp. Sig. (2-tailed)	,002

a. Grouping Variable: Formação superior em ciências económicas/empresariais

Tabela XV-Distribuição das respostas sobre o que é um imposto, de acordo com o género do inquirido

			Género		Total
			Feminino	Masculino	
Imposto é	Uma taxa	Nº	65	55	120
		%	54,2%	45,8%	100,0%
	Uma prestação definitiva unilateral	Nº	15	26	41
		%	36,6%	63,4%	100,0%
	NS/NR	Nº	7	0	7
		%	100,0%	,0%	100,0%
Total	Nº	87	81	168	
	%	51,8%	48,2%	100,0%	

Tabela XVI-Distribuição das respostas sobre qual a finalidade do imposto, de acordo com o género do inquirido

			Género		Total
			Feminino	Masculino	
Finalidade dos impostos	Obter igualdade social	Nº	8	17	25
		%	32,0%	68,0%	100,0%
	Obter receita para o Estado	Nº	66	61	127
		%	52,0%	48,0%	100,0%
	NS/NR	Nº	13	3	16
		%	81,3%	18,8%	100,0%
Total		Nº	87	81	168
		%	51,8%	48,2%	100,0%



Tabela XVII-Distribuição das respostas sobre qual o significado dos/das acrónimos/siglas dos impostos, de acordo com o género do inquirido

			Género		
			Feminino	Masculino	Total
Significado do acrónimo IVA	certo	Nº	65	66	131
		%	49,6%	50,4%	100,0%
	errado	Nº	12	12	24
		%	50,0%	50,0%	100,0%
	NS/NR	Nº	10	3	13
		%	76,9%	23,1%	100,0%
Total		Nº	87	81	168
		%	51,8%	48,2%	100,0%
			Género		
			Feminino	Masculino	Total
Significado da sigla IRS	certo	Nº	30	41	71
		%	42,3%	57,7%	100,0%
	errado	Nº	42	35	77
		%	54,5%	45,5%	100,0%
	NS/NR	Nº	15	5	20
		%	75,0%	25,0%	100,0%
Total		Nº	87	81	168
		%	51,8%	48,2%	100,0%
			Género		
			Feminino	Masculino	Total
Significado da sigla IRC	certo	Nº	22	39	61
		%	36,1%	63,9%	100,0%
	errado	Nº	41	31	72
		%	56,9%	43,1%	100,0%
	NS/NR	Nº	24	11	35
		%	68,6%	31,4%	100,0%
Total		Nº	87	81	168
		%	51,8%	48,2%	100,0%
			Género		
			Feminino	Masculino	Total
Significado do acrónimo IMI	certo	Nº	51	61	112
		%	45,5%	54,5%	100,0%
	errado	Nº	23	12	35
		%	65,7%	34,3%	100,0%
	NS/NR	Nº	13	8	21
		%	61,9%	38,1%	100,0%
Total		Nº	87	81	168
		%	51,8%	48,2%	100,0%
			Género		
			Feminino	Masculino	Total
Significado do acrónimo IUC	certo	Nº	26	39	65
		%	40,0%	60,0%	100,0%
	errado	Nº	10	14	24
		%	41,7%	58,3%	100,0%
	NS/NR	Nº	51	28	79
		%	64,6%	35,4%	100,0%
Total		Nº	87	81	168
		%	51,8%	48,2%	100,0%

Figura A-Teste qui-quadrado para o significado das siglas/acrónimos

Teste Qui-quadrado IVA				Teste Qui-quadrado IRS			
	Valor	df	Valor p		Valor	df	Valor p
Pearson Chi-Square	3,567	2	,168	Pearson Chi-Square	7,135	2	,028

Teste Qui-quadrado IRC				Teste Qui-quadrado IMI			
	Valor	df	Valor p		Valor	df	Valor p
Pearson Chi-Square	10,755	2	,005	Pearson Chi-Square	5,333	2	,069

Teste Qui-quadrado IUC			
	Valor	df	Valor p
Pearson Chi-Square	9,761	2	,008

Figura B-Teste de intensidade para o significado das siglas/acrónimos

Teste intensidade de associação IRS			
		Valor	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,206	,028
	Cramer's V	,206	,028
	Contingency Coefficient	,202	,028
N of Valid Cases		168	

Teste intensidade de associação IRC			
		Valor	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,253	,005
	Cramer's V	,253	,005
	Contingency Coefficient	,245	,005
N of Valid Cases		168	

Teste intensidade de associação IUC			
		Valor	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,241	,008
	Cramer's V	,241	,008
	Contingency Coefficient	,234	,008
N of Valid Cases		168	

Tabela XVIII-Distribuição das respostas sobre o que tributam os impostos, de acordo com o género do inquirido

			Género		Total
			Feminino	Masculino	
O que tributa o IVA	Património	Nº	0	1	1
		%	,0%	100,0%	100,0%
	Consumo	Nº	84	80	164
		%	51,2%	48,8%	100,0%
	NS/NR	Nº	3	0	3
	%	100,0%	,0%	100,0%	
Total	Nº	87	81	168	
	%	51,8%	48,2%	100,0%	
			Género		Total
			Feminino	Masculino	
O que tributa o IRS	Consumo	Nº	1	0	1
		%	100,0%	,0%	100,0%
	Rendimento	Nº	81	80	161
		%	50,3%	49,7%	100,0%
	NS/NR	Nº	5	1	6
	%	83,3%	16,7%	100,0%	
Total	Nº	87	81	168	
	%	51,8%	48,2%	100,0%	
			Género		Total
			Feminino	Masculino	
O que tributa o IRC	Património	Nº	4	5	9
		%	44,4%	55,6%	100,0%
	Consumo	Nº	0	1	1
		%	,0%	100,0%	100,0%
	Rendimento	Nº	65	65	130
		%	50,0%	50,0%	100,0%
	NS/NR	Nº	18	10	28
	%	64,3%	35,7%	100,0%	
Total	Nº	87	81	168	
	%	51,8%	48,2%	100,0%	
			Género		Total
			Feminino	Masculino	
O que tributa o IMI	Património	Nº	81	78	159
		%	50,9%	49,1%	100,0%
	NS/NR	Nº	6	3	9
	%	66,7%	33,3%	100,0%	
Total	Nº	87	81	168	
	%	51,8%	48,2%	100,0%	

			Género		Total
			Feminino	Masculino	
O que tributa o IUC	Património	Nº	31	45	76
		%	40,8%	59,2%	100,0%
	Rendimento	Nº	1	0	1
		%	100,0%	,0%	100,0%
	NS/NR	Nº	55	36	91
	%	60,4%	39,6%	100,0%	
Total	Nº	87	81	168	
	%	51,8%	48,2%	100,0%	

Figura C-Teste do qui-quadrado para o que tributam os impostos

IVA - Chi-Square Tests				
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	3,888 <sup>a</sup>	2	,143	,177
a. 4 cells (88,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,48. b. The standardized statistic is -1,780.				
IRS - Chi-Square Tests				
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	3,463 <sup>a</sup>	2	,177	,212
a. 4 cells (88,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,48. b. The standardized statistic is -1,498.				
IRC - Chi-Square Tests				
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	3,187 <sup>a</sup>	3	,384	,388
a. 4 cells (80,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,48. b. The standardized statistic is -1,508.				
IMI - Chi-Square Tests				
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,843 <sup>a</sup>	1	,358	,498
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,34. b. Computed only for a 2x2 table c. The standardized statistic is -,918.				
IUC - Chi-Square Tests				
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	7,341 <sup>a</sup>	2	,025	,013
a. 2 cells (33,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,48. b. The standardized statistic is -2,478.				

Tabela XIX-Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.	Exact Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,209	,025	,013
	Cramer's V	,209	,025	,013
	Contingency Coefficient	,205	,025	,013
N of Valid Cases		168		

Tabela XX-Distribuição das respostas sobre o que é o imposto, de acordo com a idade do inquirido

			Faixa etária						Total
			20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70+	
Imposto é	Uma taxa	Nº	30	23	14	16	18	19	120
		%	25,0%	19,2%	11,7%	13,3%	15,0%	15,8%	100,0%
	Uma prestação definitiva unilateral	Nº	6	17	3	5	8	2	41
		%	14,6%	41,5%	7,3%	12,2%	19,5%	4,9%	100,0%
	NS/NR	Nº	3	0	0	0	1	3	7
		%	42,9%	,0%	,0%	,0%	14,3%	42,9%	100,0%
Total		Nº	39	40	17	21	27	24	168
		%	23,2%	23,8%	10,1%	12,5%	16,1%	14,3%	100,0%

Tabela XXI-Distribuição das respostas sobre qual a finalidade dos impostos, de acordo com a idade do inquirido

			Faixa etária						Total
			20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70+	
Finalidade dos impostos	Obter igualdade social	Nº	7	6	4	1	2	5	25
		%	28,0 %	24,0 %	16,0 %	4,0%	8,0%	20,0 %	100,0 %
	Obter receita para o Estado	Nº	27	33	12	18	23	14	127
		%	21,3 %	26,0 %	9,4%	14,2 %	18,1 %	11,0 %	100,0 %
	NS/NR	Nº	5	1	1	2	2	5	16
		%	31,3 %	6,3%	6,3%	12,5 %	12,5 %	31,3 %	100,0 %
Total	Nº		39	40	17	21	27	24	168
	%		23,2 %	23,8 %	10,1 %	12,5 %	16,1 %	14,3 %	100,0 %

Tabela XXII-Distribuição das respostas sobre qual o significado, de acordo com a idade do inquirido

			Faixa etária						Total
			20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70+	
Significado do acrónimo IVA	certo	Nº	29	34	13	18	23	14	131
		%	22,1%	26,0%	9,9%	13,7%	17,6%	10,7%	100,0%
	errado	Nº	5	5	3	3	3	5	24
		%	20,8%	20,8%	12,5%	12,5%	12,5%	20,8%	100,0%
	NS/NR	Nº	5	1	1	0	1	5	13
		%	38,5%	7,7%	7,7%	,0%	7,7%	38,5%	100,0%
Total	Nº	39	40	17	21	27	24	168	
	%	23,2%	23,8%	10,1%	12,5%	16,1%	14,3%	100,0%	
			Faixa etária						Total
			20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70+	
Significado da sigla IRS	certo	Nº	13	26	2	10	11	9	71
		%	18,3%	36,6%	2,8%	14,1%	15,5%	12,7%	100,0%
	errado	Nº	18	11	14	11	14	9	77
		%	23,4%	14,3%	18,2%	14,3%	18,2%	11,7%	100,0%
	NS/NR	Nº	8	3	1	0	2	6	20
		%	40,0%	15,0%	5,0%	,0%	10,0%	30,0%	100,0%
Total	Nº	39	40	17	21	27	24	168	
	%	23,2%	23,8%	10,1%	12,5%	16,1%	14,3%	100,0%	
			Faixa etária						Total
			20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70+	
Significado da sigla IRC	certo	Nº	12	23	3	9	10	4	61
		%	19,7%	37,7%	4,9%	14,8%	16,4%	6,6%	100,0%
	errado	Nº	16	12	11	10	14	9	72
		%	22,2%	16,7%	15,3%	13,9%	19,4%	12,5%	100,0%
	NS/NR	Nº	11	5	3	2	3	11	35
		%	31,4%	14,3%	8,6%	5,7%	8,6%	31,4%	100,0%
Total	Nº	39	40	17	21	27	24	168	
	%	23,2%	23,8%	10,1%	12,5%	16,1%	14,3%	100,0%	
			Faixa etária						Total
			20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70+	
Significado do acrónimo IMI	certo	Nº	18	32	13	16	22	11	112
		%	16,1%	28,6%	11,6%	14,3%	19,6%	9,8%	100,0%
	errado	Nº	8	7	4	5	4	7	35
		%	22,9%	20,0%	11,4%	14,3%	11,4%	20,0%	100,0%
	NS/NR	Nº	13	1	0	0	1	6	21
		%	61,9%	4,8%	,0%	,0%	4,8%	28,6%	100,0%
Total	Nº	39	40	17	21	27	24	168	
	%	23,2%	23,8%	10,1%	12,5%	16,1%	14,3%	100,0%	
			Faixa etária						Total
			20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70+	
Significado do acrónimo IUC	certo	Nº	10	24	4	9	12	6	65
		%	15,4%	36,9%	6,2%	13,8%	18,5%	9,2%	100,0%
	errado	Nº	5	5	2	4	6	2	24
		%	20,8%	20,8%	8,3%	16,7%	25,0%	8,3%	100,0%
	NS/NR	Nº	24	11	11	8	9	16	79
		%	30,4%	13,9%	13,9%	10,1%	11,4%	20,3%	100,0%
Total	Nº	39	40	17	21	27	24	168	
	%	23,2%	23,8%	10,1%	12,5%	16,1%	14,3%	100,0%	

Tabela XXIII-Test Statistics<sup>a,b</sup>

	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7
Chi-Square	1,111	3,584	4,256	2,073	1,976
df	2	2	2	2	2
Asymp. Sig.	,574	,167	,119	,355	,372

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Grupos para as idades

Tabela XXIV-Distribuição das respostas sobre o que tributam, de acordo com a idade do inquirido

			Faixa etária						Total
			20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70+	
O que tributa o IVA	Património	Nº	0	0	0	0	1	0	1
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%	100,0%
	Consumo	Nº	39	40	17	21	25	22	164
		%	23,8%	24,4%	10,4%	12,8%	15,2%	13,4%	100,0%
	NS/NR	Nº	0	0	0	0	1	2	3
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	33,3%	66,7%	100,0%
Total		Nº	39	40	17	21	27	24	168
		%	23,2%	23,8%	10,1%	12,5%	16,1%	14,3%	100,0%
			Faixa etária						Total
			20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70+	
O que tributa o IRS	Consumo	Nº	1	0	0	0	0	0	1
		%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
	Rendimento	Nº	35	40	17	21	26	22	161
		%	21,7%	24,8%	10,6%	13,0%	16,1%	13,7%	100,0%
	NS/NR	Nº	3	0	0	0	1	2	6
		%	50,0%	,0%	,0%	,0%	16,7%	33,3%	100,0%
Total		Nº	39	40	17	21	27	24	168
		%	23,2%	23,8%	10,1%	12,5%	16,1%	14,3%	100,0%
			Faixa etária						Total
			20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70+	
O que tributa o IRC	Património	Nº	1	1	0	2	2	3	9
		%	11,1%	11,1%	,0%	22,2%	22,2%	33,3%	100,0%
	Consumo	Nº	0	0	0	0	0	1	1
		%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	100,0%
	Rendimento	Nº	26	38	15	17	22	12	130
		%	20,0%	29,2%	11,5%	13,1%	16,9%	9,2%	100,0%
	NS/NR	Nº	12	1	2	2	3	8	28
		%	42,9%	3,6%	7,1%	7,1%	10,7%	28,6%	100,0%
Total		Nº	39	40	17	21	27	24	168
		%	23,2%	23,8%	10,1%	12,5%	16,1%	14,3%	100,0%
			Faixa etária						Total
			20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70+	
O que tributa o IMI	Património	Nº	33	40	17	21	26	22	159
		%	20,8%	25,2%	10,7%	13,2%	16,4%	13,8%	100,0%
	NS/NR	Nº	6	0	0	0	1	2	9
		%	66,7%	,0%	,0%	,0%	11,1%	22,2%	100,0%
Total		Nº	39	40	17	21	27	24	168
		%	23,2%	23,8%	10,1%	12,5%	16,1%	14,3%	100,0%
			Faixa etária						Total
			20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70+	
O que tributa o IUC	Património	Nº	13	27	6	9	14	7	76
		%	17,1%	35,5%	7,9%	11,8%	18,4%	9,2%	100,0%
	Rendimento	Nº	1	0	0	0	0	0	1
		%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
	NS/NR	Nº	25	13	11	12	13	17	91
		%	27,5%	14,3%	12,1%	13,2%	14,3%	18,7%	100,0%
Total		Nº	39	40	17	21	27	24	168
		%	23,2%	23,8%	10,1%	12,5%	16,1%	14,3%	100,0%



Tabela XXV-Test Statistics<sup>a,b</sup>

	IVA	IRS	IRC	IMI	IUC
Chi-Square	9,344	2,174	4,923	2,941	1,767
df	2	2	2	2	2
Asymp. Sig.	,009	,337	,085	,230	,413
Exact Sig.	,010	,370	,091	,246	,422
Point Probability	,008	,047	,003	,025	,009

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Grupos para as idades

Tabela XXVI-Nível do conhecimento fiscal aferido\* Nível de conhecimento fiscal-autoavaliação

			Nível de conhecimento fiscal-autoavaliação				
			Muito fraco	Fraco	Razoável	Bom	
Nível do conhecimento fiscal aferido	Muito fraco	Nº	3	4	0	0	7
		%	42,9%	57,1%	,0%	,0%	100,0%
	Fraco	Nº	6	22	7	0	35
		%	17,1%	62,9%	20,0%	,0%	100,0%
	Razoável	Nº	2	20	33	0	55
		%	3,6%	36,4%	60,0%	,0%	100,0%
	Bom	Nº	0	9	52	10	71
		%	,0%	12,7%	73,2%	14,1%	100,0%
Total	Nº	11	55	92	10	168	
	%	6,5%	32,7%	54,8%	6,0%	100,0%	

Tabela XXVII-Ranks<sup>a,b,c</sup>

		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Nível do conhecimento	Negative Ranks	11 <sup>a</sup>	45,00	495,00
fiscal - Nível de	Positive Ranks	89 <sup>b</sup>	51,18	4555,00
conhecimento fiscal-	Ties	68 <sup>c</sup>		
autoavaliação	Total	168		

a. Nível do conhecimento fiscal < Nível de conhecimento fiscal-auto avaliação

b. Nível do conhecimento fiscal > Nível de conhecimento fiscal-auto avaliação

c. Nível do conhecimento fiscal = Nível de conhecimento fiscal-auto avaliação

Tabela XXVIII-Test Statistics<sup>b</sup>

	Nível do conhecimento fiscal - Nível de conhecimento fiscal-auto avaliação
Z	-7,680 <sup>a</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a. Based on negative ranks.

b. Wilcoxon Signed Ranks Test

Tabela XXIX-Nível do conhecimento fiscal aferido\* Género

			Género		Total
			Feminino	Masculino	
Nível do conhecimento fiscal aferido	Muito fraco	Nº	6	1	7
		%	85,7%	14,3%	100,0%
	Fraco	Nº	19	16	35
		%	54,3%	45,7%	100,0%
	Razoável	Nº	34	21	55
		%	61,8%	38,2%	100,0%
	Bom	Nº	28	43	71
		%	39,4%	60,6%	100,0%
	Total	Nº	87	81	168
		%	51,8%	48,2%	100,0%

Tabela XXX-Chi-Square Tests<sup>a,b</sup>

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	9,869 <sup>a</sup>	3	,020	,018		
Likelihood Ratio	10,301	3	,016	,024		
Fisher's Exact Test	9,676			,020		
Linear-by-Linear Association	6,290 <sup>b</sup>	1	,012	,014	,007	,003
N of Valid Cases	168					

a. 2 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,38.

b. The standardized statistic is 2,508.

Tabela XXXI-Ranks

	Género	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Nível do conhecimento fiscal	Feminino	87	75,90	6603,00
	Masculino	81	93,74	7593,00
	Total	168		

Tabela XXXII-Test Statistics<sup>a</sup>

	Nível do conhecimento fiscal
Mann-Whitney U	2775,000
Wilcoxon W	6603,000
Z	-2,532
Asymp. Sig. (2-tailed)	,011

a. Grouping Variable: Género

Tabela XXXIII-Nível do conhecimento fiscal aferido\* Faixa etária

			Faixa etária						Total
			20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70+	
Nível do conhecimento fiscal aferido	Muito fraco	Nº	4	0	0	0	1	2	7
		%	57,1%	,0%	,0%	,0%	14,3%	28,6%	100,0%
	Fraco	Nº	8	5	4	4	4	10	35
		%	22,9%	14,3%	11,4%	11,4%	11,4%	28,6%	100,0%
	Razoável	Nº	17	8	9	7	9	5	55
		%	30,9%	14,5%	16,4%	12,7%	16,4%	9,1%	100,0%
	Bom	Nº	10	27	4	10	13	7	71
		%	14,1%	38,0%	5,6%	14,1%	18,3%	9,9%	100,0%
Total	Nº	39	40	17	21	27	24	168	
	%	23,2%	23,8%	10,1%	12,5%	16,1%	14,3%	100,0%	

Tabela XXXIV - Nível de conhecimento fiscal aferido por situação profissional

			Situação profissional					Total
			Estudante	Trabalhador por conta de outrem	Trabalhador por conta própria	Desempregado	Reformado	
Nível de conhecimento fiscal aferido	Muito fraco	Nº	4	0	0	0	3	7
		%	57,1%	,0%	,0%	,0%	42,9%	100,0%
	Fraco	Nº	5	18	0	1	19	35
		%	14,3%	51,4%	,0%	2,9%	31,4%	100,0%
	Razoável	Nº	9	31	8	2	5	55
		%	16,4%	56,4%	14,5%	3,6%	9,1%	100,0%
	Bom	Nº	1	48	17	2	3	71
		%	1,4%	67,6%	23,9%	2,8%	4,2%	100,0%
Total		Nº	19	97	25	5	22	168
		%	11,3%	57,7%	14,9%	3,0%	13,1%	100,0%

Tabela XXXV-Nível de conhecimento fiscal aferido por habilitações académicas

			Habilitações académicas							Total
			< 1º ciclo	1ºCiclo-4ºano	2ºCiclo-6ºano	3ºCiclo-9ºano	Secundário -12ºano	Licenciatura	Mestrado	
Nível de conhecimento fiscal aferido	Muito fraco	Nº	1	2	0	0	4	0	0	7
		%	14,3 %	28,6%	,0%	,0%	57,1%	,0%	,0%	100,0 %
	Fraco	Nº	0	11	0	10	8	6	0	35
		%	,0%	31,4%	,0%	28,6%	22,9%	17,1%	,0%	100,0 %
	Razoável	Nº	1	5	1	11	18	17	2	55
		%	1,8%	9,1%	1,8%	20,0%	32,7%	30,9%	3,6%	100,0 %
	Bom	Nº	0	1	0	2	26	38	4	71
		%	,0%	1,4%	,0%	2,8%	36,6%	53,5%	5,6%	100,0 %
Total		Nº	2	19	1	23	56	61	6	168
		%	1,2%	11,3%	,6%	13,7%	33,3%	36,3%	3,6%	100,0 %

Tabela XXXVI-Chi-Square Tests<sup>a,b</sup>

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	35,611 <sup>a</sup>	6	,000	,000		
Likelihood Ratio	38,932	6	,000	,000		
Fisher's Exact Test	35,899			,000		
Linear-by-Linear Association	33,285 <sup>b</sup>	1	,000	,000	,000	,000
N of Valid Cases	168					

a. 4 cells (33,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,92.

b. The standardized statistic is 5,769.

Tabela XXXVII-Symmetric Measures<sup>a,b</sup>

		Value	Asymp. Std. Error <sup>a</sup>	Approx. T <sup>b</sup>	Approx. Sig.	Exact Sig.
Ordinal by Ordinal	Kendall's tau-b	,390	,058	6,408	,000	,000
	Gamma	,584	,076	6,408	,000	,000
N of Valid Cases		168				

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tabela XXXVIII-Nível do conhecimento fiscal aferido\* Formação superior em ciências económicas/empresariais

			Formação superior em ciências económicas/empresariais		Total
			Sim	Não	
Nível do conhecimento fiscal aferido	Fraco	Nº	0	6	6
		%	,0%	100,0%	100,0%
	Razoável	Nº	3	16	19
		%	15,8%	84,2%	100,0%
	Bom	Nº	16	26	42
		%	38,1%	61,9%	100,0%
	Total	Nº	19	48	67
		%	28,4%	71,6%	100,0%

Tabela XXXIX-Ranks

Formação superior em ciências económicas/empresariais		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Nível do conhecimento fiscal aferido	Sim	19	41,68	792,00
	Não	48	30,96	1486,00
	Total	67		

Tabela XL-Test Statistics<sup>a</sup>

	Nível do conhecimento fiscal
Mann-Whitney U	310,000
Wilcoxon W	1486,000
Z	-2,377
Asymp. Sig. (2-tailed)	,017

a. Grouping Variable: Formação superior em ciências económicas/empresariais

Tabela XLI-Preenchimento da declaração do IRS \* Escalão de rendimento anual  
(euros)

			Escalão de rendimento anual (euros)			Total
			Inferior a 7000	Entre 7000 e 20000	Entre 20000 e 40000	
Preenchimento da declaração do IRS	O próprio	Nº	5	12	23	40
		%	12,5%	30,0%	57,5%	100,0%
	Um amigo	Nº	10	22	12	44
		%	22,7%	50,0%	27,3%	100,0%
	Um técnico	Nº	12	37	13	62
		%	19,4%	59,7%	21,0%	100,0%
	Não preenche	Nº	11	6	5	22
		%	50,0%	27,3%	22,7%	100,0%
Total		Nº	38	77	53	168
		%	22,6%	45,8%	31,5%	100,0%

Tabela XLII-Declara despesas para ter benefícios fiscais \* Escalão de rendimento  
anual (euros)

			Escalão de rendimento anual (euros)			Total
			Inferior a 7000	Entre 7000 e 20000	Entre 20000 e 40000	
Declara despesas para ter benefícios fiscais	Nunca	Nº	4	0	0	4
		%	100,0%	,0%	,0%	100,0%
	Algumas vezes	Nº	9	13	8	30
		%	30,0%	43,3%	26,7%	100,0%
	Sempre	Nº	14	58	40	112
		%	12,5%	51,8%	35,7%	100,0%
Total		Nº	27	71	48	146
		%	18,5%	48,6%	32,9%	100,0%

Tabela XLIII-Preenchimento da declaração do IRS \* Nível do conhecimento fiscal  
aferido

			Nível do conhecimento fiscal aferido				Total
			Muito fraco	Fraco	Razoável	Bom	
Preenchimento da declaração do IRS	O próprio	Nº	0	0	3	37	40
		%	,0%	,0%	7,5%	92,5%	100,0%
	Um amigo	Nº	3	16	15	10	44
		%	6,8%	36,4%	34,1%	22,7%	100,0%
	Um técnico	Nº	1	11	27	23	62
		%	1,6%	17,7%	43,5%	37,1%	100,0%
	Não preenche	Nº	3	8	10	1	22
		%	13,6%	36,4%	45,5%	4,5%	100,0%
Total	Nº	7	35	55	71	168	
	%	4,2%	20,8%	32,7%	42,3%	100,0%	

Tabela XLIV-Nível do conhecimento fiscal aferido\* Declara despesas para ter  
benefícios fiscais

			Declara despesas para ter benefícios fiscais			
			Nunca	Algumas vezes	Sempre	
Nível do conhecimento fiscal aferido	Muito fraco	Nº	0	4	0	4
		%	,0%	100,0%	,0%	100,0%
	Fraco	Nº	0	9	18	27
		%	,0%	33,3%	66,7%	100,0%
	Razoável	Nº	3	5	37	45
		%	6,7%	11,1%	82,2%	100,0%
	Bom	Nº	1	12	57	70
		%	1,4%	17,1%	81,4%	100,0%
Total		Nº	4	30	112	146
		%	2,7%	20,5%	76,7%	100,0%



Tabela XLV-Chi-Square Tests<sup>a,b</sup>

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	24,408 <sup>a</sup>	6	,000	,004		
Likelihood Ratio	21,786	6	,001	,001		
Fisher's Exact Test	19,401			,001		
Linear-by-Linear Association	5,629 <sup>b</sup>	1	,018	,019	,013	,005
N of Valid Cases	146					

a. 6 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,11.

b. The standardized statistic is 2,373.

Tabela XLVI-Symmetric Measures<sup>a,b</sup>

	Value	Asymp. Std. Error <sup>a</sup>	Approx. T <sup>b</sup>	Approx. Sig.	Exact Sig.
Ordinal by Kendall's tau-b	,168	,080	2,059	,039	,029
Ordinal Gamma	,322	,142	2,059	,039	,040
N of Valid Cases	146				

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tabela XLVII-Nível do conhecimento fiscal aferido\* Pedes faturas

			Pede faturas		Total
			Sim	Não	
Nível do conhecimento fiscal aferido	Muito fraco	Nº	1	6	7
		%	14,3%	85,7%	100,0%
	Fraco	Nº	15	20	35
		%	42,9%	57,1%	100,0%
	Razoável	Nº	35	20	55
		%	63,6%	36,4%	100,0%
	Bom	Nº	31	40	71
		%	43,7%	56,3%	100,0%
	Total	Nº	82	86	168
		%	48,8%	51,2%	100,0%

Tabela XLVIII-Nível do cumprimento fiscal aferido \* Nível de cumprimento fiscal-autoavaliação

			Nível de cumprimento fiscal-autoavaliação				Total
			Muito fraco	Fraco	Razoável	Bom	
Nível do comportamento fiscal	Muito	Nº	3	1	10	8	22
	fraco	%	13,6%	4,5%	45,5%	36,4%	100,0%
	Fraco	Nº	1	0	16	34	51
		%	2,0%	,0%	31,4%	66,7%	100,0%
	Razoável	Nº	1	0	15	69	85
		%	1,2%	,0%	17,6%	81,2%	100,0%
	Bom	Nº	0	0	0	7	7
		%	,0%	,0%	,0%	100,0%	100,0%
Total		Nº	5	1	41	118	165
		%	3,0%	,6%	24,8%	71,5%	100,0%

Tabela XLIX-Nível do cumprimento fiscal aferido\* Nível do conhecimento fiscal aferido

			Nível do conhecimento fiscal aferido				Total
			Muito fraco	Fraco	Razoável	Bom	
Nível do cumprimento fiscal aferido	Muito	Nº	2	8	10	2	22
	fraco	%	9,1%	36,4%	45,5%	9,1%	100,0%
	Fraco	Nº	3	11	16	21	51
		%	5,9%	21,6%	31,4%	41,2%	100,0%
	Razoável	Nº	1	15	28	41	85
		%	1,2%	17,6%	32,9%	48,2%	100,0%
	Bom	Nº	0	0	1	6	7
		%	,0%	,0%	14,3%	85,7%	100,0%
Total		Nº	6	34	55	70	165
		%	3,6%	20,6%	33,3%	42,4%	100,0%

Tabela L-Chi-Square Tests<sup>a,b</sup>

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	19,998 <sup>a</sup>	9	,018	,022		
Likelihood Ratio	23,192	9	,006	,007		
Fisher's Exact Test	20,488			,007		
Linear-by-Linear Association	16,102 <sup>b</sup>	1	,000	,000	,000	,000
N of Valid Cases	165					

a. 8 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,25.

b. The standardized statistic is 4,013.

Tabela LI-Symmetric Measures<sup>a,b</sup>

	Value	Asymp. Std. Error <sup>a</sup>	Approx. T <sup>b</sup>	Approx. Sig.	Exact Sig.
Ordinal by Ordinal Kendall's tau-b	,260	,062	4,064	,000	,000
Gamma	,395	,089	4,064	,000	,000
N of Valid Cases	165				

a. Not assuming the null hypothesis.

b. Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Tabela LII-Nível de cumprimento do Estado na aplicação da receita fiscal em serviços públicos \* Nível de cumprimento fiscal-autoavaliação

			Nível de cumprimento fiscal-autoavaliação				Total
			Muito fraco	Fraco	Razoável	Bom	
Nível de cumprimento do Estado na aplicação da receita fiscal em serviços públicos	Muito	Nº	4	1	18	85	108
	fraco	%	3,7%	,9%	16,7%	78,7%	100,0%
	Fraco	Nº	1	0	21	25	47
		%	2,1%	,0%	44,7%	53,2%	100,0%
	Razoável	Nº	0	0	4	9	13
		%	,0%	,0%	30,8%	69,2%	100,0%
	Total	Nº	5	1	43	119	168
		%	3,0%	,6%	25,6%	70,8%	100,0%

Tabela LIII-Nível de cumprimento do Estado na aplicação da receita fiscal em serviços públicos \* Nível do conhecimento fiscal aferido

			Nível do conhecimento fiscal aferido				Total
			Muito fraco	Fraco	Razoável	Bom	
Nível de cumprimento do Estado na aplicação da receita fiscal em serviços públicos	Muito	Nº	6	19	35	48	108
	fraco	%	5,6%	17,6%	32,4%	44,4%	100,0%
	Fraco	Nº	1	14	12	20	47
		%	2,1%	29,8%	25,5%	42,6%	100,0%
	Razoável	Nº	0	2	8	3	13
		%	,0%	15,4%	61,5%	23,1%	100,0%
Total		Nº	7	35	55	71	168
		%	4,2%	20,8%	32,7%	42,3%	100,0%

Tabela LIV-Chi-Square Tests<sup>a,b</sup>

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)	Point Probability
Pearson Chi-Square	9,347 <sup>a</sup>	6	,155	,149		
Likelihood Ratio	9,380	6	,153	,184		
Fisher's Exact Test	7,830			,216		
Linear-by-Linear Association	,240 <sup>b</sup>	1	,624	,632	,335	,048
N of Valid Cases	168					

a. 5 cells (41,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,54.

b. The standardized statistic is -,490.